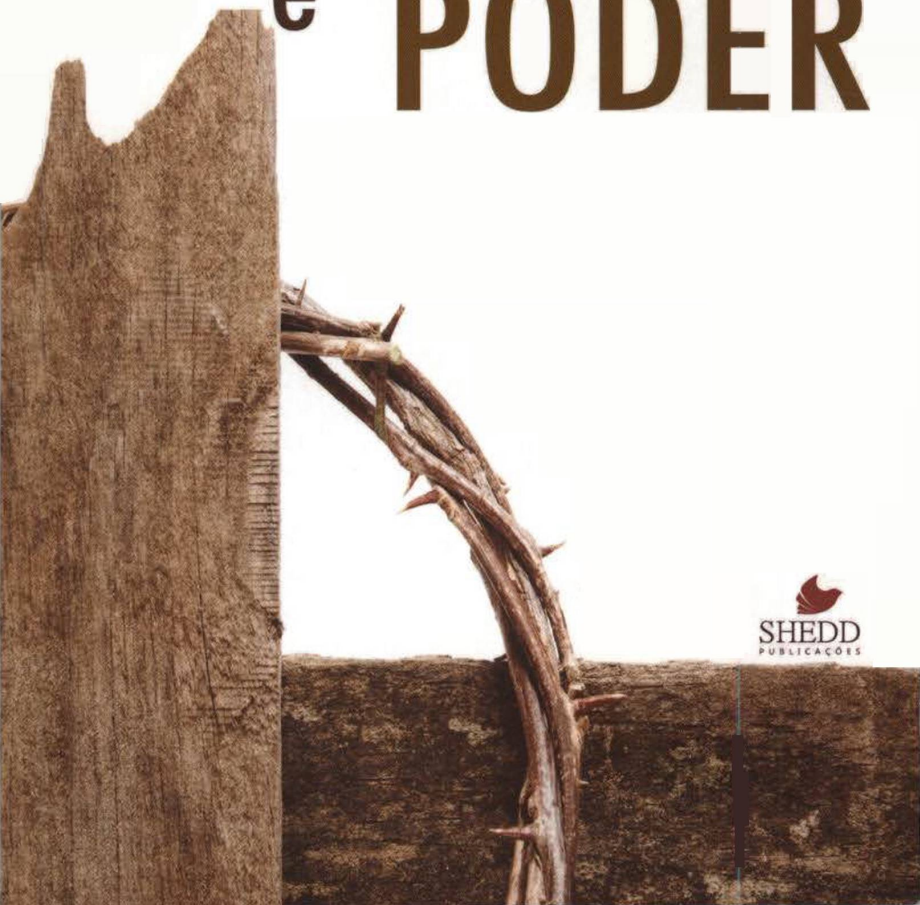


RUSSELL P. SHEDD

AUTORIDADE e PODER




SHEDD
PUBLICAÇÕES

Digitalização Geral: jogois2006
Edição Geral: Escriba Digital

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Shedd, Russell P.

Autoridade & poder / Russell P. Shedd. --
São Paulo : Shedd Publicações, 2013.

ISBN 978-85-8038-023-1

1. Bíblia - Autoridade 2. Bíblia - Ensino bíblico 3. Espírito Santo
4. Poder (Teologia cristã) I. Título.

13-08914

CDD: 220.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Bíblia : Autoridade e poder 220.1

RUSSELL P. SHEDD

AUTORIDADE e PODER



SHEDD
PUBLICAÇÕES

Copyright © SHEDD PUBLICAÇÕES

1ª Edição - Agosto de 2013

Publicado no Brasil com a devida autorização
e com todos os direitos reservados por

SHEDD PUBLICAÇÕES

Rua São Nazário, 30, Sto Amaro

São Paulo-SP - 04741-150

www.loja.sheddpublicacoes.com.br

sheddpublicacoes@uol.com.br

Tel.: (011) 5521-1924

Proibida a reprodução por quaisquer
meios (mecânicos, eletrônicos, xerográficos,
fotográficos, gravação, estocagem em banco de
dados, etc.), a não ser em citações breves
com indicação de fonte.

Printed in Brazil / Impresso no Brasil

ISBN 978-85-8038-023-1

REVISÃO: Vivian do Amaral Nunes

DIAGRAMAÇÃO E CAPA: Edmilson Frazão Bizerra

Sumário

PARTE 1 **AUTORIDADE**

Introdução	9
1. O exercício de autoridade no Antigo Testamento	15
2. A autoridade de Jesus Cristo	39
3. A autoridade da Palavra de Deus	57
4. A autoridade da liderança da igreja local	79
5. A autoridade dos pais em casa	97
6. A autoridade do Governo	103
7. A autoridade de Satanás	107

PARTE 2 **PODER**

8. Poder	113
9. Exemplos do exercício do poder do Espírito em Atos	115
10. O poder do Espírito nas Epístolas	121
11. O poder do Espírito nos filhos de Deus	141
Conclusão	151

PRIMEIRA PARTE

AUTORIDADE

INTRODUÇÃO

Logo após 40 dias da ressurreição de Jesus, o Senhor se reuniu com os onze discípulos num monte não identificado na Galileia. No dia de sua entronização à destra do Pai, foi elevado visivelmente do monte das Oliveiras. Nessa ocasião, Jesus prometeu que eles receberiam *poder* ao descer sobre eles o Espírito Santo. No monte da Galileia, declarou: “Foi me dada toda a *autoridade* nos céus e na terra” (Mt 28.18).

As duas palavras-chaves, “autoridade” e “poder”, facilmente se confundem, porém, não são especificamente sinônimas. “Autoridade”, às vezes, é empregada quando se quer dizer “poder”, e em outros casos acontece o contrário. Mas estes termos têm sentidos distintos, particularmente na Bíblia. Os dois sentidos são paralelos, mas não sinônimos. Autoridade e poder são comparáveis às duas pernas de um corredor. Nenhum corredor pode vencer uma corrida sem a cooperação e coordenação de suas duas pernas. Da mesma forma, uma vida sem submissão à autoridade e sem revestimento de poder não agrada a Deus.

Autoridade dá uma ênfase sobre o direito de mandar, ou seja, o poder exercido legitimamente. Já o poder compreende-se no contexto de força aplicada diretamente. Por exemplo, ao se

dirigir um automóvel subentende-se que o dono legítimo do carro tem autoridade pela aquisição legal do veículo e está submisso à todas as exigências do Estado. Neste exemplo, o poder refere-se ao combustível e ao motor que movimentam o carro.

Todos nós já passamos por muitas experiências que foram marcadas pela força da autoridade de uma outra pessoa ou entidade. Pais mandam em filhos, professores em alunos, chefes mandam em seus empregados, policiais do trânsito mandam parar numa *blitz*, enquanto fiscais aplicam multas pela autoridade da lei. Autoridades controlam e marcam muitas ações de nossas vidas, todos os dias. Obrigações, muitas vezes, são as consequências das decisões daqueles que exercem autoridade sobre nós. Viver sob autoridade faz parte da vida humana, a nova vida em Cristo, também. Ela não deixa de ser uma vida de submissão ao Senhor. O senhorio de Jesus Cristo é central para a vida dos salvos pela graça. Reconhecer a sua autoridade final sobre nós, seus seguidores, deve ter prioridade para nós.

Mas, como se sentiram os discípulos de Jesus no monte sem nome, na Galileia (veja Mt 28.16)? Ele tinha mandado que fossem para lá logo após a sua ressurreição precisamente para esse encontro. Foi ali que Jesus declarou que “toda autoridade nos céus e na terra” tinha sido dada para ele. Quem deu essa autoridade para ele foi o próprio Deus Pai.

Nos anos de seu ministério, era natural para seus discípulos entender que Jesus tinha autoridade. Durante os meses que antecederam sua crucificação, ele abertamente se autodenominou “Mestre” ou “Rabino”. Mais difícil, certamente, foi a inclusão do adjetivo “toda” com o termo autoridade, em sua despedida dos discípulos na Galileia. O que, então, significa e implica esta autoridade? E mais especificamente, como podemos entender a autoridade absoluta que Jesus reivindicou? Como podemos entender o poder (*dunamis*) do Espírito Santo na vida do cristão?

Em Atos 1.8, a promessa que Jesus fez apresentou a palavra “poder” como seu termo central. O revestimento do Espírito

Santo forneceria *poder* para os discípulos, característica essencial para haver eficácia na divulgação do Evangelho. Um automóvel sem combustível tem pouca utilidade. O cristão sem “poder” vai experimentar a frustração do fracasso. Jesus mandou que seus discípulos não saíssem de Jerusalém antes de serem revestidos do poder do alto (Lc 24.49).

Como todos sabem, outras fontes de autoridade se destacam na vida cristã, tais como a autoridade da Bíblia, a autoridade dos apóstolos, dos pastores e das igrejas sobre seus membros. Sem falar da autoridade dos governantes do país em que vivemos. Mas, meu foco neste livro será tratar da autoridade do ponto de vista bíblico e assim entender as suas implicações para a vida de todos aqueles que se converteram e esperam passar da centralidade do “eu” para abraçar a supremacia de Cristo. Além disso, examinarei o termo “poder” no Novo Testamento, especialmente em relação ao Espírito Santo.

O significado de autoridade

Será que temos dificuldade em entender a palavra “autoridade” (lat. *auctoritate*) em suas raízes? A palavra em português tem sua origem latina na raiz (*acto*) “auto”. Também podemos perceber que “autor” vem de “auto”, algo ou alguém que age livremente, que decide e faz. Ter autocontrole significa fazer o que se quer. Um autor de ficção, seguindo esta linha de pensamento, é alguém que tem a liberdade de fazer os personagens agirem como ele quer. Isto é, ele exerce autoridade sobre eles.

Em grego, a palavra autoridade é *exousia*. Ela é composta de duas palavras, *ex*, ir para fora, surgir de dentro, como em “extrair”. A outra palavra é *ousia*, uma forma do particípio, ser. A palavra “ser” comunica essência, portanto, a fonte da autoridade. Neste sentido, a autoridade de uma pessoa se nota ao perceber a sua essência, sua capacidade de persuadir que possui autoridade. Ela tem direito de impor a sua vontade e de coagir ou persuadir, uma vez que se reconheça sua confiabilidade.

Podemos reconhecer a autoridade de um policial do trânsito através de um simples gesto ao indicar para um motorista parar. Isso quer dizer que quando uma autoridade levanta o braço apontando para um motorista ele deve parar. Por via de regra, a inclinação maior do motorista será parar em vez de ignorar a ordem recebida. Alguns anos atrás, pude experimentar essa verdade na prática. Estava viajando com Peter Cunliffe, fundador da editora Mundo Cristão. Cerca de meia-noite, na Via Dutra, numa viagem para Caxambu, MG, ele se queixou de sentir muito cansaço. Pediu que eu tomasse o volante, o que faria de boa vontade, porém, com uma reserva: não trazia a carteira de habilitação no bolso. Não planejava dirigir, portanto, deixei o documento em casa. Mas, como achava pouco provável que um guarda me parasse, aceitei o pedido do amigo e comecei a dirigir. De repente, apareceu um policial com a mão erguida. Interpretei corretamente que queria que parasse. Ainda que tivesse muito mais poder do que ele sobre o carro sob meu controle e, facilmente, pudesse ter ignorado o gesto, parei! Não foi um encontro muito agradável. Acredito que o policial suspeitava que eu não tinha autorização para dirigir ou que fazia pouco caso da lei.

Naquela noite, foi reforçada uma verdade que já conhecia desde criança. Autoridade nada tem a ver com o tamanho do portador dessa autoridade, nem da sua força física, mas com o respeito que o cidadão inspira. Quem tem o direito de mandar comunica sua autoridade com palavras, gestos ou mesmo com um olhar. Deve ele, de fato, ser obedecido ou não? Mais de uma vez um bêbado apareceu em minha frente enquanto dirigia. Fazia o mesmo gesto do policial, mas eu não o obedeci. Fiquei convencido de que ele não tinha autoridade nenhuma para mandar no trânsito – nem farda tinha!

Por outro lado, quando meu pai ajuntou os três filhos pequenos na cozinha de nossa casa na Bolívia, pendurou um chicote de cavalo atrás da porta, dizendo: “Nesta casa nunca

vai se mentir; nesta casa nunca se responderá para mamãe sem respeito; nesta casa nunca se pronunciará um palavrão [...]”. Sua autoridade foi, de fato, reforçada por aquele instrumento capaz de criar dor, pendurado na porta, mas, mesmo assim, nós não imaginamos que desobedecer fosse uma opção. Todos nós já reconhecíamos sua autoridade antes mesmo de ele nos ameaçar com um castigo severo em caso de desobediência. Crescemos respirando a atmosfera de uma casa em que os pais tinham plena autoridade sobre os filhos. Não lembro de uma única vez em que qualquer um de nós, abertamente, desafiou essa autoridade que Deus deu aos pais.

A autoridade existe à medida que os sujeitos reconhecem que a pessoa que a exerce tem o direito de governar. Ela teria mesmo esse direito? A anarquia não convém à sociedade, nem aos filhos dominar seus pais ou aos estudantes desprezar seus professores. Estes não podem comunicar seus conhecimentos se os alunos não respeitam sua autoridade. Quando alunos assistem aulas apenas para namorar, brincar e conversar, é impossível aproveitar a matéria. Quando alunos tratam seus professores com atitudes arrogantes de insubmissão, a autoridade deles desaparece. Os resultados são caóticos. É impossível amadurecer, ser um cidadão que contribui para a sociedade, ser um filho que alegra seu pai ou um empregado que cumpre as ordens do seu chefe sem a disciplina de se submeter à autoridade.

Vivemos num mundo caído em que todos querem a liberdade de agir de acordo com sua própria vontade, por isso, a autoridade quase sempre é acompanhada por ameaças veladas, advertências, castigos e consequências desagradáveis. A vontade própria e a rebeldia precisam ser coibidas por castigos penosos. As leis do trânsito demonstram como a sociedade inclui motoristas que odeiam perder tempo numa viagem e excedem a velocidade permitida. As autoridades que controlam o trânsito, notando a falta de submissão à lei, mandam ao culpado uma notícia da infração e a penalidade apropriada. O direito

e a responsabilidade das autoridades é disciplinar os cidadãos que não respeitam as leis do trânsito. A recente instalação de aparelhos que medem eletronicamente a velocidade dos carros coopera com as autoridades para manter a disciplina dos motoristas. Multas pesadas e pontos perdidos nas carteiras mostram o preço que são obrigados a pagar por sua falta de respeito à autoridade. As leis do trânsito têm a louvável finalidade de evitar graves acidentes devido a imprudência. A punição aplicada pelas autoridades existe para disciplinar os indivíduos que, de outro modo, não respeitariam essas leis.

A Bíblia consistentemente ensina que as autoridades governamentais exercem um direito que recebem de Deus. “Todos devem sujeitar-se às autoridades do país, pois não há autoridade que não venha de Deus; as autoridades que existem foram por ele estabelecidas” (Rm 13.1). Desobedecer autoridades que Deus instituiu é pecado, pois o rebelde se opõe a Deus. “Aqueles que assim procedem trazem condenação sobre si mesmos” (v. 2b). Essa condenação não diz respeito exclusivamente às penas impostas pelas leis, mas ao Senhor que tem autoridade acima delas.

O apóstolo Paulo vai mais longe: “Se você praticar o mal, tenha medo, pois ela (a autoridade) não porta a espada sem motivo. É serva de Deus, agente da justiça para punir quem pratica o mal” (v. 4). Significa que a punição imposta por uma autoridade tem o aval de Deus, conquanto que o julgamento seja justo e a autoridade legítima.

Assim, a autoridade dos representantes do governo, legitimamente constituído, deve ser obedecida. Essa submissão não é algo ruim, mas bom. Ela também não anula a exigência de obediência a Cristo, mas, porque queremos obedecer a Cristo, nos sujeitamos à autoridade. Há exceções, é claro. Quando houver conflitos entre as leis de Deus e as leis criadas pelos homens, a lei de Deus supera o direito do governante que contrariou ou ultrapassou a lei de Deus.

CAPÍTULO 1

O exercício de autoridade no Antigo Testamento

O Antigo Testamento consistentemente mostra que a autoridade tem sua fonte e legitimação em Deus. Ele tem pleno direito de fazer como quer, uma vez que Deus é o Criador. Os autores humanos do primeiro testamento concordariam com a posição de Paulo que declara: “Pois dele, por ele e para ele são todas as coisas” (Rm 11.36) e “[...] Não há autoridade que não venha de Deus” (Rm 13.1). Toda autoridade que os homens dispensam, portanto, deve ser uma extensão da autoridade que Deus exerce. O direito de governar, mandar e reinar da parte dos homens encontra-se na Bíblia, porém, esse direito tem sua fonte inteiramente em Deus.

Adão e Eva

O relato da criação do primeiro casal informa ao leitor que Deus criou “o homem à sua imagem [...] homem e mulher os criou”. Dentre as implicações para a humanidade que esta frase inclui, está o direito de subjugar a terra, dominar sobre os peixes do mar, as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra (Gn 1.27,28). Aqui não há menção de alguns indivíduos dominarem outros habitantes da terra. Isso quer

dizer que Deus não previu a necessidade de governo e domínio humano? Podemos raciocinar que se o primeiro casal não tivesse pecado, rebelando-se contra o mandamento do Senhor, todos os homens teriam vivido diretamente sujeitos a Deus. O mundo seria uma verdadeira teocracia, sem necessidade de reis, presidentes, juizes e policiais. A perfeita obediência a Deus teria mantido uma harmonia e uma paz que não exigiriam impostos, leis humanas ou presídios. Todos falariam a mesma língua. Sem egoísmo algum, mostrariam o perfeito amor de uma família cujos membros querem o melhor uns para os outros.

O último livro da Bíblia descreve um futuro, após a volta de Jesus Cristo, em que o governo humano não será mais necessário. “Não vi templo algum na cidade, pois o Senhor Deus todo poderoso e o Cordeiro são o seu templo” (Ap 21.22). O governo eclesiástico será desnecessário. A cidade não precisa de sol nem de lua para brilhar sobre ela, pois a glória de Deus a ilumina, e o Cordeiro é a sua candeia. “As nações andarão em sua luz, e os reis da terra lhe trarão a sua glória. [...] A glória e a honra das nações lhe serão trazidas. Nela jamais entrará algo impuro, nem ninguém que pratique o que é vergonhoso ou enganoso, mas unicamente aqueles cujos nomes estão escritos no livro da vida do Cordeiro” (Ap 21.23-27). Evidentemente, não haverá autoridade senão aquela exercida por Deus, o Todo-Poderoso e pelo Cordeiro. Os reis da terra trazem glória ao Cordeiro, mas não impõem sua autoridade. A característica extraordinária da Nova Aliança será uma realidade absoluta e não apenas parcial: “Porei a minha lei no íntimo deles e a escreverei nos seus corações [...]. Ninguém mais ensinará ao seu próximo nem ao seu irmão, dizendo ‘Conheça ao Senhor’, porque todos eles me conhecerão” (Jr 31.33,34).

Mas todos conhecem o desfecho da história do primeiro casal. Apesar de estar empossado de autoridade e poder diretamente da boca de Deus (Gn 1.28), não resistiu a mais de um teste. Na primeira prova, uma serpente, certamente um dos animais sobre quem deveriam dominar, foi capaz de não apenas

questionar a autoridade de Deus, como desafiá-la. Com sucesso, então, a serpente fez com que o casal jogasse por água abaixo a autoridade do Senhor. “Foi isso mesmo que Deus disse: ‘Não comam de *nenhum* fruto das árvores do jardim?’ ” (Gn 3.1), em outras palavras, a serpente sugere que Deus estava sendo autoritário, um verdadeiro déspota, pois como ele proibiria que eles usufríssem do melhor do jardim? A primeira impressão é que a isca lançada pela serpente não tivesse surtido efeito algum, pois a mulher prontamente responde: “Podemos comer do fruto das árvores do jardim” (Gn 3.2). O problema é que ela vai um passo além, e a serpente consegue lançar a dúvida no coração da mulher quanto à perfeição da autoridade de Deus. Ela diz: “Não comam do fruto da árvore que está no meio do jardim, *nem toquem nele*” (Gn 3.3). A ordem inicial de Deus não fazia menção alguma sobre *não tocar*. Deus dissera: “Coma *livremente* de *qualquer* árvore do jardim, mas não coma *da árvore* do conhecimento do bem e do mal”. Se houve algo foi a total liberalidade e amor providencial da parte de Deus, com uma única exceção, e não o contrário, como a serpente propôs. Mas, por mais barata que fosse a sua proposta, isso foi suficiente para que o casal caísse na cilada. Assim, vemos que eles não apenas questionam a bondade da ordem de Deus e a sua autoridade como também falham em exercer o poder sobre os animais, neste caso, uma serpente falante.

Caim e Abel

O primeiro homicídio na história humana apresenta um enigma. Por que será que Caim se enfureceu a ponto de planejar destruir a vida de seu irmão mais novo que nada lhe fizera para provocar tamanha raiva irracional? É possível que a humilhação frente à rejeição do seu sacrifício tenha sido tão profunda que provocou esse ódio mortífero. Foi um golpe tão forte contra a sua autoestima que se sentiu na obrigação de eliminar o seu irmão por imaginar que ele fosse seu rival.

Por ser o irmão mais velho, naturalmente, Deus deveria lhe dar prestígio e honra maiores do que a Abel. Ao eliminar Abel, pelo menos, poderia demonstrar que tinha mais poder do que seu irmão. O Senhor, então, perguntou se ele tinha razão para ficar com o rosto transtornado. O pecado o ameaçava “à porta; ele (o pecado) deseja conquistá-lo, mas você deve dominá-lo” (Gn 4.7), foi o alerta de Deus. Quer dizer, Deus deu para Caim autoridade e poder para vencer o pecado, mas ele se recusou a aproveitá-los. Usou seu poder para assassinar Abel. Assim, notamos o primeiro abuso de poder de um indivíduo contra o seu semelhante, além de também se rebelar contra a autoridade de Deus.

José

José, filho de Jacó, foi escolhido por Deus para ser seu servo como primeiro ministro do Egito. Espanta-nos lembrar do modo que Deus preparou José para exercer uma responsabilidade tão grande, somente inferior ao próprio faraó. Num mundo caído como o nosso, tomar as rédeas e impor a vontade própria sobre outros seres humanos requer um preparo especial da parte de Deus. Esse preparo pode envolver uma disciplina que nós rejeitaríamos se não fosse Deus que a impusesse. O caminho que José trilhou para chegar a ser vice-governador do faraó, o segundo na hierarquia do poder no Egito, não foi escolhido por ele.

Primeiro, José foi informado, por meio de sonhos, que ele reinaria sobre seus irmãos e até o próprio pai (Gn 37.5-11). Os sonhos proféticos confirmaram que o plano do curso da vida de José emanava da soberana escolha de Deus. Segundo, os seus irmãos queriam frustrar a soberana vontade de Deus, daí planejaram matá-lo. Depois da objeção de Rúben, decidiram vendê-lo aos ismaelitas como escravo. Estes passaram o jovem escravo para Potifar, um oficial egípcio, capitão da guarda de

faraó. Assim, José aprendeu a administrar os bens dos outros com honestidade e humildade. Ganhou experiência e confiança.

Terceiro, a esposa de Potifar se apaixonou pelo simpático José. Agora, ele precisava passar pelo teste de domínio próprio. Mas, o assédio dessa mulher estimulou nele, não um ardor sexual, mas, uma dependência do Senhor. “Como poderia eu, então, cometer algo tão perverso e pecar contra Deus?” (Gn 39.9). Um estilo de vida de governante que confia inteiramente no Senhor vence as muitas tentações que autoridades têm de enfrentar.

Quarto, seu compromisso com a Lei de Deus e a pureza de vida o lançou na prisão. “Mas o Senhor estava com José e o tratou com bondade, concedendo-lhe a simpatia do carcereiro” (Gn 39.21). Nesta condição opressiva, José começou a exercer autoridade; ficou com a responsabilidade da administração da prisão. “O carcereiro não se preocupava com nada que estava a cargo de José, porque o Senhor estava com José e lhe concedia bom êxito em tudo o que realizava” (Gn 39.23).

Quinto, o faraó reconheceu o valor do ex-escravo e ex-presidiário depois que Deus deu para José a interpretação dos sonhos do rei. José o aconselhou sobre quem o faraó deveria escolher: “um homem criterioso e sábio e coloque-o no comando da terra do Egito” (Gn 41.33). O faraó reconheceu que José seria a pessoa mais indicada.

Era de se esperar que José administrasse de modo excelente todo o processo de estocar e distribuir os alimentos não perecíveis durante os sete longos anos de fome que dominaram o Egito.

Em todo esse processo preparativo, é notável como Deus agiu nos mínimos detalhes para tirar José da desgraça e exaltá-lo, sempre acompanhando-o até galgar a mais alta autoridade debaixo do faraó. Ainda mais significativo é perceber o modo com que José foi transformado num instrumento nas mãos de Deus para salvar muitas vidas. Falando para seus irmãos, José observou:

“Vocês planejaram o mal contra mim, mas Deus o tornou em bem, para que hoje fosse preservada a vida de muitos!” (Gn 50.20). José, sendo submisso à autoridade de Deus, foi exaltado por Deus para exercer autoridade e poder.

Moisés investido com autoridade

Considere uma segunda ilustração do princípio segundo o qual um futuro líder se submete inteiramente à autoridade do Senhor para ser honrado com autoridade e poder. Essa notável pessoa foi Moisés. Como ele foi preservado do afogamento decretado pelo faraó é uma história bem conhecida. A intervenção divina explica como Moisés ironicamente passou a ser criado no palácio do rei egípcio pela sua própria filha que o adotou. É possível que essa jovem, no futuro, pudesse passar grande poder ao filho, possivelmente o direito de governar o país como o faraó. Moisés, convicto de um chamado da parte de Deus, “recusou ser chamado filho da filha do faraó, preferindo ser maltratado com o povo de Deus a desfrutar os prazeres do pecado durante algum tempo” (Hb 11.24).

Nem tudo, porém, foi perfeito em sua trajetória, e Moisés ultrapassou os limites da autoridade quando tomou o poder de vida e morte em suas próprias mãos. Matou um egípcio que espancava um escravo hebreu (Êx 2.11). Deus não demorou a mostrar a Moisés, este brilhante, dedicado, patriota hebreu, que ele tinha ultrapassado os direitos que lhe concedera. Agiu de maneira autoritária, independente.

Ao saber que havia sido descoberto, sem proteção do estado ou de Deus, Moisés fugiu para a terra de Midiã, no Sinai, onde Deus inseriu em seu íntimo a convicção de que toda autoridade pertence ao Senhor. Toda a autoridade que Moisés tinha como neto do faraó foi reduzida até “governar” apenas um rebanho de ovelhas do seu sogro Jetro (Êx 3.1). Quarenta anos depois, Deus achou Moisés preparado e digno de receber autoridade e

encabeçar a libertação dos filhos de Israel e conduzi-los durante quarenta anos até a Terra Prometida.

O espírito meigo e manso de Moisés se evidencia na sua tentativa de recusar a autoridade que Deus lhe oferecia ao enviá-lo ao faraó para tirar o povo do Senhor do Egito. “Quem sou eu para apresentar-me ao faraó e tirar os israelitas do Egito?” foi a pergunta natural de Moisés. Talvez ele tivesse percebido que autoridade, liderança e o direito de mandar nos outros não produz felicidade ou satisfação se Deus não estiver realmente no comando. Para amenizar esse problema, o Senhor prometeu: “Eu estarei com você” (Êx 3.11,12). A NVI traduz Êxodo 7.1, assim: “Dou lhe a minha autoridade perante o faraó”. Comunica bem o que diz o hebraico: “Eu o coloco por Deus”. Moisés, revestido com a autoridade divina, poderia falar para o soberano político humano com autoridade maior, a autoridade de Deus.

A familiaridade que a história do Êxodo tem para a maioria dos leitores não deve anular a verdade diante das mais claras declarações que Moisés expressa em seu cântico – que o verdadeiro herói do Êxodo não foi ele, mas o próprio Deus. “Cantarei ao Senhor, pois *triunfou* gloriosamente. *Lançou* ao mar o cavalo e o seu cavaleiro! O *Senhor* é a minha força e a minha canção; *ele* é a minha salvação! [...] O *Senhor* é guerreiro, o seu nome é Senhor (*Iavé*). *Ele* lançou ao mar os carros de guerra e o exército do faraó. [...] *Senhor* (*Iavé*), a tua mão direita foi majestosa em poder. *Senhor* (*Iavé*), a tua mão direita despedaçou o inimigo. Em teu triunfo grandioso, *derrubaste* os teus adversários [...]” (Êx 15.1-7). Todo este salmo de vitória não abre espaço algum para incluir o importante papel que Moisés desempenhou. Não há nenhuma sugestão de que Moisés cooperou com o Senhor nesta vitória sensacional. Tanto a autoridade e poder se ajuntaram para glorificar o Deus único, todo-poderoso. Moisés não passou de uma vara na mão de Iavé, comparável à vara na mão de Moisés em sua liderança como representante do Senhor.

O diálogo de Moisés com Deus mostra claramente por que Moisés foi escolhido por ele para liderar o povo de Israel. “Disse Moisés ao Senhor: ‘Tu me ordenaste: “Conduza este povo”, mas não me permites saber quem enviarás comigo’. Disseste: ‘Eu o conheço pelo nome e de você tenho me agradado’. Se me vês com agrado, revela-me os teus propósitos, para que eu te conheça e continue sendo aceito por ti. Lembra-te de que esta nação é o teu povo.’ Respondeu o Senhor: ‘Eu mesmo o acompanharei, e lhe darei descanso’” (Êx 33.12-14). Aqui, toda a ênfase está voltada à necessidade que Moisés tem de ter a cooperação do Senhor na tarefa de governar. Para Moisés, conduzir as centenas de milhares de israelitas, de maneira segura, até eles conquistarem a terra dos cananeus, requeria que Deus estivesse no comando. Somente com a soberana ação divina gozariam da paz que esses ex-escravos israelitas esperavam na sua própria terra. Sabiamente, Moisés não confiou em sua habilidade natural ou autoridade humana, mas no Senhor, que necessariamente o acompanharia.

Deus não permitiu que Moisés entrasse na Terra Prometida. Parece injusto e incoerente que Deus proibisse este líder de participar da triunfante entrada na terra que, durante quarenta anos, foi seu sonho. Seria a culminante marca de sucesso, mas Deus falou claramente: “Suba este monte da serra de Abarim e veja a terra que dei aos israelitas. Depois de vê-la, você também será reunido ao seu povo, como seu irmão Arão, pois, quando a comunidade se rebelou nas águas do deserto de Zim, vocês dois desobedeceram à minha ordem de honrar minha santidade perante eles” (Nm 27.12-14; veja Nm 20.8-12). O pecado de Moisés e Arão, movidos pela raiva e impaciência, foi exercer autoridade independentemente da autoridade de Deus. Desobedeceram às instruções específicas que Deus pronunciara claramente. Isso constituiu-se em rebeldia. Exercer autoridade sem autorização de Deus somente pode ser considerado subversão

e rebeldia. “Do Senhor (*Iavé*) é a terra e tudo o que nela existe, o mundo e os que nele vivem” (Sl 24.1). Mesmo líderes como Moisés e Arão não tiveram o direito de agir por conta própria.

Não constitui segredo nenhum que o mundo caído em que vivemos busca, de modo consciente ou inconsciente, o domínio, independentemente da autoridade do Senhor. Pouquíssimos governantes atuam em dependência de Deus e da sua revelação na Bíblia. Se tivessem o cuidado de não desobedecer nenhum dos seus mandamentos, seria evidente que eles são instrumentos nas mãos de Deus. Ao subir a escada do poder, manifesta-se uma forte tendência a se sentir arrogante, mais importante e melhor do que os outros. Autoridades facilmente engolem a isca satânica que as prendem a pensamentos indevidos. Uma posição de autoridade sobre os outros naturalmente fortalece o sentimento que a posição de chefe de estado acarreta privilégios e benefícios barrados a pessoas comuns.

Ao passar as rédeas da autoridade para um sucessor, Moisés pede especificamente que Deus designe um homem como líder da comunidade (Nm 27.16). O Senhor escolhe Josué, “homem em que está o Espírito” (v. 18) “para conduzi-los em suas batalhas, para que a comunidade do Senhor não seja como ovelhas sem pastor” (v. 17). Deus repudia a anarquia, mas ao mesmo tempo reserva o direito de escolher o governante segundo seu próprio coração. Ele ordena que Moisés dê “parte da sua autoridade para que toda a comunidade de Israel lhe obedeça” (v. 20). A imposição das mãos de Moisés sobre Josué foi uma maneira de mostrar a transferência da autoridade do veterano para o novo líder (v. 23).

Após a morte de Moisés, Deus exortou Josué, dizendo: “Seja forte e corajoso, porque você conduzirá este povo para herdar a terra que prometi sob juramento aos seus antepassados [...]. Tenha cuidado de obedecer a toda a lei que o meu servo Moisés lhe ordenou, não se desvie dela, nem para a direita nem para a

esquerda, para que você seja bem-sucedido por onde quer que andar” (Js 1.6,7). Para que Josué cumprisse fielmente tudo o que está escrito nas palavras do Livro da Lei, ele precisaria conhecer e meditar nelas, dia e noite. E a segurança vinda da parte de Deus é que, assim, o exercício da sua autoridade seria bem-sucedido. E mais, a promessa do Senhor é que estaria com Josué (vv. 8,9). Novamente, como no caso de Moisés, Deus prometeu estar com o novo líder, sempre e por onde quer que ele andasse.

Podemos confirmar a tese que exercer autoridade é um privilégio e uma responsabilidade sagrados. Almejar autoridade sem reconhecer a necessidade de subordinação àquele que é a fonte dessa autoridade inverte o propósito divino em constranger a independência dos homens para buscar o bem-estar de todos. A unidade de uma família depende dos membros se submeterem à autoridade do pai, que tem a responsabilidade de conduzir sua família nos caminhos do Senhor. As palavras inspiradas de Paulo não devem ser esquecidas ou desprezadas. “Quero [...] que entendam que o cabeça de todo homem é Cristo, e o cabeça da mulher é o homem, e o cabeça de Cristo é Deus” (1Co 11.3).

George Müller temia tomar decisões não autorizadas por Deus. Esse foi o principal motivo que, antes de construir mais um edifício para o enorme orfanato em Bristol, no sul da Inglaterra, mesmo com marcas claras da bênção divina sobre essa obra gigantesca, orou durante seis meses. Ele insistia com o Senhor que ele confirmasse a sua vontade. Quando concluiu que Deus tinha mostrado sua aprovação, não se importou se tinha dinheiro ou não para levantar o prédio. Avançou confiantemente.

Vemos nas Escrituras, com frequência, homens que arrogaram para si autoridade que não era uma extensão da autoridade divina. O escritor de Juízes, por exemplo, faz questão de explicar que, após a morte de Josué, surgiu uma geração que não conhecia o Senhor (2.10). Os desastres e calamidades que os israelitas sofreram foram a consequência da perene inclinação de buscar

a prosperidade nos ídolos e no culto aos baalins. Em vez de se humilhar diante do Senhor e se arrepender dos seus pecados, “cada um fazia o que lhe parecia certo” (Jz 21.25). Acharam que as suas próprias ideias serviriam como bússola espiritual e moral, em vez das Sagradas Letras que Moisés tinha recebido por revelação especial e que Josué tinha se comprometido a seguir. Os juízes que Deus levantou para tirar o povo do domínio dos inimigos conquistadores (Jz 2.16) não conseguiram estabelecer uma autoridade suficientemente segura para manter o governo estável mais do que uma geração. O governo do povo de Deus passou um longo período caótico de independência e domínio dos inimigos pagãos. Os líderes fizeram pouco caso da premente necessidade de estabelecer autoridade legítima e permanente somente com a submissão decidida à vontade revelada de Deus. Sem essa submissão não havia poder para resistir aos seus inimigos.

A triste história de Gideão e sua família ilustra bem o princípio bíblico. A brilhante vitória de Gideão sobre as numerosas forças midianitas (Jz 6 e 7) foi seguida pelo desastroso “reinado” de Abimeleque, seu filho com sua concubina. Ao usar de esperteza, este arrogante indivíduo tomou o poder após a morte do seu pai, matou todos os setenta irmãos, filhos legítimos de Gideão (Jz 9.5,6). Sem nenhuma administração do poder de acordo com as normas da Lei de Deus, Abimeleque ilustra o princípio bíblico da vingança de Deus sobre aqueles que desprezam absolutamente a autoridade do Senhor sobre suas vidas. Morreu quando uma mulher jogou uma pedra de moinho na sua cabeça, em Tebes (Jz 9.53). Sem a bênção da autoridade de Deus, era natural que o poder para manter seu governo caísse.

Samuel

A autoridade de Deus vista na vida e serviço do sacerdote, profeta e juiz Samuel, mostra o modo que Deus queria governar

o seu povo. Samuel, desde pequeno, foi consagrado “por toda a sua vida ao Senhor” (1Sm 1.28) por Ana e seu marido. Ele era o fruto da resposta de oração, já que Ana era estéril, e assim Deus, graciosamente, lhe deu esse filho. Ainda muito pequeno, Samuel ouviu o Senhor lhe chamando para passar a mensagem de juízo ao sumo sacerdote Eli sobre seus filhos desprezíveis. Durante toda a vida, Samuel recebeu ordens do Senhor para repassar aos líderes e liderados. Desse modo, a vontade de Deus foi conhecida e obedecida. Porém, os próprios filhos de Samuel “não andaram em seus caminhos. Eles se tornaram gananciosos, aceitavam suborno e pervertiam a justiça” (1Sm 8.3). Não há explicação para uma omissão à luz do desvio dos filhos de Eli. Foi Samuel que transmitiu a mensagem do Senhor para o pai negligente, porém, ele mesmo não conseguiu, mais tarde, passar para os próprios filhos as duras lições que a família de Eli experimentou.

Ainda que Samuel tivesse nomeado seus filhos como líderes de Israel, eles não tinham condições espirituais nem morais para cumprir o papel de autoridade máxima sobre o povo. Então, os líderes regionais se reuniram para pedir que Samuel escolhesse um rei para encabeçar o país. Samuel entendeu esta ação como rejeição de sua autoridade, uma vez que ele tinha nomeado os filhos para cumprir esse papel. Deus declarou que não era a rejeição de Samuel, mas dele mesmo. “Assim como fizeram comigo desde o dia em que os tirei do Egito, até hoje, abandonando-me e prestando culto a outros deuses, também estão fazendo com você” (1Sm 8.8).

Deus conhece o futuro tão completamente como o passado. Previu que o exercício da autoridade plena dos reis não criaria a utopia que imaginavam, mas uma vida penosa e sofrida. Essa predição do Senhor se cumpriu na vida da maioria dos reis que governaram o reino unido de Israel e, depois, os reinos divididos.

A escolha de Saul foi marcada pela esperança que um homem como ele, profundamente humilde, da menor das tribos,

do clã mais insignificante (1Sm 9.21) permanecesse consciente de sua falta de merecimento para governar sobre o povo de Deus. Mas essa atitude logo se dissipou como o orvalho nas folhas num dia de calor forte. Saul não se submeteu à autoridade absoluta de Deus, nem teve compromisso real com ele. Apodreceu com ciúmes e inveja como fruta ruim e intragável. Cumpriu-se o provérbio: “poder corrompe e poder absoluto corrompe absolutamente”. Não aprendeu a se arrepender de verdade, nem a reconhecer a soberana autoridade de Deus. Agiu independentemente, para sua autodestruição.

Davi

A biografia bíblica de Davi revela um homem que soube agir com integridade, mesmo depois que Deus lhe escolheu para exercer autoridade real em Israel. Deus havia rejeitado Saul como rei, o que abriu a porta para a unção de Davi como futuro detentor da autoridade máxima em Israel.

A dramática cena que encontramos em 1Samuel 16 demonstra a importância de não se considerar a aparência, uma vez que “o Senhor não vê como o homem: o homem vê a aparência, mas a Senhor vê o coração” (v. 7). Foi Davi que Deus percebeu ter um coração e caráter que se alinhavam bem com a sua autoridade suprema. Não tentou antecipar sua subida ao trono, mas pacientemente aguardou o momento em que Deus o elevaria à soberania sobre Israel. Quando os representantes das tribos de Israel vieram a Hebrom para declarar a lealdade total a Davi, disseram: “O Senhor te disse ‘Você pastoreará Israel, o meu povo, e será o seu governante’ ” (2Sm 5.2).

A palavra “pastorear” comunica uma gama de conceitos fundamentais para o exercício de poder. Primeiro, aponta para o cuidado que o pastor tem pelas ovelhas (Sl 23): ele as conhece, as ama, busca a perdida, preocupa-se com o alimento e satisfação da sede delas.

Segundo, pastorear requer uma preocupação particular com a proteção das ovelhas. A própria segurança do pastor fica subordinada à segurança do rebanho. Quantas guerras e batalhas Davi liderou, dando máxima atenção ao bem-estar do exército e país inteiro. Davi não foi homem perfeito, como podemos perceber em 2Samuel 11, porém, diferentemente de Saul, seu arrependimento foi genuíno e transformador (veja Sl 51).

Terceiro, acima de tudo, Davi priorizou a vida espiritual do povo. Isso se demonstrou na instalação da arca do Senhor em Jerusalém, “dançando com toda a sua força perante o Senhor” (2Sm 6.14). Ele pretendeu levantar um templo que mostrasse ao povo toda a supremacia de Deus tanto no governo como na sua vida pessoal.

Todos os salmos que Davi compôs, direta ou indiretamente, nos impressionam pelo amor que tinha pelo Senhor e sua Palavra. Quando a autoridade máxima no país mostra uma atitude de humilde submissão ao Senhor, esperamos ver os benefícios das boas escolhas que o dirigente da nação faz. Estes foram óbvios no caso de Davi até que sofreu as tristes consequências de seu adultério com Bateseba na criança que gerou e, especialmente, nos filhos Amnom e Absalão. Um bom pastor como Davi pode falhar e irá colher o fruto de seu pecado, mesmo após a certeza do perdão da parte de Deus.

Salomão

Ao pedir sabedoria ao Senhor, a impressão que se tem é que Salomão seria um rei que enfatizaria merecidamente Deus e sua Palavra como o centro do seu governo. Mas, antes do término de seu reinado, percebe-se que casamentos com mulheres que não professavam lealdade ao Deus de Israel e a instituição de trabalhos forçados rapidamente aniquilaram o amplo favor que gozava junto aos seus súditos. Onde armazenou Salomão o acervo de sabedoria que marcou os primeiros anos de sua vida?

A construção do templo e a oração preservada em 1 Reis 8 e 2 Crônicas 7 mostram nitidamente o bom começo de Salomão, porém 1 Reis 11 ressalta a falta de sabedoria na medida em que a supremacia de Deus recuava. “Casou com setecentas princesas e trezentas concubinas, e as suas mulheres o levaram a desviar-se. À medida que Salomão foi envelhecendo, suas mulheres o induziram a voltar-se para outros deuses e o seu coração já não era totalmente dedicado ao Senhor, o seu Deus, como fora o coração do seu pai Davi” (1Rs 11.3,4). A lição que Salomão aprendeu em sua juventude foi esquecida em sua velhice. Roberto Clinton, professor do Seminário Fuller, na Califórnia, reconhece que mais pessoas, na Bíblia, começaram bem do que terminaram vitoriosamente. Um número surpreendentemente grande de líderes e reis de Israel encerrou suas carreiras mal.

As sementes da divisão do país por Jeroboão foram plantadas por Salomão. O abuso de sua autoridade e as medidas para gerar prosperidade econômica provocaram a oposição das dez tribos do norte (1Rs 12.10), uma política que Roboão seu filho manteve e pretendia intensificar. A falta de humildade e de submissão à orientação de Deus rapidamente criou condições que explicam, pelo menos parcialmente, a ausência de reis piedosos durante toda a existência do Reino do Norte.

Ezequias

O autor de 2 Reis elogia Ezequias como o líder que superou a justiça dos outros reis de Judá. “Ele fez o que o Senhor aprova, tal como tinha feito Davi, seu predecessor. [...] Ezequias confiava no Senhor, o Deus de Israel. Nunca houve ninguém como ele entre todos os reis de Judá, nem antes nem depois dele. Ele se apegou ao Senhor e não deixou de segui-lo [...] o Senhor estava com ele; era bem-sucedido em tudo o que fazia” (2Rs 18.3,5-7).

Que fatores ou influências formaram o caráter deste homem de Deus? O texto sagrado não oferece informação suficiente

para sustentar uma explicação. Seu pai, Acáz, não estabeleceu nenhum vínculo entre Ezequias e o Deus criador e sustentador do universo. Acáz não deu nenhuma base para fundamentar-lhe a fé. Pelo contrário, imitou os costumes das religiões pagãs das nações que o Senhor tinha expulsado da Terra Santa. Chegou ao extremo de queimar um filho em sacrifício, prática condenada veementemente por Deus. Queimou sacrifícios e “incenso nos altares idólatras no alto das colinas e debaixo de toda árvore frondosa” (2Rs 16.3,4).

Talvez Ezequias tenha concluído que a vida de seu pai, dominado por superstição e repúdio à Lei do Senhor, não produziu qualquer benefício para Israel. Pelo contrário, claramente se mostrou como a porta para o caminho da destruição. É possível que tenha percebido que o paganismo do Reino do Norte trouxera a maldição sobre as dez tribos no ataque da Assíria sob Sargão II que conquistou a nação. Israel não somente foi aniquilada, mas perdeu sua identidade no exílio na Assíria (2Rs 17). Talvez tenha sido pela influência do profeta Isaías, contemporâneo de Ezequias, que acompanhou os eventos dramáticos do ataque de Senaqueribe, com oração e bons conselhos, que o reino do sul não teve o mesmo destino. O poderoso rei da Assíria, Senaqueribe, com um exército enorme e disciplinado, chegou com a intenção de esmagar Jerusalém, como tinha feito com as outras cidades que lhe haviam oferecido resistência. Mas Ezequias mandou um pedido urgente a Isaías para suplicar pela assistência divina. A profecia que os mensageiros trouxeram de volta para Ezequias mostra como Deus reagiu diante das palavras blasfemas dos assírios. “Não tenha medo das palavras que você ouviu, das blasfêmias que os servos do rei da Assíria lançaram contra mim. Eu farei tomar a decisão de retornar ao seu próprio país, quando ele ouvir certa notícia. E lá farei morrer à espada” (2Rs 19.6-7). A narrativa da Bíblia foi confirmada pela descoberta arqueológica em que Senaqueribe declara que fechou Ezequias em Jerusalém como numa gaiola. Seu exército

foi dizimado com 185 mil soldados, mortos pelo anjo da morte, e o próprio rei assassinado por seus filhos alguns anos após sua volta para Nínive (2Rs 19.35-37).

A explicação do extraordinário livramento de Ezequias e da nação sob o seu comando ilustra o princípio fundamental de que a autoridade pertence a Deus. O bem-sucedido governante que obedece fielmente ao Senhor pode contar com o poder dele. Esse foi o segredo da vitória do rei Ezequias, contrastada com Oseias, último rei de Israel (2Rs 17.3-7).

Josias

Uma das decisões mais significativas de Josias foi reformar o templo. No oitavo ano do seu reinado, Josias renunciou à abominável corrupção e idolatria politeísta que dominara o governo de seu pai Amom e de seu avô, Manassés. Como no caso de Ezequias, ele mudou por completo o rumo do reino durante sua curta vida. Instigou a reforma do templo e rasgou as vestes, como sinal de arrependimento, ao ouvir “as palavras do Livro da Lei” (2Rs 22.11). A reforma motivada pelo rei Josias foi mais extensa e mais profunda do que a de Ezequias, segundo o Prof. Waite.³⁰ Não se restringiu à destruição dos altares em Judá e Benjamim, mas passou por Efraim, chegou à terra de Naftali e adentrou a Galileia. Cumpriu a profecia acerca do altar erguido por Jeroboão em Betel (2Rs 23.15-18). A Páscoa que Josias celebrou em Judá foi maior do que aquela patrocinada por Ezequias, não havendo igual desde os dias de Samuel. Submeteu-se à autoridade do seu Deus de tal modo que se torna difícil entender sua morte prematura em Megido. Será que ele teve um surto de autoconfiança que lhe assegurou a vitória sobre o faraó Neco II? Mesmo depois de repetidas afirmações que o faraó teria vindo para dar assistência aos assírios contra a Babilônia, Josias não lhes deu ouvidos. As declarações que mandou passar para Josias não lhe convenceram (2Cr 35.21,22). “Neco, porém, enviou-lhe mensageiros, dizendo:

³⁰ Veja o artigo no *Novo dicionário da Bíblia*.

“Não interfiras nisso, ó rei de Judá. Desta vez não estou atacando a ti, mas a outro reino com o qual estou em guerra. Deus me disse que me apressasse; por isso para de te opores a Deus, que está comigo; caso contrário, ele te destruirá’ ”. Suponho que Josias agiu independentemente e não tinha autorização da parte do Senhor para batalhar contra o faraó. Claramente não tinha forças para combater contra o exército do Egito. Acontece que vidas preciosas, como a de Josias, são desperdiçadas por carecerem da direção divina para avançar contra o inimigo. Assim, Josias tropeçou num ponto central que o deixou sem a autorização de Deus e, conseqüentemente, sem o seu poder.

A reforma de Josias durou pouco tempo. Durante sua vida, o povo cumpriu suas ordens. Ele exerceu autoridade pessoal, mas não criou raízes mais profundas. Sua autoridade sobre os filhos que o sucederam não marcou suas vidas. Obviamente, não produziu nenhum amor à santidade em seu filho Jeoacaz que reinou apenas três meses. Jeoaquim, filho de Josias também, reinou de 608 a 598 a.C., porém, não mostrou nenhuma piedade como seu pai demonstrara (2Cr 36.5-8). Nabucodonozor o levou para a Babilônia sem autoridade e poder algum. Os catastróficos reinados da maioria dos dirigentes de Israel e Judá confirmam a tese de que sem a autoridade de Deus nenhum governo pode ter consistência ou permanecer.

Jó

A mensagem do livro de Jó ressalta de maneira convincente o princípio de submissão à autoridade e seu vínculo com o poder. A história conhecida deste homem rico e piedoso do oriente não precisa ser recontada. Satanás desafiou a Deus com a opinião que muitos homens também têm: “Será que Jó não tem razões para temer a Deus? [...] Tu mesmo tens abençoado tudo o que ele faz, de modo que os seus rebanhos estão espalhados por toda a terra. Mas estende a tua mão e fere tudo o que ele tem, e

com certeza ele te amaldiçoará” (1.9-11). O Adversário usava o argumento da teologia da prosperidade: se Deus nos trata muito bem, naturalmente nós o obedeceremos e seguiremos os seus conselhos. O homem precisa de outro incentivo do que o amor e satisfação em Deus para servi-lo e obedecê-lo!

O enredo do livro e dos “consoladores” Elifaz, Bildade e Zofar, que argumentaram com lógica irrefutável, é Deus é justo, portanto, sofrimento e calamidades na vida pressupõe a punição divina. Eliú, e finalmente Jó, também afirmam que a infinita grandeza de Deus o exalta acima de nossas especulações críticas. “Mas eu lhe digo que você (isto é, Jó) não está certo, porque Deus é maior do que o homem” (Jó 33.12). Considere suas palavras: “Não se pode nem pensar que Deus faça o mal, que o Todo-Poderoso perverta a justiça” (34.12). Deus não pode ser réu e ser julgado por algum juiz humano, criatura sua. Sua soberania indiscutível não cabe dentro dos moldes pequeninos e frágeis de criaturas. Paulo estava certo: “Ó profundidade da riqueza da sabedoria e do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e inescrutáveis os seus caminhos! Quem conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro? Quem primeiro lhe deu, para que ele o recompense?” (Rm 11.33-35).

A conclusão única que o autor de Jó admite é que Deus retém absoluta autoridade e todo o poder para fazer com eles o que bem entender. Nós devemos nos arrepender se, por acaso, achamos que Deus nos tem tratado injustamente. A submissão e dependência de um bebê nos braços da mãe seria o quadro mais perfeito para descrever a premente necessidade de sujeitar-nos debaixo da poderosa mão de Deus. A sugestão do diabo é amaldiçoar o que parece injustiça divina. Jó, e com ele toda a Bíblia, declaram: glorifique a Deus pela sua grandeza e poder. Guarde os seus mandamentos e arrependa-se quando um pensamento de altivez cruzar sua mente.

Daniel

O jovem Daniel, também cativo, levado para a Babilônia por Nabucodonosor, ilustra perfeitamente o princípio que o homem que se humilha e se compromete totalmente com a vontade de Deus recebe sua aprovação e é recompensado com poder. Daniel foi levado cativo para a Babilônia no terceiro ano do reinado de Jeoaquim. Foi um servo do Senhor que exaltou seu Mentor, o Deus de Israel. Correu com as duas pernas de sujeição à autoridade de Deus e, conseqüentemente, foi exaltado com poder e grande influência por ele.

Daniel manteve a autoridade de Deus acima da de Nabucodonosor, de maneira que resistiu à ordem do rei para não ficar contaminado com os alimentos proibidos pela Lei mosaica. É possível que sua aversão à dieta do palácio fosse devida ao fato de os alimentos serem consagrados aos ídolos, por meio de ritos pagãos. Juntamente com seus colegas hebreus, voluntariamente se sujeitou a uma dieta de vegetais e água durante dez dias para provar que eram tão saudáveis como aqueles jovens que se alimentavam com a dieta que Nabucodonosor estipulara. Daniel e seus colegas hebreus, que honraram a Deus, ficaram mais saudáveis do que os jovens que se alimentaram com a dieta do rei. Além do mais, Deus acrescentou aos jovens sabedoria e inteligência extraordinárias (Dn 1.17). Assim, destacaram-se, não somente em sua piedade, mas também no testemunho que compartilharam. A influência de Daniel foi tamanha que o mais poderoso homem do mundo veio a se humilhar debaixo do Rei dos reis e Senhor dos senhores.

O Senhor revelou a Daniel o significado do sonho de Nabucodonosor (Dn 2), façanha que levou o rei a colocá-lo como governador sobre toda a província da Babilônia, além de chefiar todos os sábios da mesma província (Dn 2.48). O segundo sonho de Nabucodonosor (Dn 4.1-18) também foi interpretado corretamente pelo profeta escolhido por Deus.

Uma vez cumprida a profecia transmitida no sonho, Nabucodonosor reconheceu a grandeza do Deus único. Suas palavras, inesperadas, de rei pagão glorificaram o Deus de Israel: “Agora eu, Nabucodonosor, louvo, exalto e glorifico o Rei dos céus, porque tudo o que ele faz é certo, e todos os seus caminhos são justos” (Dn 4.37).

Quando Dario, o medo, conquistou a Babilônia, Daniel tinha mais de oitenta anos. Mas Dario nomeou sobre todo o seu império medo-persa 120 sátrapas, governadores, e colocou três supervisores, um deles era Daniel. Novamente, notamos a maneira que Deus elevou seu servo para exercer autoridade fundamentada no poder. O império medo-persa foi o maior da história até o sexto século antes de Cristo.

Notavelmente, Daniel se importava pouco com o decreto promulgado pelo rei Dario que condenava a “todo aquele que orar a qualquer deus ou a qualquer homem nos próximos trinta dias”, exceto a ele, o rei, pois seria atirado na cova dos leões (6.7). Daniel reconheceu a plena soberana autoridade de Deus sobre o homem mais poderoso do mundo. Agiu como se o decreto não existisse. Orou como de costume, três vezes por dia (6.10), confiante de que não sofreria mal algum. Ou se Deus quisesse que ele morresse, a glória seria dele. Feliz é aquele servo que confia no Senhor de todo o seu coração e não se apoia em seu próprio entendimento (Pv 3.5). Daniel poderia ter se escondido, orando no seu coração, sem se ajoelhar ou mover os lábios. Mas, corajosamente, ele desobedeceu ao decreto do rei, confiando que Deus reinava sobre as circunstâncias da sua vida. Outra vez, a glória de Deus foi exaltada na preservação da vida do seu servo. Mais importante ainda foi o decreto de Dario, escrito aos homens de todas as nações, povos e línguas de toda a terra: “Paz e prosperidade! Estou editando um decreto para que em todos os domínios do império os homens temam e reverenciem o Deus de Daniel. Pois ele é o Deus vivo e permanece para sempre;

o seu reino não será destruído, o seu domínio jamais acabará. Ele livra e salva; faz sinais e maravilhas nos céus e na terra. Ele livrou Daniel do poder dos leões” (Dn 6.26-27).

Jonas

A atuação deste enigmático profeta, Jonas, mostra como um homem escolhido por Deus pode resistir a uma ordem específica dele e sofrer as consequências. Deus deu esta ordem: “Vá depressa à grande cidade de Nínive e pregue contra ela, porque a sua maldade subiu até a minha presença” (Jn 1.2). Jonas, deliberadamente, decidiu desobedecer a ordem específica de Deus. O texto diz que “fugiu” da presença do Senhor, isto é, viajou de navio na direção oposta a Nínive. A famosa narrativa explica que as consequências de sua desobediência foram o envio de uma violenta tempestade que ameaçou o navio de arrebentar-se e a todos os tripulantes com afogamento. Jonas conseguiu convencer o capitão que a razão do iminente desastre fora seu deliberado desrespeito à autoridade legítima de Deus. Quando o culpado foi lançado ao mar, este se aquietou.

Um peixe preparado por Deus engoliu o profeta rebelde. O capítulo dois mostra a profundidade do arrependimento deste homem escolhido por Deus para ser arauto na imensa cidade, capital da Assíria. As palavras de Jonas espelham a mudança radical do profeta. “Mas eu, com um cântico de gratidão, oferecerei sacrifício a ti. O que eu prometi cumprirei totalmente. A salvação vem do Senhor” (Jn 2.9).

A proclamação do juízo vindouro sobre a cidade e seus milhares de habitantes provocou um arrependimento genuíno e profundo. Notável neste pequeno livro de Jonas é a presteza com que o rei da Assíria e seu povo se humilharam ao ouvir a mensagem de Jonas. Parece que os assírios estavam mais dispostos a acreditar na autoridade e poder de Deus do que o próprio profeta.

O capítulo quatro apresenta o desfecho com uma atitude inesperada de Jonas. Ele demonstra que amava mais a sombra da planta que o abrigou do escaldante calor que milhares de almas ameaçadas. Cento e vinte mil habitantes inocentes seriam ceifados. Jonas ficaria feliz caso a cidade fosse destruída como ele mesmo havia anunciado.

Uma das mensagens que o pequeno livro de Jonas nos ensina é que é muito difícil obedecer às ordens de Deus quando elas contrariam nossas preferências. Claramente Jonas precisava se submeter à vontade amorosa de Deus acima do seu desejo de presenciar a destruição do povo inimigo, a Assíria. Deus amou o mundo e enviou seu Filho para tirar o pecado do mundo. Arrependimento e fé naquele que sofreu as consequências de nossa rebeldia cancelam a ameaça do juízo vindouro.

Ester

Mesmo que o livro de Ester não faça nenhuma referência direta a Deus, é notável o controle soberano que Deus tem sobre poderosos reis como aqueles que dominaram o governo da Média e da Pérsia. Como no exemplo de Daniel, a espantosa autoridade despótica dos reis do Império persa era absoluta. Ambos, Ester e Mardoqueu, foram instrumentos nas mãos de Deus para desviar o desprezo e ódio mortífero de Hamã. Xerxes, rei da Pérsia, passou para Mardoqueu autoridade. “Foi o segundo na Hierarquia, depois do rei Xerxes,” no império (Et 10,2,3).

Todos estes casos deveriam nos convencer de que a suprema autoridade de Deus é necessária para dominar e guiar a todos os que exercem poder. “Os lábios do rei falam com grande autoridade; sua boca não deve trair a justiça” (Pv 16,10). Poder produz apenas a razão humana para se vangloriar, mas a autoridade que Deus dá requer humildade e submissão à autoridade superior.

Ao passar para o Novo Testamento, precisaremos focar na humilhação de Jesus Cristo: “Que embora sendo Deus, não

considerou que o ser igual a Deus era algo a que devia apegar-se; mas esvaziou-se a si mesmo, vindo a ser servo, tornando-se semelhante aos homens. E, sendo encontrado em forma humana, humilhou-se a si mesmo e foi obediente até a morte, e morte de cruz!” (Fp 2.6-8). Sua encarnação foi uma humilhação das mais radicais, quando o Deus Filho se rebaixou e viveu sob as limitações impostas pela carne, cumprindo perfeitamente a vontade do Pai. Seu exemplo apresenta um quadro-modelo para todos aqueles que têm autoridade e exercem poder. Com ele, podemos aprender o que realmente significa tomar a responsabilidade da autoridade eclesiástica ou governamental.

CAPÍTULO 2

A autoridade de Jesus Cristo

Os nomes e títulos de Jesus comunicam sua autoridade

Podemos nos surpreender quando tentamos reunir todos os nomes e títulos que identificam o Senhor Jesus Cristo no Novo Testamento, pois são muitos. A palavra do anjo que anunciou o nascimento de Jesus a José instruiu o futuro marido de Maria que o filho que nasceria milagrosamente deveria ser chamado “Jesus”. “Jesus” significa “Iavé salva”. No hebraico, Josué tem o mesmo significado. O anjo explica que este nome será de Jesus “porque ele salvará o seu povo dos seus pecados” (Mt 1.21). Que a autoridade de perdoar pecados pertencia a Jesus, aparentemente um mero homem, virou ponto de conflito com os mestres da lei que raciocinavam que Jesus, pretendendo perdoar pecados, estaria blasfemando. Jesus, por outro lado, disse: “Mas, para que vocês saibam que o Filho do homem tem na terra a autoridade para perdoar pecados” (Mc 2.10) ao mandar que o paralítico se levantasse, pegasse sua maca e fosse para casa. O doente se levantou e obedeceu a ordem de Jesus. Por esse ato sobrenatural, Jesus fechou as bocas dos mestres da lei e persuadiu a todos os presentes que aquele que tinha autoridade

para restaurar um parálítico à completa saúde, também teria autoridade para perdoar pecados. Ambas as atribuições são prerrogativas exclusivas de Deus.

Aqui encontramos, pela primeira vez (em Marcos; veja também os Evangelhos de Mateus 9.6 e Lucas 5.24), o título favorito de Jesus em sua autodesignação: “Filho do homem”. Evidentemente, ele usou este título para descrever seu caráter e missão com referência a Daniel 7.13,14. “Em minha visão à noite, vi alguém semelhante a um filho de homem, vindo com as nuvens dos céus. Ele se aproximou do ancião e foi conduzido à sua presença. Ele recebeu autoridade, glória e o reino, todos os povos, nações e homens de todas as línguas o adoraram. Seu domínio é um domínio eterno que não acabará, e seu reino jamais será destruído”.³¹

Este título define o Messias da esperança profética como divino, mas também humano. Ainda que sua autoridade seja absoluta, igual à de Deus, Jesus usa esta designação em referência à sua morte (Mc 8.31; 9.31; 10.33 e assim por diante). Como o Servo Sofredor de Isaías, o Filho do homem incorpora o povo universal de Deus, ajuntando os eleitos de todos os povos e línguas. Como o Messias, inseparável dos seus súditos, o Filho do homem, depois de sofrer, será exaltado. Compartilhará todos os benefícios do seu sacrifício com os seus.

Em sua oração sacerdotal, Jesus declara: “[...] Glorifique o teu Filho, para que o teu filho te glorifique. Pois lhe deste autoridade sobre toda a humanidade para que conceda vida eterna a todos os que lhe deste” (Jo 17.2). O Pai deu exclusivo direito para o Filho conceder vida eterna aos escolhidos pelo Pai, isto é, para perdoar os seus pecados e tornar pecadores culpados em santos imaculados diante de Deus. Este direito pertence a Jesus e a mais ninguém. Ele é a razão de os redimidos de todas as tribos, línguas, povos e nações reconhecerem, juntamente com

³¹ Veja o artigo de J. N. Geldenhuys no *Novo Dicionário da Bíblia*.

os vinte quatro anciãos, que Jesus é “digno de receber e abrir o livro selado porque ele foi morto e com o seu sangue comprou os que o Pai lhe deu. Ele tem o direito de exercer autoridade de salvar a todos os que creem, procedendo de toda tribo, povo, língua e nação” (Ap 5.9).

Mateus lembra os seus leitores que o nascimento virginal de Jesus cumpriu uma profecia extraordinária de Isaías 7.14: “A virgem ficará grávida e dará à luz um filho, e o chamarão Emanuel” que significa “Deus conosco” (Mt 1.23). Este nome, “Emanuel”, não foi usado para identificar Jesus nos evangelhos. Haveria dúvida de que ele faria parte do acervo de títulos que foram autorizados pelas profecias para descrever acuradamente a pessoa de Jesus? Ele foi, de fato, a encarnação de Deus. “Todas as coisas foram feitas por intermédio dele; sem ele, nada do que existe teria sido feito” (Jo 1.3). O único Deus, Criador dos céus e da terra “tornou-se carne e viveu entre nós. Vimos sua glória, glória como do Unigênito vindo de Deus” (Jo 1.14). É impossível não perceber que aquele que “*tabernaculou* entre nós” foi Emanuel. Basta admitir esta verdade estupenda para entender por que João relata que “Jesus sabia que o Pai havia colocado todas as coisas debaixo do seu poder” (lit. “colocado todas as coisas em sua mãos”) (Jo 13.3). Ele é Deus. Sua autoridade, como a do Pai, é absoluta.

O título, “Cordeiro de Deus,” usado por João Batista, aponta para a verdade que Jesus “tira o pecado do mundo” (Jo 1.29,36). Com este nome devemos entender que a autoridade de Jesus incluía o perdão de pecados. Seu sacrifício vicário para anular a culpa do pecado o autorizou com o direito exclusivo de Deus de declarar pecados perdoados. Paulo escreveu: “Deus o ofereceu como sacrifício para propiciação [...] pelo seu sangue” (Rm 3.25). A propiciação se refere à maneira como a morte sacrificial de Cristo removeu a dívida que o pecado coloca na conta de todo pecador. Ele cancelou a escrita da dívida que consistia em

ordenanças não obedecidas. Ele a removeu, pregando-a na cruz (Cl 2.14). Jesus foi e é nosso substituto perfeito, uma vez tendo oferecido a si mesmo como o bom Pastor que “dá sua vida pelas ovelhas” (Jo 10.11). Por ter oferecido sua vida em substituição pela nossa, ele tem plena autoridade para mandar e governar as vidas dos remidos.

João Batista entendeu perfeitamente que não era para resistir à crescente popularidade de Jesus. Identificou Jesus como aquele que vinha depois dele, um homem que seria superior a ele, “porque já existia antes de mim” (Jo 1.30), disse João. Nos evangelhos sinóticos, João assegura seus discípulos de que batizava com água para arrependimento. “Mas depois de mim vem alguém mais poderoso do que eu, tanto que não sou digno nem de levar as suas sandálias (Mt 3.11). João não é o Messias. Sua autoridade é limitada, mas aquele que vem após ele “[...] traz a pá em sua mão e limpará sua eira, juntando seu trigo no celeiro, mas queimará a palha com fogo que nunca se apaga” (Mt 3.12). Jesus, o Messias, traria salvação e juízo. A voz que saiu da nuvem, na hora da transfiguração, dizia: “Este é o meu Filho, o Escolhido; ouçam a ele!” (Lc 9.35). A autoridade de Jesus Cristo foi de Deus, enquanto a autoridade de João foi de um profeta humano.

A figura messiânica do “Servo de Iavé” descrito por Isaías também cumpre o papel de substituto: “traspassado por causa das nossas transgressões, foi esmagado por causa de nossas iniquidades; [...] cada uma de nós voltou para o seu próprio caminho; e o Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de todos nós” (Is 53.5,6). O Senhor fez da vida deste Servo uma oferta pela culpa, mas ele ressuscitaria dos mortos para ver sua prole e prolongar seus dias (Is 53.10). “Porém, ele será levantado e erguido e muitíssimo exaltado” (Is 52.13), o que implica sua autoridade (cf. Fp 2.9-11). O “Servo” também é Senhor.

Mesmo que o termo “Redentor” não apareça no Novo Testamento para identificar o Senhor Jesus (o termo *goel*, “redentor”, refere-se a Deus, no Antigo Testamento, em: Jó 19.25; Sl 19.14; 78.35 e Jr 50.34; e 14 vezes em Isaías), o ato de redimir é destacado em relação Jesus Cristo (Gl 3.13,14; 1Pe 1.18; Ap 14.3). O sentido de autoridade tem seu espaço em palavras como “redenção” e “redimir”. Referem-se, no Novo Testamento, à libertação de escravos por meio de um preço pago para quebrar as cadeias que algemavam os escravos ao dono anterior. “Nele temos a redenção por meio do seu sangue” (Ef 1.7) omite mencionar a obrigação que a autoridade do novo dono tem. Porém, as implicações da redenção do Cordeiro de Deus são claras em outro texto de Paulo. “Vocês foram comprados por alto preço. Portanto, glorifiquem a Deus com o corpo de vocês” (1Co 6.20). Neste caso, Jesus Cristo, tendo redimido seu povo, tem plenos direitos sobre os escravos libertos. Eles não são mais donos de si mesmos. Cristãos que não reconhecem a autoridade de Jesus, agindo e decidindo como senhores de suas vidas, contradizem a redenção que eles afirmam possuir. Negam a redenção que supostamente Cristo pagou para adquiri-los.

André, após o convite de Jesus, encontrou seu irmão Simão Pedro. Disse para ele: “Achamos o Messias” (Jo 1.40,41). Este título na língua hebraica quer dizer, “ungido”, correspondendo ao grego “Cristo”. Jesus cumpriu cinco elementos incluídos na expectativa judaica no Antigo Testamento. O “Ungido” é escolhido, indicado para cumprir o propósito redentivo de Deus, para exercer juízo sobre os inimigos. Deus lhe dá domínio sobre as nações. Em todas as responsabilidades é o próprio Iavé que age.³² Tanto André como a mulher de Sicar, a samaritana, foram desafiados a reconhecer que Jesus era o esperado rei messiânico celestial que viria para cumprir a esperança de Israel e muito mais.

³² Veja o *Novo dicionário da Bíblia*, artigo de F. F. Bruce, “Messias”.

A prática no Israel da Antiguidade foi ungir o(s) indivíduo(s) que Deus escolhera para ser(em) sacerdote(s) ou rei(s), e com esse ato passavam a autoridade vinculada ao seu ofício. “Unja Arão e seus filhos e consagre-os para que me sirvam como sacerdotes. Este será o meu óleo sagrado para as unções, geração após geração. Não o derramem sobre nenhum outro homem [...]” (Êx 30.30-32). A consagração com o óleo sagrado separava o sumo sacerdote de todos os outros homens para encabeçar o serviço religioso. Sua autoridade na vida espiritual da nação era total. Durante o período entre os Testamentos, antes do nascimento de Jesus, surgiram sumo sacerdotes indignos de exercer autoridade civil ou religiosa. Suas ações e caráter eram uma negação da unção que haviam recebido.

Jesus, por outro lado, é o grande Sumo Sacerdote, misericordioso e fiel com relação a Deus por causa de sua encarnação. “Foi necessário”, diz o autor de Hebreus: “que ele se tornasse semelhante a seus irmãos [...] para fazer propiciação pelos pecados do povo” (Hb 2.17). Ele é capaz de socorrer os que estão sendo tentados (v. 18). Mas, devemos lembrar, disse o autor de Hebreus que: “Ninguém toma esta honra para si mesmo, mas deve ser chamado por Deus, como de fato foi Arão. Da mesma forma, Cristo não tomou para si a glória de se tornar sumo sacerdote, mas Deus lhe disse: [...] Tu és sacerdote para sempre segundo a ordem de Melquisedeque” (Hb 5.4-6). A unção serviu para comunicar que Deus tinha escolhido o sacerdote e o autorizado para servir em relação às coisas de Deus. Essa autoridade sacerdotal não podia ser transferida por vontade humana, nem tomada pela força. Era direito de Deus partilhar sua autoridade com seus escolhidos.

O rei Uzias de Judá ultrapassou seu direito de rei e o seu orgulho provocou sua queda. “Foi infiel ao Senhor, o seu Deus, e entrou no templo do Senhor para queimar incenso”. O sumo sacerdote Azarias e mais oitenta sacerdotes o enfrentaram, declarando que Uzias não tinha autoridade para queimar incenso

no altar porque era tarefa exclusiva de sacerdotes. O castigo pelo seu pecado foi a lepra que apareceu em sua testa na hora (2Cr 26.16-19). Naquele momento, Uzias perdeu sua autoridade soberana. Podemos até dizer que sua unção foi cancelada.

Igualmente, a consagração do rei para governar a nação lhe concedia autoridade suprema. O Senhor mandou Samuel ungir Saul “como líder sobre o meu povo, Israel” (1Sm 9.16). Quando Samuel cumpriu esse ritual de consagração, “apanhou um jarro de óleo, derramou-o sobre a cabeça de Saul e o beijou, dizendo: ‘O Senhor o tem ungido como líder da herança dele’” (1Sm 10.1). Com essa unção, foi entendido que ele tinha o direito dado por Deus de exercer autoridade sobre Israel. Essa exaltação não lhe deu o direito de agir independentemente da vontade de Deus. A razão de Saul ser destituído do trono foi precisamente porque desobedeceu a ordem expressa de Deus. As palavras de Samuel dizem tudo: “Você rejeitou a palavra do Senhor, e o Senhor o rejeitou como rei de Israel” (1Sm 15.26).

Samuel também ungiu Davi, logo depois de rejeitar Saul com rei. O drama todo que Samuel e Jessé passaram em torno de quem era o escolhido por Deus enfatiza que Deus não escolhe seu ungido pela aparência ou altura. Deus não valoriza a aparência, mas o caráter e a qualidade do coração (1Sm 16.7). Davi foi o homem que Deus disse ser segundo o seu coração. Davi foi o homem que forneceu o ideal do Messias que a nação esperava, um indivíduo que incorporaria perfeitamente a natureza de Deus, por um lado, e sua perfeita vontade, por outro. Esse ideal se manifestou na pessoa de Jesus de Nazaré. Muito mais do que mero homem, o Eleito foi Deus encarnado, perfeito homem e perfeito Deus.

Jesus e o Reino de Deus

A mensagem central da pregação de Jesus foi o reino de Deus que um dia ele governaria. É importante reconhecer que Jesus não pensava em um território sobre o qual reinaria. O

termo *basileia* (grego) comunica a ideia de “reinado”, não de um país ou uma região, como Herodes governava. Trata-se de um domínio sobre súditos que reconhecem sua autoridade absoluta sobre eles. Em Mateus 8.11, temos um exemplo dessa ideia. “Eu lhes digo que muitos virão do oriente e do ocidente e se sentarão à mesa com Abraão, Isaque e Jacó no Reino dos céus, mas os súditos serão lançados para fora, nas trevas, onde haverá choro e ranger de dentes”. Jesus declarou claramente que seu reino não era deste mundo (Jo 18.36).

A igreja que Jesus prometeu estabelecer e edificar não deve ser identificada com o reino. Há aspetos do reino que coincidem com a igreja, mas outros não fazem parte do reino de Deus. O fato é que o Messias – nosso Rei divino – já veio e reina agora. Essa verdade não deve nos cegar ao fato de que “ainda não vemos que todas as coisas lhe estejam sujeitas” (Hb 2.8). Sua autoridade é absoluta. Mas enquanto o evangelho não tiver sido pregado a todos os povos e línguas, aguardamos pacientemente a vinda do reino. A plenitude dos gentios ainda não foi inserida na oliveira cultivada. Esperamos o reino visível no futuro. Enquanto aguardamos a conversão de Israel (Rm 11.25), o dia abençoado da Segunda Vinda de nosso Rei não chegará. Quando vier, Jesus colocará todos os seus inimigos debaixo de seus pés.

A primeira pregação de Jesus, em Marcos, sobre o reino foi a respeito de sua proximidade. “O tempo é chegado”, dizia ele. “O Reino de Deus está próximo. Arrependam-se e creiam nas boas novas!” (Mc 1.15). Como George Ladd declara, o reino chegou na pessoa de seu Rei, Jesus Cristo, mas ainda não chegou em sua plenitude. Jesus disse: “O Reino de Deus está entre (ou em) vocês” (Lc 17.21), por um lado. Mas Jesus ensinou seus discípulos a pedir que o reino venha (Lc 11.2). Sua autoridade não foi questionada pelos discípulos. Quando Jesus os convidou a segui-lo, não hesitaram. “No mesmo instante eles deixaram as suas redes e o seguiram” (Mc 1.18). Entenderam que, se Jesus era rei, obediência a ele era imprescindível.

O choque que seu aparecimento provocou na sinagoga de Cafarnaum é compreensível. Ensinou como alguém que tem autoridade; repreendeu um demônio que ficou humilhado diante de sua autoridade (Mc 1.23-27). Não teve outra opção senão obedecer. Milagres foram realizados por ele sem impedimento. Os poderes do reino se manifestaram em sua pessoa.

Marcos relata outro incidente no ministério de Jesus, novamente em Cafarnaum, numa casa. Ele pregava a palavra, quando chegaram quatro homens, carregando um parálítico. Impedidos de aproximar-se dele por causa da multidão, removeram parte da cobertura da casa, e baixaram em seguida a maca em que o parálítico estava deitado.

T. Keller descreveu o acontecido assim: “O que esses homens estavam tão determinados a conseguir de Jesus? Bem, a princípio não parece que Jesus tenha entendido. Jesus se voltou para o homem parálítico e, em vez de dizer ‘levanta-te, estás curado’, disse ‘Filho, os teus pecados estão perdoados’. [...] Entenda que o principal problema na vida de uma pessoa nunca é seu sofrimento, mas sim seu pecado. [...] Naturalmente, todo parálítico deseja, com cada partícula do seu ser, voltar a andar. Com toda certeza, esse homem estava depositando todas as suas esperanças na possibilidade de voltar a andar. Em seu coração, certamente ele dizia: ‘se pudesse voltar a andar, estaria feito na vida. Nunca mais seria infeliz, nunca mais reclamaria de nada’. [...] Mas Jesus lhe dizia: ‘você está enganado, meu filho’. Isto pode parecer meio cruel, mas é uma profunda verdade. Jesus está dizendo: ‘Quando eu curar seu corpo, se isso for tudo que eu fizer, você achará que nunca mais será infeliz novamente. Mas espere alguns meses, pois essa euforia não dura muito, e ela vai passar. As raízes do descontentamento que habita o coração humano são profundas’”.³³

Se continuarmos com Keller a meditar nesta história de Jesus, descobriremos que o pecado é sempre contra Deus. “A

³³ Timothy Keller, *A cruz do Rei*, p. 46-47.

única pessoa que pode dizer isso para um ser humano é o Criador. Jesus Cristo, ao perdoar os pecados do homem, alega ser o Deus 'Todo-Poderoso. Os escribas sabiam disso; aquele homem não estava apenas alegando fazer milagres, mas sim que era o Senhor do universo.'"³⁴ A autoridade de Jesus não alcança apenas o sábado, mas ele tem direito de cancelar pecado. Se ele é Rei do universo, certamente tem autoridade para perdoar pecadores. Ele que pagaria o preço desse perdão na cruz. Por traz da declaração que pecados são perdoados, existem duas verdades: Jesus é o Criador (Jo 1.3) e ele é o sacrifício pelos pecados do mundo.

Um centurião teve ocasião de expressar sua confiança em Jesus. Era gentio e pensava que não tinha direito de receber qualquer benefício de Jesus. Enviou alguns líderes dos judeus para pedir que o Mestre viesse curar o seu servo paralítico. Sofria terrivelmente! Os judeus garantiram que o centurião merecia este benefício porque amava o povo e tinha construído uma sinagoga para ele. Jesus concordou. Estava perto de sua casa quando o centurião mandou alguns amigos dizerem a Jesus: "Senhor, não te incomodes, pois não mereço receber-te debaixo do meu teto [...], mas dize uma palavra, e o meu servo será curado. Pois eu também sou homem sujeito a autoridade, e com soldados sob o meu comando. Digo a um: Vá e ele vai; e a outro: Venha, e ele vem. Digo a meu servo: Faça isto, e ele faz" (Lc 7.6-8). "Jesus admirou-se dele e, voltando-se para a multidão que o seguia, disse: 'Eu lhes digo que nem em Israel encontrei tamanha fé' ". A fé do centurião ultrapassou a dos israelitas na avaliação de Jesus. Ele entendeu que é impossível confiar em Jesus como Messias sem reconhecer sua autoridade absoluta.

Vale a pena meditar nas palavras do pastor Marcelo Gomes de Maringá. "Uma fé fascinada com o poder, mas ignorante a respeito de autoridade, tende a confundir confiança com interesse, e convicção com obstinação. Se só tem poder, Deus está a serviço

³⁴ Ibid., p. 52.

do ser humano. Se, no entanto, tem autoridade, tudo é muito diferente. Nossa aproximação exige respeito, reverência e temor. Como lembrou Eugene Peterson, ‘a única forma apropriada de nos aproximarmos de Deus é com respeito e reverência, humildade e submissa adoração’ ”.³⁵

A fé do centurião excedeu a fé dos judeus porque revelou que ele entendia que Jesus não era simplesmente um mágico, nem um líder interessado em fomentar uma rebelião contra Roma. Com humildade marcante e o auxílio do Espírito Santo, creu que Jesus era representante do Deus de Israel. Era um Deus amoroso, todo-poderoso e gracioso para com toda a humanidade. Genuinamente amava as pessoas, mesmo as de outras raças. O centurião percebeu com sua fé extraordinária que a autoridade de Jesus era muito diferente daquela que Roma exercia.

João relata que os judeus, após a alimentação dos cinco mil, planejaram coroá-lo rei. Mas Jesus recusou a honra. Ele admitiria, como Messias, que era rei, porém, o seu reino não era deste mundo. Não era e não é reino de poder político ou de um domínio mantido com poder da polícia. Quer dizer, a sua autoridade era exercida, unicamente, para os que, pela transformação realizada pelo Espírito Santo, tornam-se leais. De coração querem obedecê-lo e seguir os seus princípios morais e espirituais.

Jesus rejeitou totalmente o modelo de Messias que os judeus esperavam: um rei que dominaria pelo poder militar, pela força e pelo medo. Zacarias tinha pronunciado esta verdade mais de quatro séculos antes: “ ‘Não por força nem por violência, mas pelo meu Espírito’, diz o Senhor dos Exércitos” (4.6). Igualmente instrutivo é o texto de Zacarias 9.9, uma profecia citada por Mateus que se refere à entrada triunfal de Jesus. “Digam à cidade de Sião, ‘cis que o seu rei vem a você, humilde e montado num jumento, num jumentinho, cria de jumenta’ ” (Mt 21.4).

³⁵ *Fé para transformar a vida*, Editora Espaço Palavra, p. 102.

O modelo de rei divino que Jesus introduziu no mundo foi de servo. “Pois nem mesmo o Filho do homem veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos” (Mc 10.45). Jesus cumpria a predição de Isaías acerca do Servo de Iavé, um homem inocente que morreria como uma oferta pela culpa do povo de Deus (53.8,10).

Pilatos foi obrigado a avaliar a autoridade de Jesus. Certamente, o governador reconhecia que multidões o seguiam. O entusiasmo que a multidão demonstrou na entrada triunfal de Jesus em Jerusalém, no domingo anterior à sua crucificação, foi evidência indiscutível de que ele tinha grande autoridade.

Acredito que Pilatos ficou perplexo na hora de examinar o réu. A aparência patética de Jesus, carente de qualquer marca de um líder determinado a derrubar o poder de Roma, não combinou com a acusação. Como teria Jesus suscitado uma animosidade tão profunda entre os líderes judeus que colaboraram com Roma sem sinal de poder militar? Ele não encabeçava um movimento político que unia a população para combater o domínio estrangeiro. Ironicamente, Pilatos perguntou a Jesus: “Então você é rei?” (Jo 18.37). Jesus acabara de admitir que era rei, mas assegurou a Pilatos que seu reino não era deste mundo. Se não fosse assim, Jesus afirmou: “meus servos lutariam para impedir que os judeus me prendessem [...]” (Jo 18.36). Sua autoridade não era militar, nem política.

Jesus desejava deixar claro que a sua autoridade era muito distinta da de Pilatos e soldados romanos que patrulhavam as ruas de Jerusalém. Sua autoridade era oculta, interna, de um coração novo e valores implantados pela atuação do Espírito Santo. Era autoridade do tipo, que Deus exerce num mundo que jaz no maligno. Essa autoridade era da natureza de um líder que disse, como Jesus: “Venham a mim, todos os que estão cansados e sobrecarregados, e eu lhes darei descanso. Tomem sobre vocês o meu jugo e aprendam de mim, pois sou manso e humilde de

coração, e vocês encontrarão descanso para as suas almas. Pois meu jugo é suave e o meu fardo é leve” (Mt 11.28-30).

Considere as características desta autoridade sob a qual os seguidores de Jesus estarão sujeitos.

Primeiro, é voluntária, pois ninguém é forçado a seguir a Jesus.

Segundo, é para cansados e sobrecarregados, pessoas que têm pouca ou nenhuma força para se autodeterminar ou encontrar o caminho da vida sozinhos. São os marginalizados da sociedade.

Terceiro, é para aqueles que se submetem ao seu jugo alegremente, mas não o julgam pesado ou difícil.

Quarto, é para os que estão persuadidos de que se aliar permanentemente com Jesus é o caminho da salvação. Nenhum outro tem poder para garantir a paz eterna como Jesus.

Quinto, é uma autoridade que visa uma submissão humilde e de aprendizado contínuo.

O reinado de Cristo, portanto, era uma realidade nos corações dos que se comprometeram com ele. Um reino espiritual, isto é, um reino que depende da fé e de um compromisso de amor com o Rei, esclarece a frase de Jesus: “Busquem, pois, em primeiro lugar o Reino de Deus e a sua justiça, e todas essas coisas lhes serão acrescentadas” (Mt 6.33). O reino que Jesus nos intimou a buscar não é um país ou estado, não é um território ou poder político, mas o reinado de Cristo se encontra no recôndito do coração. A promessa da Nova Aliança se realiza neste reinado, uma vez que a Lei do Senhor é gravada nos corações dos seus súditos. Quando muitos dos seus discípulos o abandonaram, achando que esse reino carecia de poder e benefícios palpáveis, Jesus perguntou aos Doze: “ ‘Vocês também não querem ir?’ Simão Pedro respondeu, ‘para onde iremos? Tu tens as palavras de vida eterna’ ” (Jo 6.66-68). A decepção dos que se afastaram era a consequência da incompreensão da natureza do reino que Jesus encabeçava. Não faziam ideia dos benefícios de seguir a

Jesus e se tornar súditos do seu reino. Não era o tipo de reino que almejavam.

Jesus ressuscitou o filho da viúva de Naim na Galileia. Os que presenciaram este milagre estupendo ficaram cheios de temor e louvavam a Deus, dizendo: “Um grande profeta se levantou entre nós” (Lc 7.16). O milagre da alimentação dos 5 mil suscitou o questionamento se Jesus não seria “o Profeta” de que Moisés falara em Deuteronômio 18.15,18. Essa predição olhava para um futuro em que Deus levantaria um homem que cumpriria o papel de Moisés, isto é, um líder que seria o porta-voz de Deus. Ela previa: “ele lhes dirá tudo o que eu (o Senhor) lhe ordenar”. Sua autoridade consistiria no fato de que ele não falaria de si mesmo, mas apenas tudo o que Deus mandasse. Foi esta realidade que Jesus reivindicou. Declarou perante os judeus, seus acusadores, que ele falava exatamente o que o Pai lhe ensinara (Jo 8.28). Para os discípulos, afirmou: “Estas palavras que vocês estão ouvindo não são minhas, são de meu Pai que me enviou” (Jo 14.24).

O ofício de profeta completava o quadro da profecia do Antigo Testamento ao projetar um Rei davídico ungido (Messias), um Sumo Sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque e um Profeta que cumpriria o papel que Moisés desempenhara. O Profeta messiânico anunciaria toda a vontade de Deus e reuniria um povo da Nova Aliança.

Jesus é Senhor (*kurios*)

Um dos títulos mais comuns referentes a Jesus Cristo é “Senhor”. Somente no Evangelho de Lucas e em Atos aparece 210 vezes. A maioria se refere ao *Senhor Jesus Cristo*. Em algumas das citações do Antigo Testamento, “Senhor” representa o nome pessoal de Deus (Iavé). Como os judeus tinham muito receio de blasfemar ao repetir esse nome sagrado, substituíram-no pelo título Adonai (Senhor) para evitar de pronunciar o nome sagrado, Iavé.

O termo *kurios* (grego) é o oposto de escravo ou servo (veja Mt 10.24,25; 18.25,27; 25.19; Lc 12.36,37, 46; Ef 6.5,9 e Cl 3.22). Pode significar dono, ou empregador. Pode ser usado como em português, “senhor”, quando se trata de uma pessoa reconhecida como superior, comunicando a ideia de autoridade.

Quando Jesus é chamado de Senhor, pode ser um modo respeitoso de falar. Mas, muito mais frequentes são as ocasiões em que Jesus Cristo é Senhor, identificado com Deus. Falar para ele como Senhor quer dizer muito mais do que alguém com autoridade como qualquer oficial do governo ou chefe de uma companhia. Jesus é Senhor do sábado, o dia sagrado dos judeus (Mc 2.28). Mesmo depois de sua morte e ressurreição, os ensinamentos e ordens de Jesus Cristo têm absoluta autoridade sobre a igreja (1Co 7.10; 1Ts 4.15).

A porta de entrada na Igreja de Cristo, no início, era receber o batismo, o sinal externo da fé interna, e tinha como chave a confissão: Jesus é Senhor (cf. Rm 10.9). Este deve ser o mais antigo credo da igreja. Somente seria considerada cristã a pessoa que confessasse com a sua boca o senhorio de Cristo, uma vez que viesse a crer firmemente que ele ressuscitara dos mortos. No mesmo contexto, Paulo afirma que “não há diferença entre judeus e gentios, pois o mesmo Senhor é Senhor de todos e abençoa ricamente todos os que o invocam”. Daí, ele cita Joel 2.32: “todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo”. No texto original de Joel, o “Senhor” traduz Iavé. A única conclusão possível é que Jesus é Iavé encarnado. Portanto, o exercício da autoridade de Jesus não anula a autoridade do Pai. O apóstolo Pedro, em sua mensagem no dia de Pentecoste, pregou que “Este Jesus, a quem vocês crucificaram, Deus o fez Senhor e Cristo (Messias)” (At 2.36). Foi exaltado e entronizado à destra do Pai, após sua ressurreição (At 2.33). Não há ninguém que tenha autoridade como Jesus a não ser Deus. Se Jesus partilha o reinado com seu Pai, sua autoridade não pode ser menor do que a dele. As palavras que Jesus declarou no

monte sem nome na Galileia confirmam esta conclusão: “foi me dada toda autoridade nos céus e na terra” (Mt 28.18). Esta declaração radical confirmou o que os discípulos ouviram Jesus dizer nos seus debates com os judeus antes de sua paixão. Ele, abertamente, se fez igual a Deus (cf. Jo 10.33).

Todos os evangelistas sinóticos relatam a discussão sobre a filiação do Messias. Mateus (22.41-45), Marcos (12.35-37) e Lucas (20.41-44) revelam que os judeus criam firmemente que o Messias seria descendente de Davi. Jesus perguntou como seria possível que Davi, falando pelo Espírito Santo, chamasse seu filho “Senhor”. Citou o Salmo 110.1: “O SENHOR disse ao meu Senhor: ‘Senta-te à minha direita até que eu faça dos teus inimigos um estrado para os teus pés.’” Jesus perguntou como seria possível que Davi tratasse do seu filho como “Senhor”, isto é, soberano divino. A única resposta razoável seria: porque era o Senhor Deus, digno de toda honra, glória e poder.

É significativo que tanto Mateus como Marcos relatam este debate de Jesus com os fariseus, seguindo a pergunta de um mestre da lei sobre o maior mandamento. Jesus respondeu: “De todos os mandamentos, o mais importante é este: ‘Ouça, ó Israel, o Senhor, o nosso Deus, o Senhor é o único Senhor. Ame o Senhor, seu Deus [...]’”. Certamente Jesus quis dar destaque especial ao título “Senhor” identificando-o com Deus. Davi no Salmo 110 não podia estar falando apenas de um líder ou rei humano que poderia ser “senhor” de Davi sem ser o Deus único.

Os primeiros cristãos não acharam que negavam o monoteísmo ao dar este título a Jesus. Sem jamais usar o termo “trindade”, torna-se evidente que as raízes desta compreensão de Deus estão firmemente arraigadas na doutrina do senhorio de Jesus Cristo. Desde o início, Jesus foi adorado. Note a maneira com que Tomé se dirige a Jesus imediatamente depois de

se certificar de que ele estava vivo, ressurreto dentre os mortos: “Senhor meu e Deus meu!”. É natural que se afirme que Jesus é Senhor e que sua autoridade é igual à de Deus Pai. Por isso, o hino que reconhece a divindade de Jesus declara que “Deus o exaltou à mais alta posição e lhe deu o nome que está acima de todo nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor, para a glória de Deus Pai” (Fp 2.9-11). Este hino, citado por Paulo em grego, pode ter sido composto em aramaico na Palestina, próximo ao dia de Pentecoste. Há fortes indicações de que a divindade de Jesus se firmou no título “Senhor”, uma vez que Isaías havia escrito, sete séculos antes de Cristo, que todo joelho se dobraria e toda língua juraria diante de Deus Iavé (45.23,24). Este texto foi citado no hino de maneira que os judeus não cristãos entenderam que os crentes blasfemavam por aplicá-lo a Jesus.

Na última ceia com seus discípulos, antes de sua crucificação, Jesus se levantou da mesa, encheu uma bacia de água e começou a lavar os pés dos discípulos. Quando terminou de lavar seus pés, ele perguntou se haviam entendido o que ele fizera. Disse, então: “Vocês me chamam ‘Mestre’ e ‘Senhor’, e com razão, pois eu o sou” (Jo 13.13). Ele continuou mandando que, como Senhor e Mestre deles, deveriam também lavar os pés uns dos outros (v.14). Um aspecto do título Senhor corresponde ao título “Mestre”, querendo dizer com isto que o Senhor tem direito de mandar. Um escravo não é maior do que o seu senhor, nem um apóstolo maior do que aquele que o enviou. Assim, os seguidores de Jesus deveriam manter um espírito de submissão, humildade de servo, mesmo sendo exaltados à posição de apóstolos.

Conclusão

Quando pensamos na autoridade de Jesus, devemos pensar em sua soberania. Sua vontade, portanto, é primordial e absoluta. Em seus ensinamentos no grande Sermão do Monte, ele deu a ordem geral: “Busquem, pois, em primeiro lugar o Reino de Deus e a sua justiça, e todas essas coisas lhes serão acrescentadas” (Mt 6.33). Buscar o reino não quer dizer menos do que colocar a autoridade regia de Jesus como a lei da vida. Buscar essa autoridade requer dependência no Espírito Santo que derrama o amor de Cristo no coração (Rm 5.5). Jesus não emprega policiais ou prisões para forçar seus súditos a se sujeitarem a si mesmos. Ele depende do amor, de um espírito de submissão. O cristão que tem Jesus como autoridade suprema na sua vida procura saber o que mais agrada ao Senhor. Todas as coisas boas que ele acrescenta para a vida daqueles que o obedecem e o amam de verdade reconhecem nos eventos e circunstâncias da vida que seu Rei sempre trata bem seus seguidores (veja Rm 8.28).

CAPÍTULO 3

A autoridade da Palavra de Deus

Mostre-me um crente que vive santa e piamente, e eu lhe mostrarei uma pessoa que leva a Bíblia a sério. O poder transformador da Palavra depende do reconhecimento de sua autoridade divina. Se Deus falou claramente a Abraão: “Tome seu filho [...] vá para a região de Moriá; sacrifique-o ali em holocausto [...]” (Gn 22.2), então deve nos convencer de que ele dá à sua Palavra autoridade absoluta. A obediência de Abraão dependia de dois fatores. Primeiro, a certeza que Abraão tinha acerca da voz que comunicou a ordem para imolar seu filho. Se de fato tivesse alguma dúvida de que foi Deus quem falou com ele ou outro espírito, não teria decidido levar Isaque para o altar para matá-lo. Segundo, uma vez que reconheceu que a voz de Deus tinha autoridade absoluta sobre sua vida e a vida de seu filho, não hesitou em obedecer.

O que mais marcou a Reforma da igreja no século XVI foi a autoridade final e absoluta da Bíblia. Se homens como Martinho Lutero, Ulrico Zuínglio, João Calvino e John Knox tivessem tido uma fé menos bíblica, a grande mudança não teria acontecido. Lutero fez sua declaração famosa em Worms, Alemanha, em 1522, diante de autoridades eclesiásticas e governamentais. Sua

defesa foi simples. “Se ninguém for capaz de me mostrar o erro de meus ensinamentos baseado na Bíblia, não posso retrair.” Foi na Bíblia que se firmou, e munido de uma convicção inabalável, declarou que não poderia agir de outra maneira.

Os Puritanos, que seguiram os reformadores continentais, reivindicaram as Escrituras como a autoridade final para a crença religiosa. “A regra de acordo com a qual a consciência deve proceder é o que tem sido revelado nas Sagradas Escrituras”, afirmou Cotton Mather que orou 490 dias para Deus mandar o primeiro despertar na Nova Inglaterra há 270 anos passados. A Palavra precisa ser autoridade final sempre, como o muito apreciado Thomas Watson escreveu: “Pense em cada linha que lê que Deus está falando com você”. Em muitas igrejas atuais, não se prega a Palavra, de acordo com Pr. Walter Brunelli, mas opiniões humanas. John Lightfoot observou: “A glória e a segura amiga de uma igreja é ser edificada sobre as Sagradas Escrituras.”

Não devemos ficar imunes ao perigo que ameaça as igrejas evangélicas do século XXI. Elas sutilmente se acercam à Igreja Católica Romana medieval apelando para as massas se sujeitarem aos pronunciamentos e promessas dos pastores, bispos e “apóstolos” sem exigir que eles fundamentem suas posições e declarações nas Sagradas Letras. Muitos pregadores não creem mais no pronunciamento de Lutero: “A Palavra é a única marca perpétua e infalível da igreja.” O professor Bruce Shelley escreveu: “Quem quer que leia, porém, os escritos do monge transformado, verá que a Palavra significava para ele mais do que doutrina corretamente formulada. A Palavra que produzia fé, na opinião dele, era dinâmica e ativa na alma dos crentes”.³⁶ Não foi sem razão que, entre os marcos da Reforma, levantou-se a bandeira de *Sola Scriptura*.

³⁶ Bruce L. Shelley, *A igreja: o povo de Deus*, Edições Vida Nova, p.15.

O dinheiro virou a força motriz em lugar do amor constrangedor de Cristo? As indulgências vendidas nas praças com declarações arrojadas, como a de Tetzel: “Antes da moeda bater no fundo da caixa, a alma teria voado do purgatório”, não têm seu eco ressonante nas igrejas dos nossos dias. Porém, as vantagens que as “ofertas sacrificiais” alcançarão para os contribuintes atuais não são menos surpreendentes. Voltam-se paulatinamente aos amuletos em lugar das relíquias medievais. Hoje frascos de azeite da unção, água do Rio Jordão, e outros meios duvidosos, supostamente fortalecem as orações em favor de cura, emprego, retorno de marido, libertação de filho das garras das drogas, além de outros tantos benefícios.

Os líderes não devem ser coroados com títulos de honra, tais como bispo, reverendo, apóstolo etc., pois ao se honrarem com estes títulos não estariam se autoatribuindo autoridade cada vez mais comparável à autoridade do Senhor Jesus Cristo? Este é um grande erro. Essas práticas e afirmações inevitavelmente diminuem a autoridade das Escrituras. Além disso, esse engano acaba afastando os membros das igrejas da qualidade de vida espiritual idealizada nas Escrituras. A Bíblia é perfeita; o pastor é falho, um pecador. Não é recomendável confundir a autoridade dele com a autoridade absoluta das Escrituras.

A inspiração divina de toda a Bíblia, de Gênesis até o Apocalipse, significa que Deus tem falado clara e infalivelmente num livro. O que ele manda, uma vez corretamente entendido, não pode ser desobedecido sem incorrer no pecado de altivez e rebelião. “Obedecer é melhor do que o sacrificar, e o atender, melhor do que a gordura de carneiros. Porque a rebelião é como o pecado de feitiçaria, e a obstinação é como a idolatria [...]” (1Sm 15.22,23). “Todo pecado é uma revolta egoísta contra a autoridade de Deus ou contra o bem-estar de nosso próximo”.³⁷

³⁷ John Stott, *The Contemporary Christian*, Downers Grove, Intervarsity Press, 1991, p. 41.

Ensinar uma opinião contrária à Palavra e afirmar que Deus assim disse é pecado de altivez, desonestidade e se exaltar até o trono de Deus. Charles Simeon que pastoreou a Igreja de Trindade em Cambridge, na Inglaterra, durante quarenta anos, sabiamente expressou o alvo de toda pregação: humilhar os santos e exaltar o Senhor Jesus! Disse ele: “Minha tarefa é extrair das Escrituras o que está ali, e não lançar dentro dela o que eu penso que talvez esteja ali. Eu tenho muitos ciúmes neste ponto: não falar mais nem menos do que eu creio ser a mente do Espírito na passagem que estou pregando.” John Stott teve este pastor como referência. Citou-o, quando disse: “Edificantes mensagens são tiradas das Escrituras somente quando desejo me apegar com escrupulosa fidelidade às ideias de religião, nunca torcendo qualquer parte da Palavra de Deus para sustentar algumas opiniões particulares, mas sempre dando a cada parte o sentido que parece ter sido desenhado pelo seu grande Autor para comunicar”.³⁸

Paulo escreveu para Timóteo que toda a Escritura (isto é, a Bíblia) é inspirada (2Tm 3.16). Em grego, *theopneustos*, exalado por Deus, é uma palavra que dá para a Bíblia a autoridade suprema que a distingue de todos os outros livros jamais escritos. O Espírito Santo usou homens para escrever as palavras, e os controlou de tal forma que podemos confiar absolutamente na veracidade de tudo que a Bíblia afirma nos manuscritos originais. Este princípio não pode ser provado, tal como é impossível provar a existência de Deus. Por outro lado, se confiamos no Senhor Jesus, que declarou que a “Escritura não pode ser anulada” (Jo 10.35), colocaremos a mesma confiança nas Escrituras que colocamos no Senhor Jesus. Jesus também disse: “Enquanto existirem céus e terra, de forma alguma desaparecerá da Lei a menor letra ou o menor traço até que tudo se cumpra” (Mt 5.18). Ele citou Deuteronômio 8.3 em sua contenda com o

³⁸ John Stott, *Creio na pregação*, Editora Vida.

diabo: “Nem só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus” (Mt 4.4). Todo cristão declara sua fé no Senhor (Rm 10.9). É inconsistente colocar nossa fé na sua autoridade e não confiar em sua Palavra.

O autor de Hebreus identifica as linhas do Salmo 95 que ele cita como a Palavra viva do Espírito Santo. “[...] Como diz o Espírito Santo: Hoje, se vocês ouvirem a sua voz, não endureçam o coração” (Hb 3.7). Pedro também cria na inspiração da Bíblia: “Assim, temos ainda mais firme a palavra dos profetas, e vocês farão bem se a ela prestarem atenção, como a uma candeia que brilha em lugar escuro. [...] Antes de mais nada, saibam que nenhuma profecia da Escritura provém de interpretação pessoal, pois jamais a profecia teve origem na vontade humana, homens falaram da parte de Deus, impelidos pelo Espírito Santo” (2Pe 1.19-21).

F. C. Grant, um erudito liberal do século passado, não era evangélico, nem abraçava a plena autoridade das Escrituras, mas demonstrou honestidade ao fazer a seguinte declaração: “No Novo Testamento é pressuposto que a Escritura é confiável, infalível e inerrante. [...] Não há autor do Novo Testamento que sonharia questionar alguma afirmação contida no Antigo Testamento”.³⁹ A total infalibilidade das Escrituras quer dizer que a gramática e palavras usadas pelos autores são completamente adequadas para comunicar a verdade que Deus desejava transmitir.

J. Gerhard disse: “Enquanto Deus permite àqueles que sejam legisladores e senhores da palavra, manipulando-a e combatendo-a de acordo com suas próprias vontades, nós devemos ser servos e estudantes da Palavra”.⁴⁰ Francis Schaeffer lamentou que todas as grandes denominações estadunidenses

³⁹ Citado pelo professor Gordon Lewis, do Conservative Baptist Seminary, de Denver, Colorado, em sua monografia “What Does Biblical Infallibility Mean?”.

⁴⁰ D. Burdick, “Prelúdio ao Estudo Bíblico”, Revista Teológica, Leiria, 1965.

se perderam porque os conservadores, crentes que creram na Palavra de Deus, esperaram até ser tarde demais para segurar os seminários na firmeza da Palavra. Roguemos a Deus que esta tragédia não se repita no Brasil!

Aceitar a autoridade das Escrituras implica a compreensão correta do conteúdo do ensinamento do autor da Bíblia. Jesus encerrou o Sermão do Monte com estas palavras: “Portanto, quem ouve estas minhas palavras e as pratica é como um homem prudente que construiu a sua casa sobre a rocha. Caiu a chuva, transbordaram os rios, sopraram os ventos e deram contra aquela casa, e ela não caiu” (Mt 7.24,25). A firmeza da verdade pronunciada por Jesus e a confiança na fiel transmissão de suas palavras, dá ao leitor do Novo Testamento a mesma certeza que temos na inspiração da Bíblia como um todo.

Os primeiros pregadores do evangelho no início da igreja em Jerusalém confiaram na autoridade plena das Escrituras para basear sua argumentação sobre a identidade de Jesus. Diante do mesmo Sinédrio que condenou Jesus, Pedro citou o texto de Salmo 118.22: “A pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a pedra angular”. “Não há salvação em nenhum outro, pois debaixo do céu não há nenhum outro nome dado aos homens pelo qual devamos ser salvos” (At 4.11.12).

Paulo também se baseia na autoridade das Escrituras para evangelizar os judeus da sinagoga de Tessalônica. Era o seu costume ir todos os sábados à sinagoga onde discutia com “eles com base nas Escrituras” (At 17.2). As Escrituras forneceram o fundamento seguro para afirmar que Jesus era o Messias. Paulo argumentou pela Palavra que os judeus deveriam crer que os fatos históricos da vida de Jesus eram autoridade segura para receber a eterna salvação.

Entre os Coríntios, Paulo também usou a mesma estratégia. “Pois o que primeiramente lhes transmiti foi o que recebi: que Cristo morreu pelos nossos pecados segundo as Escrituras, foi

sepultado e ressuscitou no terceiro dia segundo as Escrituras (1Co 15.3,4). Como afirma o dr. Martyn Lloyd Jones: “É vital [...] que entendamos que Jesus não foi pregado isoladamente, mas no contexto do que tinha vindo antes. Deus não havia começado a atuar em Belém. Nunca devemos conceber a revelação como existindo só em Jesus Cristo, ou começando com a sua vinda ao mundo. Deus tinha-se revelado em tempos passados, como Hebreus 1.1-3 nos recorda”.⁴¹ Isto tudo concorda perfeitamente com as palavras de Jesus: “Vocês estudam cuidadosamente as Escrituras, porque pensam que nelas vocês têm a vida eterna. E são as Escrituras que testemunham a meu respeito [...]” (Jo 5.39).

Agostinho declara sua confiança na Bíblia assim: “As mais desastrosas consequências devem seguir se crermos que há algo falso nos livros sagrados. [...] Se aceitarmos uma afirmação falsa em tão alto santuário de autoridade, não restará um só ponto destes livros que, parecendo difícil de praticar ou duro para acreditar, não seria, pela mesma regra, negado. Seria fatal se for explicado que o que se ensina não era fato. Nada falso pode ficar debaixo do sentido literal das Escrituras”.⁴²

O Pacto de Lausanne reafirmou o que os evangélicos sempre criam: “A Bíblia é inerrante em tudo que afirma.” João Calvino cria que a Bíblia autentica a si mesma. Talvez não possamos demonstrar que as Escrituras são a revelação perfeita e completa de Deus, mas acreditamos na inspiração porque nosso Senhor cria na infalibilidade da Bíblia e de suas próprias palavras.

Deus não pode mentir, nem contradizer a si mesmo. C. F. H. Henry, que Billy Graham achava o maior teólogo evangélico de sua geração, autor de seis volumes sobre teologia, afirma: “Era o ponto de vista de Jesus, dos apóstolos, dos pais da Igreja e da Igreja Católica Romana até o Vaticano II, que a Bíblia era

⁴¹ *Autoridade*, Nucleo, Queluz, Portugal, sem data, p. 40.

⁴² *Epístolas* 28.

inerrante.” Na discussão sobre a infalibilidade das Escrituras no Concílio de Trento, nos meados do século XVI, levantou-se a sugestão de incluir a seguinte declaração sobre a autoridade das Escrituras: “As verdades [...] são contidas parcialmente nas Escrituras e parcialmente na tradição não escrita”. Dois padres protestaram a fórmula, “*partim [...] partim*” porque destruiria a imparidade e suficiência das Escrituras. As palavras ofensivas foram então retiradas.⁴³ A Igreja Católica continua admitindo que há duas fontes de revelação como se nota na encíclica papal, *Humani Generis*, falando das “fontes de revelação”.⁴⁴

As confissões evangélicas, em contraposição, afirmam que a Bíblia é a regra última da fé e prática. “Portanto, não aceitamos qualquer outro juiz senão o próprio Cristo, que proclama mediante as Escrituras Sagradas aquilo que é verdadeiro e aquilo que é falso, aquilo que deve ser seguido, ou aquilo que deve ser evitado”.⁴⁵ As outras confissões, como a de Genebra (1526), a francesa (1559) e a Bélgica (1561) mantiveram a mesma posição.⁴⁶

Os líderes da Reforma e o movimento protestante fincaram sua fé na plena autoridade das Escrituras, sabendo que qualquer outra posição, mais cedo ou mais tarde, permitiria que as doutrinas e as práticas evangélicas fossem minadas e finalmente destruídas. Nos últimos 150 anos, a rejeição da autoridade da Bíblia tem crescido assustadoramente. Questiona-se em particular os fatos, eventos e personagens que aparecem nas Escrituras como reais e históricos. Eles não mais são considerados dignos de crédito. A chamada “alta crítica” analisa os textos e pronuncia a opinião baseada em pressuposições naturalistas ou racionalistas. Conclui que os eventos narrados na Bíblia foram

⁴³ *O alicerce da autoridade bíblica*, ed. James M. Boice, São Paulo, Edições Vida Nova, 1982, p. 126-127.

⁴⁴ Cf. R. C. Sproul, *O alicerce da autoridade bíblica*, *ibid*.

⁴⁵ Capítulo 2, da *Segunda Confissão Helvética* de 1566.

⁴⁶ Cf. R. C. Sproul, *op.cit.*, pp. 123,124.

inventados pelos autores bíblicos. Declara que o que importa não é a historicidade dos eventos, mas a mensagem que a história comunica.⁴⁷

Jonas, entre os profetas “menores”, serve como um bom exemplo. Segundo os que se elevam como maiores autoridades do que as próprias Escrituras declaram que Jonas não foi literalmente engolido por um grande peixe preparado por Deus, mas a narrativa deve ser interpretada como uma estória e não como história, isto é, relatando eventos reais. O livro bíblico foi escrito pelo autor para ensinar a importante lição que vale a pena obedecer a Deus e reconhecer a sua aceitação de povos inimigos (os ninevitas). Em vez de pensar que é possível fugir dele, Jonas mostra a futilidade de tentar agir contrário ao seu mandato.

A autoridade da Bíblia depende da autenticidade de todos os textos e narrativas que afirmam ser históricos, porque não existe maneira alguma de separar a verdade da ficção sem ultrapassar a autoridade humana de decidir o que Deus faria ou não. Se a razão humana tem capacidade de decidir o que é certo e o que é errado entre fatos e mentiras, é impossível saber quais são os limites desta razão. Se a razão prepotente do homem alcança a habilidade de discernir o que é literalmente verdade e o que não é, por que tal homem precisa da Bíblia? Talvez seja capaz de inventar sua própria religião e salvar a si mesmo.

Há uma outra maneira de encarar a Bíblia e minimizar a sua autoridade. Esta posição ficou popular no auge da neo-ortodoxia. Karl Barth rejeitava a veracidade literal de partes da Bíblia, mas ficou convencido de que ela tem poder para “falar” para as necessidades do homem. “A dialética cristocêntrica acha que a Bíblia é o lugar onde Deus nos fala embora não identifique a Bíblia com a Palavra de Deus”, afirmou o professor Richard Sturz, em uma de suas aulas na Faculdade Teológica Batista de

⁴⁷ Cf. M. Loyd-Jones, *op.cit.* p. 44.

São Paulo. Karl Barth se firmou na posição de que a Bíblia contém a Palavra de Deus, sem ela mesma ser a sua Palavra literal. Disse M. Lloyd-Jones: “Quando alguma coisa da Bíblia fala à sua condição, isso é Palavra de Deus, mas quando tal não acontece, não é Palavra de Deus”.⁴⁸ Mas o homem continua sendo quem decide, num julgamento puramente subjetivo.

Quando voltamos para a definição da inspiração da Bíblia que afirma que: “A influência sobrenatural do Espírito de Deus sobre os autores da Bíblia, os assegurou de modo que aquilo que escreveram era precisamente aquilo que Deus quis que escrevessem para comunicação de sua verdade”, percebemos que a autoridade das Escrituras depende inteiramente da sua inspiração e da correta compreensão da mensagem da Palavra de Deus.

Alguns pontos poderão esclarecer e delimitar esta definição:

Primeiro, os autores humanos não receberam a mensagem que escreveram por ditação, como se o homem fosse apenas um secretário que digitasse as palavras faladas por Deus.

Segundo, o produto final é divino e deve ser examinado como tal. Nesse sentido, o autor humano é secundário.

Terceiro, “inspiração” é um termo técnico, totalmente distinto da “inspiração de poetas” ou compositor de músicas ou de hinos.

Quarto, dependeu do controle especial do Espírito Santo, distinto do conceito de iluminação. Foi o Espírito de Deus que escolheu o conteúdo que Deus quis incluir na Bíblia.

Quinto, não há outro livro igual à Bíblia. A inspiração e canonização da Bíblia foram ordenadas por Deus. Há alguns livros ou cartas escritas por Paulo que não foram inspiradas, portanto, não foram incluídos na Bíblia (cf 1Co 5.9; Lc 1.1-4).

Sexto, a inspiração é plena, total, completa e verbal. Deve-se aplicar o conceito à expressão humana de palavras que os autores humanos usaram sob o controle do Espírito Santo.

⁴⁸ Op. cit., p. 46.

Sétimo, a inspiração das Escrituras não nos autoriza a separar as palavras do seu contexto. As ideias e conceitos devem ser entendidos dentro do contexto do livro onde se encontram. Somente assim alcançaremos a intenção do autor.

Oitavo, a inspiração refere apenas aos autógrafos. Há diferenças pequenas entre alguns manuscritos, cópias feitas à mão até a invenção da imprensa. O estudo cuidadoso dos manuscritos ajuda os pesquisadores a chegar a uma segurança quase inabalável sobre o que foi que o autor bíblico escreveu originalmente. Dúvidas que persistem são poucas e sem importância teológica.

Nono, os autores bíblicos podem usar diferentes palavras para significar a mesma coisa, ou diferentes sentidos para a mesma palavra. Observe os diferentes significados da palavra grega *anōthen* em João 3: “de novo” ou “outra vez” (v. 3); “acima” (v. 31 “vem do alto”).

Décimo, a inspiração torna a Bíblia inteira revelação para nós.

O Antigo Testamento é incompleto como revelação. Os profetas falam da esperança da Nova Aliança (Jr 31.31ss). Podemos entender que houve livros inspirados que não foram incluídos ou preservados (cf. 2Cr 9.29) porque Deus não achou que fossem relevantes para nós. Sabemos que houve palavras pronunciadas por Jesus que não foram escritas e incluídas nos Evangelhos. O reconhecimento do progresso da revelação na comunicação de Deus por meio dos escritores da Bíblia nos confirma que algumas das ordens divinas no Antigo Testamento não precisam ser observadas hoje, sobretudo os mandamentos que regulavam a vida religiosa de Israel.

Disse o dr. M. Lloyd-Jones corretamente: “Nós temos de declarar que a Bíblia inteira – as Escrituras canônicas do Antigo e do Novo Testamento – é a Palavra de Deus. Também, quando falamos da autoridade da Escritura, queremos dizer ‘essa propriedade pela qual ela requer fé e obediência a todas as suas

declarações' ”.⁴⁹ A unidade do Livro de Deus é um princípio de primeira importância, porque a Bíblia é uma, e seus ensinamentos não podem ser contraditórios. Reconhecemos, mesmo assim, que a revelação divina é progressiva. As diretrizes de Deus no AT não são obrigatórias na época após a vinda de Cristo. Evidentemente, o perfeito sacrifício de Jesus na cruz termina, de uma vez por todas, com as necessidades de oferecer sacrifícios de cordeiros e novilhos.

A mesma conclusão diz respeito às leis que controlavam o sábado e falavam sobre se ingerir certos alimentos. Quando Jesus liberou seus seguidores da obrigação de manter a lei acerca dos alimentos, ele disse: “Não há nada fora do homem que, nele entrando, possa torná-lo ‘impuro’ ” (Mc 7.15). Explicou para os seus discípulos que não entendiam: “Não percebem que nada que entre no homem pode torná-lo impuro? Porque não entra em seu coração, mas em seu estômago, sendo depois eliminado. Ao dizer isso, Jesus declarou ‘puros’ todos os alimentos” (Mc 7.18,19).

Os fariseus acusaram os discípulos de Jesus de quebrar o sábado porque, passando pelas lavouras de cereal nesse dia, colheram algumas espigas e comeram-nas. Jesus respondeu à acusação citando a própria Lei que no sábado os sacerdotes no templo profanaram esse dia sagrado, e isso sem culpa. Jesus encerrou o assunto com a declaração: “O Filho do Homem é senhor do sábado” (Mc 2.28).

Paulo entendeu que Jesus não tinha confirmado o Quarto Mandamento do decálogo, portanto, guardar o sábado, como a Lei exigia para os israelitas antes de Cristo, não era mais obrigatório para cristãos que compõem o Israel de Deus. Paulo confirma esta conclusão assim: “Há quem considere um dia mais sagrado que outro; há quem considere iguais todos os dias. Cada um deve estar plenamente convicto em sua própria mente” (Rm 14.5).

⁴⁹ Op. cit., p.56.

Outras leis promulgadas por Moisés são necessariamente observadas, porque o NT mantém sua relevância para nós. Notem o exemplo do quinto mandamento que Paulo cita em Efésios 6.2: “Honra teu pai e tua mãe” – este é o primeiro mandamento com promessa”. Assim, todos os mandamentos repetidos no Novo Testamento têm o aval de Deus. Devem ser obedecidos como todos os mandamentos do Senhor.

O desafio da interpretação correta e a autoridade da Bíblia

A autoridade da Bíblia se demonstra nas práticas da igreja. Assim, os pastores e professores das igrejas e das denominações têm a responsabilidade de interpretar as Escrituras para os seus membros. O perigo de dizer “Assim diz o Senhor” supostamente coloca a autoridade da igreja e de seus líderes acima das Escrituras.

O psicólogo C. B. Johnson coloca o problema em perspectiva quando observa: “G. C. Berkouwer disse: ‘Tal variedade e mutuamente contraditórias interpretações surgiram, todas apelando para as mesmas Escrituras, de maneira que pessoas sérias começaram a duvidar se [...] o subjetivismo na compreensão das Escrituras não seria a razão da pluralidade de confissões na igreja. Não leem todos a Bíblia de sua perspectiva e com suas pressuposições? ‘A Bíblia diz’ tem sido a base para o sustento de escravidão, *apartheid*, armas nucleares e muitos outros sistemas injustos. O problema são tendências que consciente ou inconscientemente forçam o texto para seu lado”.⁵⁰

Quando interpretamos erradamente as Escrituras, ensinamos como Palavra inspirada o que não passa de nossa maneira de pensar, e não aquilo que a Bíblia realmente ensina. Seria muito grave se um juiz decidisse uma questão de tribunal de acordo com o que ele prefere e não de acordo com a lei ou a

⁵⁰ Cedric B. Johnson, *A psicologia da interpretação bíblica*, Zondervan, 1983, p.10.

constituição do país. Lutero percebeu como a igreja facilmente pode se afastar do sentido do texto bíblico até o ponto de ensinar heresias. A igreja, disse ele, não deveria determinar o que as Escrituras ensinam, mas as Escrituras deviam determinar o que a igreja ensina. Por isso, rejeitou o método alegórico de interpretar a Palavra uma vez que não teria autoridade alguma se não apresentasse exatamente o que Deus dizia em sua Palavra. Interpretar alegoricamente a Bíblia era para Lutero “sujeira”, “escória” e “monte de trapos obsoletos”. Para saber o que Deus fala é necessário considerar a história, a gramática e o contexto. Calvino cria que a Bíblia interpreta a si mesma. “A primeira tarefa de um intérprete é deixar que o autor diga, de fato, o que ele diz, em vez de atribuir-lhe o que pensa que ele deveria ter dito.”

Somos genuínos filhos da Reforma se cremos que as Escrituras representam a verdadeira revelação de Deus, inclusive de sua pessoa, suas palavras e ações. Interpretar requer a árdua tarefa de buscar cuidadosamente, pela exegese, o que o autor bíblico quis dizer. Sem distorcer a verdade, procura-se entender e proclamar como essa verdade deve ser vivida hoje.

Esta maneira de interpretar as Escrituras chama-se *Hermenêutica Gramática-Histórica*. Este método procura ouvir o texto exatamente com o mesmo matiz de significado que teve quando foi originalmente pronunciado e escrito. Por isso, o pano de fundo religioso, cultural e social tem a suma importância de interpretar e, conseqüentemente, manter a autoridade da Palavra de Deus.

Para evitar interpretar a Bíblia a nosso favor, pensa Paul Ricoer, devemos aplicar a “hermenêutica da suspeita”. Como interpretação, tal como leis e constituições existem para dar à autoridade legitimidade, precisamos buscar o relacionamento entre os interesses, atitudes, a verdade e o poder. É impossível escapar completamente de nosso contexto e de nosso pensamento ocidental do século XXI. Se dependermos do Espírito

Santo, que ilumina as páginas da Bíblia para aqueles que humildemente se dobram aos pés de Jesus, temos a chance de receber a ajuda divina que precisamos. Devemos orar e comparar nossas conclusões com aqueles que têm estudado cuidadosamente a História e a gramática para chegar às suas conclusões sobre o que o autor bíblico quis dizer.

Algumas verdades podem nos orientar na interpretação.

Primeiro, a Bíblia é nossa última fonte de autoridade para a fé e prática. Enquanto o catolicismo tem a tradição para corrigir, para aceitar ou rejeitar declarações doutrinárias, os evangélicos devem depender das Escrituras como sua última fonte para decidir questões de doutrina e práticas certas ou pecaminosas.

O liberalismo apela para a razão que não serve como uma autoridade final sobre a fé porque a mente humana ficou contaminada pelo pecado.

Segundo, a Bíblia é seu próprio intérprete. É importante mostrar que não há contradições nas Escrituras. Comparar as Escrituras com elas mesmas, sempre lembrando que se interpreta o Antigo Testamento à luz do Novo. Isto nos ajuda na interpretação correta da Palavra e a não sentir dor na consciência por não obedecer a todas as ordens que Deus deu para Israel no Pentateuco.

Terceiro, devemos interpretar literalmente o texto se o autor assim indicar. Alegorizar o texto ou espiritualizá-lo não conduz para uma compreensão da verdade que Deus queria comunicar. Agostinho interpretou a parábola do Bom Samaritano (Lucas 10.25-37) mostrando até que extremo é possível se chegar aplicando o expediente da alegoria.

“Um certo homem desceu de Jerusalém a Jericó”. Para Agostinho, este homem era Adão. Jerusalém era a cidade celestial da paz, de cuja bênção Adão caiu. Jericó representa a luz, e significa a nossa mortalidade, porque ela nasce, cresce, diminui e morre. Os ladrões da parábola representam o demônio e

os seus anjos que tiraram de Adão a sua imortalidade. Eles o espancaram, persuadindo-a a pecar e o deixaram meio morto, porque até o ponto que o homem pode entender e conhecer Deus, ele vive, mas até o ponto que ele está desgastado e oprimido pelo pecado, ele está morto. Ele é, portanto, chamado de “meio-morto”. O sacerdote e o levita que o viram e passaram de lado representavam o sacerdócio e o ministério do Antigo Testamento, que não ofereceram proveito nenhum para a salvação. O samaritano significa guardião, e, portanto, é o próprio Senhor que é representado por este nome. “Pensou-lhe os ferimentos”, quer dizer a restrição ao pecado. O óleo é o conforto da boa esperança. O vinho é a exortação a trabalhar com espírito fervoroso. O animal representa a encarnação de Cristo. As duas moedas são, ou os preceitos do amor, ou a promessa desta vida e a vindoura. O hospedeiro é o apóstolo Paulo. O pagamento extra que o Samaritano prometeu significa, ou o conselho do celibato, ou o fato de que ele trabalhou com suas próprias mãos para não ser pesado para os seus irmãos mais fracos, mesmo sendo legal viver pelo evangelho.⁵¹

Não é difícil perceber que esta maneira de interpretar as Escrituras não tem nenhum controle ou limite das possibilidades que oferece para afirmar realmente o que o texto ensina. A alegoria é uma imposição sem controle, imaginária, criada na cabeça de cada interprete.

Paulo empregou a alegoria para enfatizar a distinção entre a escravidão da Lei no judaísmo farisaico e a liberdade que os crentes têm em Cristo (veja Gl 4. 21-31). Sem a autorização das Escrituras, a alegorização transforma a Bíblia num nariz de cera.

A tipologia, por outro lado, reconhece o padrão normal que Deus implantou na história em suas maneiras de tratar o homem (graça, justiça etc.). Paulo diz que as coisas que aconteceram aos israelitas que saíram do Egito no êxodo, “[...] aconteceram como

⁵¹ *Questiones evangeliorum*, ii.19.

exemplos (literalmente, “tipos”) e foram escritas como advertência para nós” (1Co 10.11). Um tipo não se trata da mesma coisa que uma alegoria, que dá significado a detalhes insignificantes, por exemplo, as cores dos panos no tabernáculo. Porém, o culto do Antigo Testamento no tabernáculo tem tipos, tais como os sacrifícios, o propiciatório e o lugar santíssimo separado do lugar santo – mostra a santidade total de Deus que somente pode ser aproximado pelo sacrifício, tipificado no propiciatório.

Não parece correto dizer que pessoas sejam tipos de Cristo, por exemplo, José ou Davi. A realidade da pessoa de Cristo foi muito diferente da realidade desses homens de fé do Antigo Testamento. Há, porém, detalhes nas vidas de alguns indivíduos da Bíblia que são paralelos à vida de Jesus. Não quer dizer que esses paralelos entre heróis da fé e a pessoa de Cristo foram controlados pelo Espírito Santo para ser tipos.

Primeiro, a iluminação do Espírito Santo não abre a porta para se pensar que qualquer conceito ou ideia que penetre a cabeça do intérprete seja válido ou tenha a autoridade das Escrituras. A iluminação tem o propósito de transformar o leitor, de aproximá-lo mais de Deus. Ela tem pouco a ver com a exegese, quer dizer, a pesquisa sobre o fundo histórico ou com a gramática.

O perigo que o leitor da Bíblia deve evitar é de transformar o texto naquilo que não pretende ser. Não podem fazer dele um trampolim para ideias que surgem na sua cabeça, que pouco ou nada têm a ver com o significado específico do texto. A interpretação válida procura entender a intenção do autor e aplicá-la à vida prática do leitor do século XXI.

Quando um texto for de difícil compreensão, é possível que a iluminação traga um entendimento da parte do Espírito para aplicar o texto a uma situação contemporânea.

A Declaração de Chicago, Art. XVIII, que afirma: “Nós negamos que os escritores das Escrituras sempre entenderam as

inteiras implicações de suas palavras” ainda tem validade. Se concordarmos com este parecer, torna-se possível encontrar várias aplicações de um princípio subjacente no texto, sem violar sua natureza como Palavra de Deus.

Segundo, uma das falhas que o exegeta facilmente pode cometer é conseguir o sentido literal, mas perder de vista a Palavra viva de Deus. Ele poderá entender claramente fatos históricos, ensinamentos destinados a uma comunidade do século I e doutrinas importantes, mas não captar nenhum princípio ou lição que Deus deseja passar para seu povo. O estudioso Bernard Ramm disse: “A exegese sem a aplicação é acadêmica; uma exposição que não é alicerçada na exegese é superficial ou enganadora ou os dois”.

Terceiro, A. W. Tozer nos adverte: “Ensino bíblico sólido é um imperativo na igreja do Deus vivo. Sem ele, não há uma igreja neotestamentária. Porém, o ensino bíblico pode ser ministrado de maneira que não providencie qualquer alimento espiritual. Não são palavras que alimentam a alma, mas Deus mesmo. Se os ouvintes não descobrem a Deus de um modo em que o experimentem pessoalmente, não melhoram simplesmente por ter ouvido a verdade. A Bíblia não é um fim em si mesma, mas um meio para trazer homens para um conhecimento íntimo que satisfaz plenamente. Precisam entrar nele, para que possam se deliciar na presença dele. Precisam saborear e conhecer a doçura do próprio Deus no centro dos seus corações”.⁵²

Quarto, a Bíblia é seu melhor intérprete. É preciso notar a importância do contexto literário. A teologia bíblica mostra cada vez mais as distintas culturas individuais que se refletem em cada escritor das diversas partes das Escrituras Sagradas. Além da interpretação histórico-gramatical, é preciso ampliar a visão para incluir culturas e línguas. O resultado etnolinguístico

⁵² *The Pursuit of God*, p. 8.

seria o que melhor esclarece o que Deus comunica para nós na sua Palavra.

O missionário dr. Ralph Kraft, e depois professor do seminário de Fuller em Pasadena, Califórnia, nos adverte que significado não quer dizer a mesma coisa que mensagem. Significado é de um ponto de vista; aquele que o ouvinte receptor forma em sua cabeça e ao qual ele responde. Pode haver muita diferença entre o que o mestre quer comunicar e aquilo que o receptor entende.

Um caso que esclarece este ponto foi experimentado por Ronald Risse, um missionário da missão Novas Tribos na ilha de Sumatra, na Indonésia. Depois de pregar o evangelho para uma tribo primitiva, a resposta ao seu apelo foi universal. Todos queriam esse evangelho que ele proclamava. Quando o missionário Ronald Risse aprendeu melhor a língua e pôde indagar o que os novos “convertidos” entendiam pelo “evangelho”, descobriu que o entusiasmo deles foi baseado numa compreensão errada.

Os nativos entenderam que o missionário oferecia uma vida muito melhor do que eles gozavam; muita comida, roupas, possibilidades de viajar etc., benefícios que o missionário tinha e que o evangelho lhes proporcionaria. A mensagem pregada não foi recebida com o mesmo significado que o pregador desejava comunicar. A cultura forma a matriz que cria os significados que comunica a mensagem e a base da compreensão dessa mensagem.

Outros exemplos aparecem na Bíblia. Lucas relata em Atos 14 que os Licaônios reagiram erradamente diante da mensagem do evangelho pregada por Paulo. Decidiram que Barnabé e Paulo eram os deuses Zeus e Hermes e que precisariam oferecer um touro em sacrifício para honrá-los. A compreensão da mensagem de Paulo foi distorcida pela cultura e por pressuposições dos ouvintes.

É possível vencer a falta de compreensão quando o mensageiro escuta o ouvinte expressar em suas próprias palavras o que ele entendeu. Ainda que não possamos testar nossas variadas compreensões em relação aos escritores bíblicos, podemos captar a mensagem de Jesus no livro de Atos e nas Epístolas.

A Bíblia usa símbolos culturais familiares para nós, mas que são distintos do significado que tinham no tempo dos escritores humanos das Escrituras. Em partes da Nigéria, na África ocidental, Deus seria louco no Salmo 23, uma vez que nessa cultura somente loucos pastoreiam ovelhas. Os chineses percebem o dragão no Livro de Apocalipse positivamente, não como a fonte do mal e principal inimigo de Deus.

Don Richardson relata em seu livro *Totem de paz* que a tribo Sawi da Indonésia considerava Judas o herói no relato da paixão de Jesus, porque na cultura deles se valoriza o engano e a traição, por isso, eles interpretavam a traição positivamente. Kenneth Bailey, em seu livro, *As parábolas de Lucas*, dá muitos esclarecimentos que explicam melhor essas histórias repletas de significados espirituais. Estes e muitos outros autores confirmam a conclusão que apresentamos. Entender os ensinamentos das Escrituras e aplicá-los corretamente requer uma ampla compreensão da cultura refletida na Bíblia.

Richard Baxter, de Kidderminster, Inglaterra, autor de um dos mais conhecidos livros evangélicos, *O pastor aprovado*, deixou para a posteridade os seguintes alvos.

Primeiro, fazer clara a verdade – resolver dificuldades no texto, desvendar mistérios, penetrar os caminhos da sabedoria divina, estabelecer a verdade e refutar o erro. “Abre os meus olhos para que eu veja as maravilhas da tua lei” (Sl 119.18).

Segundo, convencer os ouvintes. Paulo tinha o mesmo objetivo, em 2Coríntios 5.11, “conhecendo o temor do Senhor persuadimos os homens”.

Terceiro, deixar a luz brilhar dentro da consciência deles. “A tua palavra é lâmpada que ilumina os meus passos e luz que clareia o meu caminho” (Sl 119.105).

Quarto, fazer vingar a verdade dentro das suas mentes. “E conhecerão a verdade, e a verdade os libertará” (Jo 8.32). “Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade” (Jo 17.17).

Todos esses desafios somente podem ser alcançados pela autoridade do pregador. Temos de dizer algo sobre a autoridade da pessoa que lidera a igreja e que ensina a Palavra com poder convincente.

CAPÍTULO 4

A autoridade da liderança da igreja local

Toda pessoa que tem responsabilidade sobre outras pessoas precisa de autoridade. A Bíblia não visa apenas líderes nos governos seculares ou empresas, mas também no mundo espiritual. O autor de Hebreus menciona os líderes da comunidade de destinatários de sua carta. Escreveu: “Obedeçam aos seus líderes e submetam-se à autoridade deles. Eles cuidam de vocês como quem deve prestar contas. Obedeçam-lhes, para que o trabalho deles seja uma alegria e não um peso, pois isso não seria proveitoso para vocês” (13.17). A palavra “líderes” traduz o termo grego *hegouménois*, que quer dizer “aqueles que guiam”.

Podemos entender, pelo texto, que os “guias” seriam os presbíteros, pastores ou bispos, nomes distintos para denotar a mesma função. Fica claro que esses líderes tinham uma autoridade dada por Deus para ensinar, repreender, corrigir e disciplinar os membros das igrejas. Essa autoridade espiritual certamente deve ter suas raízes aprofundadas na autoridade da Palavra de Deus. Se eles mesmos desprezam as ordens de Deus nas Escrituras, como poderia haver uma diretriz da parte de Deus para os membros da igreja obedecerem tais guias? Jesus chamou os guias que desprezam as ordens de Deus de líderes

cegos conduzindo cegos para o buraco. Jesus comparou essas pessoas a “plantas que o Pai não plantou que seriam arrancadas pelas raízes” (Mt 15.13). Três vezes Cristo dirigiu-se aos fariseus e escribas de Israel como “cegos” por sua hipocrisia. Eles torceram as Escrituras com o propósito de tirar vantagens.

Voltando para Hebreus 13, descobrimos o tipo de líder que deveria ser reconhecido e sua autoridade acatada. “Lembrem-se dos seus líderes que lhes falaram a palavra de Deus. Observem bem o resultado da vida que tiveram e imitem a sua fé” (v. 7). O excelente testemunho dos líderes que iniciaram a igreja dos hebreus foi de um padrão tão alto que os cristãos deveriam lembrar deles e imitar a fé que eles praticaram.

Aqui nos deparamos com a razão de as biografias bíblicas ficarem entre os mandamentos mais diretos do Senhor em sua Palavra. Biografias dos santos do passado estimulam a imitação. Quando conseguimos internalizar os valores que regeram suas vidas, nós nos tornamos mais santos, mais dedicados e comprometidos. Por outro lado, há muitos exemplos de homens e mulheres cujo exemplo nos empurra para sermos diferentes. Quem quer ser um avaro Ló ou um profano Esaú? Quem colocaria Saul ou Acabe como referência para sua vida?

O departamento da Missão Mundial do Seminário Fuller de Pasadena, Califórnia, promoveu uma pesquisa de 900 líderes passados e presentes na História da igreja. Eles destacaram seis atitudes básicas nas vidas daqueles líderes mais eficazes. Primeira, eles reconhecem que a autoridade espiritual é a base principal do poder. O poder, o impacto de um ministério que transforma vidas, flui da autoridade espiritual. A autoridade espiritual é resultado de intimidade com Jesus. Essa intimidade se nutre através da pureza pessoal, da adoração e de uma vida fiel de oração.

Segunda, eles mantêm uma postura de aluno durante a vida toda. Nunca param de estudar. Leem livros que aumentam o

conhecimento e ampliam os horizontes. Fazem cursos para crescer e melhorar suas aptidões ministeriais.

Terceira, procuram jovens que mostram disposição e capacitação divinas para o trabalho. Eles se dedicam ao discipulado e desenvolvimento desses líderes novos. Criam oportunidades de ministério para os que estão sendo discipulados.

Quarta, eles têm uma consciência crescente de seu próprio destino. Têm um chamado de Deus para servir no ministério. Têm convicção de que Deus os ordenou para um ministério específico. Têm também confiança de que Deus os orientará no desenvolver desse ministério.

Quinta, eles têm uma filosofia de ministério clara e dinâmica. Uma compreensão de seus dons espirituais e como usá-los. Têm um ministério focalizado, não se envolvem com ministérios que os distraem. Muitas vezes, têm também uma declaração escrita e precisa de seu propósito e método de ministério.

Sexta, eles têm uma perspectiva vitalícia de ministério. Pretendem continuar a ministrar enquanto puderem. Amam o que fazem e nunca escolheriam parar de ministrar. Veem como privilégio profundo estar envolvidos no ministério.

Concepções falsas e autênticas da autoridade ministerial

Um dos perigos que aflige líderes de comunidade é a chamada “consciência messiânica” de alguns pregadores que se identificam com a Palavra que pregam. Aham que são infalíveis, intocáveis e acima de qualquer crítica. Na verdade, eles se elevam até o trono de Deus e alegam que o sermão vem de Deus, com autoridade absoluta. A realidade é outra. O pastor Isaltino Gomes Coelho cita um aluno de homilética que ouviu de um líder a declaração bombástica: “Quem estende a mão contra mim, morre!”. O pastor Albert Martin observou corretamente: “O solo onde cresce a pregação poderosa é a vida do próprio pastor”.

A revista *Ultimato* publicou um artigo em 1992 que apontou para “o púlpito vazio”, querendo dizer com isso que não basta convidar um homem para ocupar o púlpito se ele não apresenta uma mensagem substanciosa, bíblica, clara, objetiva, honesta, convincente e poderosa. Como guiará aos ouvintes na busca pela santidade e intimidade com Deus, se fica evidente que o pregador não crê e não vive a mensagem que prega?

Benjamim Franklin se apressava para ouvir George Whitefield, um dos pregadores mais usados por Deus no primeiro despertamento na década de 1730-40. Um amigo o parou para saber para onde ele ia com tanta pressa. “Estou indo ouvir o senhor Whitefield.” Surpreso, o amigo indagou de Franklin: “Você não crê em nada que ele prega!”. Franklin, então, retrucou: “É verdade que eu não creio, mas ele crê. Eu quero ouvir alguém que crê no que ele prega.”

Jonathan Edwards escreveu uma lista de resoluções que o acompanhariam pela sua vida. Acredito firmemente que líderes que fazem resoluções como estas serão pessoas com abundância de autoridade:

Primeira, farei tudo aquilo que seja para a maior glória de Deus e para o meu próprio bem, proveito e agrado, durante toda a minha vida.

Segunda, jamais desperdiçarei um só momento do meu tempo, pelo contrário, sempre buscarei formas de torná-lo o mais proveitoso possível.

Terceira, jamais farei alguma coisa que eu não faria se soubesse que estava vivendo a última hora da minha vida.

Quarta, estudarei as Escrituras firme, constante e frequentemente, até alcançar o ponto em que perceba com clareza que estou continuamente crescendo no conhecimento da Palavra.

Quinta, esforçar-me-ei ao máximo para que cada semana possa me elevar na religião e no exercício da graça além do nível que estava na semana anterior.

Sexta, irei me perguntar ao final de cada dia, semana, mês, ano, como e onde eu poderia ter feito melhor.

Sétima, renovarei frequentemente a dedicação da minha vida a Deus que foi feita no meu batismo, e que foi solenemente renovada quando fui aceito na comunhão da igreja; e eu solenemente a renovo neste dia de janeiro de 1722.

Oitava, a partir deste momento, e até a minha morte, jamais agirei como se a minha vida me pertencesse, mas como sendo total e inteiramente de Deus.

Nona, jamais desistirei, ou de qualquer maneira relaxarei na minha luta contra as minhas próprias fraquezas e corrupções, mesmo quando eu não vir sucesso nas minhas tentativas.

Décima, sempre refletirei e me perguntarei, depois da adversidade e das aflições, no que fui aperfeiçoado ou melhorado através das dificuldades, que benefícios me vieram através delas, e o que poderia ter acontecido comigo caso tivesse agido de outra maneira.

Líderes que vivem assim terão seguidores como Jesus tinha e pela mesma razão: querem ser aprovados pelo Senhor sem tropeçar ou cansar. São esses que edificam a igreja com suas palavras e vidas. Robert Murray McCheyne, que pastoreou apenas seis anos em Dundee, Escócia, mas legou para os membros e para todos que apreciam pregação com autoridade, disse o seguinte: “A grande obra do pastor, na qual deve depositar as forças do seu corpo e mente, é a pregação”. Por mais fraco, passível de menosprezo ou louco – no mesmo sentido que chamaram Paulo de louco – que possa parecer, este é o grande instrumento que Deus tem em suas mãos para que, por ele, pecadores sejam salvos e os santos sejam feitos aptos para a glória. Aprouve a Deus, pela loucura da pregação, salvar aos que creem. Foi para isto que nosso bendito Senhor dedicou os poucos anos de seu próprio ministério. Ó, quanta honra deu Jesus à obra da pregação ao pregar nas sinagogas, no templo ou mesmo sobre as calmas

águas do mar de Galileia! Porém, a autoridade de Jesus emanou de sua vida santa e comprometida em submissão ao Pai. O líder que tem qualidade de caráter e santidade de vida terá autoridade na exposição da Palavra.

Andrew Bonar escreveu a biografia desse jovem McCheyne deixando claro que aquilo que marcou a eficácia do seu ministério foi a santidade de vida que o caracterizou. Sua larga influência brotou de sua intimidade e amor pelo Senhor.

A hierarquia bíblica da liderança das igrejas

Os apóstolos

Paulo explicou, em sua carta aos Efésios, que a descida para o sepulcro e a subida de Jesus acima de todos os céus, a fim de encher todas as coisas, teve a consequência de designar alguns para apóstolos (Ef 4.9-11). Em sua carta para os Coríntios, declarou que Deus estabeleceu “primeiramente apóstolos” (12.28). É evidente que os apóstolos que Cristo e Deus Pai apontaram para fundar a igreja gozaram da máxima autoridade debaixo do Senhor, o cabeça da igreja.

O alicerce da igreja, segundo o apóstolo Paulo, que a sustenta, são os apóstolos e profetas, tendo Cristo como a pedra angular. A palavra “apóstolo” traduz o hebraico, *shaliah*, que aparece apenas uma vez na LXX em 1Reis 14.6. “Eu sou um apóstolo” significa uma pessoa comissionada por Deus. Neste caso, Aías, como porta-voz de Deus, dá más notícias à esposa de Jeroboão. No Judaísmo quer dizer um agente autorizado a representar aquele que o enviou a certa distância. Como termo legal corresponde, no português, a um “procurador”. Que um *shaliah* era representante legal, o Talmud judaico mostra com a declaração: “O homem que alguém envia é equivalente a si mesmo” (Beracoth 5.5). Nesse sentido, Saulo (Paulo) era um comissionado do Sinédrio, com cartas, segundo Atos 9.2ss, porque foi autorizado pelo Sinédrio a prender os cristãos de

Damasco e trazê-los para Jerusalém para serem julgados pela corte suprema do judaísmo.

No Novo Testamento, a palavra “apóstolo” ocorre 79 vezes, uma vez em cada um dos evangelhos de Mateus, Marcos e João. Paulo usa o termo 29 vezes, enquanto Lucas usa 28 vezes em Atos.⁵³ Primeiro, significa um homem enviado, sempre um embaixador autorizado. Somente um homem poderia ser apóstolo, nunca uma mulher, porque lhe faltavam direitos legais. Em João 13.16, a palavra “mensageiro” traduz “apóstolo”, onde corresponde claramente ao *shaliah* hebraico. Os delegados para levar os donativos para Jerusalém em 2Coríntios 8.23 são chamados apóstolos. Epafrodito também é um apóstolo da igreja de Filipos, enviado para levar a oferta para Paulo na prisão.

Segundo, apóstolos são os encarregados para levar o evangelho. Foram os Doze, originalmente. Aquele que os enviou foi Jesus. Paulo inicia suas cartas, caracteristicamente, com a frase “chamado para ser apóstolo de Cristo Jesus”, em Romanos e 1Coríntios, ou “apóstolo de Jesus Cristo”, em 2Coríntios, Efésios, Colossenses, 1Timóteo, 2Timóteo e Tito. A autoridade comunicada pelo título é inegável. Quando alguns coríntios questionaram a autoridade de Paulo, ele protestou com a pergunta: “Não sou apóstolo? Não vi Jesus, nosso Senhor? Ainda que eu não seja apóstolo para outros, certamente o sou para vocês! Pois vocês são o selo do meu apostolado no Senhor” (1Co 9.1,2).

Para ser comissionado por Jesus era essencial, no próprio sentido da palavra, ter estado na presença dele real e fisicamente para receber o privilégio de representá-lo como embaixador. Falando da ressurreição de Jesus, Paulo afirma que ele apareceu a todos os apóstolos: “depois destes apareceu também a mim,

⁵³ Boa parte das informações a seguir sobre apostolado foi obtida do verbete “apóstolo” do *Theological Dictionary of the New Testament*, Eerdmans, Grand Rapids.

como a um que nasceu fora de tempo” (1Co 15.7,8). É evidente que Paulo não poderia ter reivindicado este título se Jesus não lhe tivesse aparecido na estrada de Damasco. À pergunta de Saulo: “Quem és tu, Senhor?”, Jesus respondeu: “Eu sou Jesus, a quem você persegue. Levante-se, entre na cidade, alguém lhe dirá o que você deve fazer”. A confirmação desta palavra direta para ele veio através de Ananias que recebeu a ordem do Senhor para ir para a casa de Judas, na rua Direita, com o conteúdo de sua comissão. “Este homem é meu instrumento escolhido para levar o meu nome perante os gentios e seus reis, e perante o povo de Israel. Mostrarei a ele o quanto deve sofrer pelo meu nome” (At 9.5,6,15,16).

O significado do termo no Novo Testamento tem os seguintes elementos. Apóstolos têm a comissão de Jesus Cristo em pessoa, após sua ressurreição, para poder servir de testemunhas desse evento fundamental para existência da igreja (Lc 24.46 e 49; 1Co 15.8ss). Tiago também viu o Senhor, sendo esta a razão para Paulo o incluir em Gálatas 1.19 “entre os apóstolos”. Todos os apóstolos foram missionários. Isto talvez poderia explicar porque Barnabé foi incluído com Paulo na designação “apóstolos” em Atos 14.4,14. Lucas, portanto, refere-se aos apóstolos como missionários e seus representantes, como Barnabé, talvez porque testemunhou a ressurreição de Jesus. O mesmo pode explicar a referência aos irmãos Andrônico e Júnias, parentes de Paulo e convertidos antes dele (Rm 16.7). Foram notáveis entre os apóstolos, mas se foram comissionados por Jesus ou não, não temos meios de saber. Timóteo, Tito, João Marcos, Apolo e outros obreiros não foram comissionados por Jesus, portanto, não são incluídos entre eles, ainda que Paulo designa Timóteo e Silvano com “apóstolos” junto com ele em Tessalônica (1Ts 2.7). Nos casos de Epafrodito (Fp 2.25) e dos que acompanharam Paulo junto com as ofertas das igrejas, levantadas para socorrer os santos necessitados da Judeia, o apostolado deles foi das igre-

jas (2Co 8.23). Nos raros casos de aparecer o termo “apóstolo” fora dos Doze, podem ser apenas pessoas comissionadas para representar as igrejas que as comissionou.

A seleção de um apóstolo é um ato de Deus, um evento específico, como a escolha de Moisés na sarça que ardia no deserto. É uma mudança total de direção. Paulo foi separado desde o ventre materno (Gl 1.15) e, portanto, como um profeta, servo de sua mensagem. Como Moisés, a comissão dos apóstolos Pedro e Paulo incluía poder para operar milagres extraordinários (Rm 15.18,19 e vários textos de Atos). Paulo não considera sua vida preciosa para si mesmo: “se tão-somente puder terminar a corrida e completar o ministério que o Senhor Jesus me confiou” (At 20.24).

A autenticação do apóstolo aparece de maneira cristalina no trecho de 2Coríntios 12.12: “As marcas de um apóstolo – sinais, maravilhas e milagres – foram demonstradas entre vocês, com grande perseverança”. Em comparação com os “superapóstolos”, Paulo não era inferior, mesmo sendo nada em si mesmo à parte desta manifestação do poder de Deus em seu ministério e pessoa (cf. 2Co 12.11). Será que esses obreiros fraudulentos também podiam mostrar o poder sobrenatural que Paulo demonstrava?

“Falsos apóstolos” refere-se a homens que se autodenominam “apóstolos”, mas carecem do chamado autêntico e pessoal do Cristo ressurreto. Eram missionários judeus que, procurando discípulos no meio das igrejas que Paulo fundava, foram por ele desmascarados. Refere-se a eles assim: “[...] aqueles que desejam encontrar ocasião de serem considerados iguais a nós nas coisas de que se orgulham. Pois tais homens são falsos apóstolos, obreiros enganosos, fingindo-se apóstolos de Cristo. Isto não é de admirar, pois o próprio Satanás se disfarça de anjo de luz. Portanto, não é surpresa que os seus servos finjam que são servos da justiça. O fim deles será o que as suas ações merecem” (2Co 11.12-15).

Jesus recomendou a igreja de Éfeso pelo cuidado que teve ao não “tolerar homens maus, pôs à prova os que dizem ser apóstolos, mas não são. Descobriu que eles eram impostores” (Ap 2.2). Por que será que estes homens maus queriam ser identificados como apóstolos? Queriam aproveitar a autoridade que esse título lhes providenciava? Hoje, não é diferente. Quantos “apóstolos” têm surgido em nossos dias, tentando apenas se aproveitar da autoridade que o título provê? Não estariam estes “apóstolos” criando um novo papado, mas com roupagem evangélica?

Mas o que vemos na Palavra de Deus está muito além da experiência que vivemos com tantos autointitulados apóstolos. “Apóstolo” quer dizer alguém muito especial, uma pessoa designada e apontada por Deus com autoridade acima do irmão ou pastor comum. Os apóstolos, pela comissão de Jesus, tiveram autorização para definir doutrinas, escrever livros da Bíblia e corrigir erros nas igrejas. Os apóstolos tinham autoridade comparável à de Jesus quando se tratava de declarar o certo e o errado na teologia e prática das igrejas. Nos escritos que Deus decidiu que deveriam ser incluídos no cânon da Bíblia, eram infalíveis. A infalibilidade do papa, cabeça da Igreja Católica, baseia-se no apostolado de Pedro. Mas o termo *shaliyah* se restringe àqueles que Jesus comissionou. Eram eles que recebiam a incumbência de definir doutrina e prática. Asseguraram a continuação da fé e prática da igreja pelo Novo Testamento, escrito pelos apóstolos e canonizado pela igreja primitiva. A própria seleção de papas não se deu por Jesus ter-lhes aparecido, pois como Paulo diz, Jesus apareceu para ele “como a um nascido fora de tempo”, isto é, em último lugar (1Co 15.8).

Profetas

“[...] em segundo lugar, profetas” diz Paulo em 1Coríntios 12.28. Também em Efésios 4.11, os profetas têm a honra de aparecer em segundo lugar na hierarquia dos líderes da igreja.

Profetas não foram, necessariamente, testemunhas da ressurreição. Em Antioquia, havia profetas e mestres, mas não são identificados. Judas e Silas foram escolhidos para levar a carta de recomendações do Concílio de Jerusalém para as igrejas, especialmente a de Antioquia da Síria. Silas ficou em Antioquia. Foi escolhido por Paulo para acompanhá-lo em lugar de Barnabé após o desentendimento entre os dois veteranos sobre incluir João Marcos novamente na equipe.

Não apenas Judas e Silas foram chamados profetas (At 15.32), mas Ágabo, junto com outros profetas, desceu de Jerusalém para Antioquia. Ágabo falou pelo Espírito que uma grande fome sobreviria a todo o mundo romano. Aconteceu durante o reinado do imperador Cláudio (At 11.27,28). Novamente, Ágabo desce de Jerusalém quando Paulo e seus companheiros ficaram hospedados na casa de Filipe, em Cesareia (At 21.4-11). Ágabo prediz a prisão de Paulo. Quatro filhas de Filipe profetizavam (vv. 8,9). O nível da autoridade dos profetas nas igrejas não é muito evidente. Paulo esclarece que “quem profetiza o faz para ‘edificação, encorajamento e consolação dos homens’ ” (1Co 14.3). Depois, mostra a possibilidade de “todos” profetizarem (v. 24). A reação dos descrentes ou os não instruídos seria a de ficarem convencidos e terem os segredos dos seus corações expostos. Prostram-se em terra declarando que Deus está naquele lugar (1Co 14.24,25).

Paulo inclui, em primeiro lugar, o dom, *carisma*, de profetizar, em Romanos 12.6. Esse dom deve ser exercido somente em proporção da fé. A palavra “proporção” traduz a palavra grega *analogia*, que sugere nenhuma nova doutrina ou ensinamento contrário à tradição repassada pelos apóstolos.

A orientação que Paulo dá para os que profetizam limita a participação a dois ou três. Os outros devem julgar cuidadosamente o que foi revelado. Todos podem profetizar, cada um por sua vez, para instruir e encorajar os ouvintes (1Co 14.29-31).

Este texto dá a impressão que não eram profetas que falavam sempre, mas pessoas que ocasionalmente recebiam o dom de profetizar ou de comunicar uma “revelação” (1Co 14.6, 26, 30). A necessidade de testar as profecias marca nitidamente a importância de se rejeitar tudo que não tenha sua fonte em Deus. Considere esta ordem de João: “Amados, não creiam em qualquer espírito, mas examinem os espíritos para ver se eles procedem de Deus, porque muitos falsos profetas têm saído pelo mundo.” Qualquer espírito profético que não proceda de Deus não confessaria que Jesus Cristo veio em carne (1Jo 4.1-2).

Paulo anda cuidadosamente entre dois extremos. Primeiro, o de rejeitar o espírito de profecia: “Não apaguem o Espírito. Não tratem com desprezo as profecias” (1Ts 5.19,20). Segundo, em exigir que colocassem à prova tudo para que pudessem aproveitar o bom e rejeitar o mal (v. 21). Assim, Paulo corrigiria o erro da igreja de Tessalônica em ficar alarmada com a chegada do dia do Senhor por causa de uma profecia, literalmente, no original, “um espírito”, que evidentemente alegou que esse dia começara (2Ts 2.2).

Profetas do Novo Testamento não têm autoridade igual à dos apóstolos. Vale a pena pensar sobre as palavras de Paulo: “Se alguém pensa que é profeta ou espiritual, reconheça que o que lhes estou escrevendo é mandamento do Senhor. Se ignorar isso, ele mesmo será ignorado” (1Co 14.37,38). O apóstolo supera o profeta quando declara, sob inspiração do Senhor, a vontade do Deus. Profetas podem revelar segredos dos corações, podem orientar uma decisão entre dois caminhos que não conduzem um cristão para uma escolha pecaminosa. Ao contrário, obedecer à palavra de um profeta não é obrigatório. Pense no caso do profeta Ágabo que predisse que Paulo seria “amarrado” em Jerusalém e entregue pelos judeus aos gentios (At 21.10,11). O apóstolo não sentiu obrigação de desistir de sua decisão de subir para Jerusalém, mesmo com todos os irmãos

tentando dissuadi-lo.. Imaginamos que as filhas profetisas de Filipe também tentaram mudar o plano de Paulo. Ele não se sentiu obrigado a obedecer à revelação de Ágabo como se fosse uma ordem de Deus. Mesmo reconhecendo com Paulo que a igreja é edificada sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, o papel dos profetas deve ficar subordinado ao dos apóstolos, tal como os apóstolos foram subordinados à autoridade de Jesus Cristo (Mt 28.19; Jo 13.16);

Os evangélicos brasileiros são, na maioria, carismáticos e pentecostais. As estatísticas indicam que em torno de oitenta por cento dos crentes do Brasil fazem parte desta categoria. Dão grande valor às profecias e revelações. O perigo que correm as igrejas que enfatizam visões e mensagens proféticas é elevá-las acima dos ensinamentos bíblicos. O resultado são práticas estranhas, opiniões sem raízes na Palavra de Deus e até heresias.

Não raro ocorre que os “profetas” não são “provados” como João exortou os primeiros leitores de sua carta. “Amados, não creiam em qualquer espírito, mas examinem os espíritos para ver se eles procedem de Deus, porque muitos falsos profetas têm saído pelo mundo (1Jo 4.1). A mensagem profética somente deve ser obedecida se ela concordar plenamente com as Escrituras.

A autoridade do pastor da igreja

Segundo Paulo, os evangelistas e pastores-mestres devem dar sua principal atenção ao treinamento dos membros da igreja para a obra do ministério (Ef 4.11,12), mas como pessoas responsáveis pelo bom andamento do Corpo, eles têm a responsabilidade de disciplinar os membros. Esta responsabilidade depende da autoridade dos líderes, uma autoridade que deve ser reconhecida pelos membros da comunidade.

Existe um perigo inerente ao relacionamento do pastor com os membros da igreja que pastoreia. As observações do dr. Mulholland, do seminário de Brasília, são muito apropriadas.

Quando um pastor assume um novo pastorado, ele exerce a autoridade atribuída a pastores. Aos poucos, a igreja começa a conhecer a pessoa do pastor e a “posição” de pastor passa para segundo plano. À medida que ele reflete a imagem e semelhança de Cristo, ele é seguido por causa da autoridade de sua pessoa. Mas quando lhe falta esta autoridade interna, ele pode cair na tentação de fazer o necessário para exercer a autoridade externa. “O autoritarismo, a posição no topo da hierarquia de igrejas, termina tomando conta”.⁵⁴ Nos casos em que a autoridade não emana do caráter do pastor, pode-se esperar que o autoritarismo tome seu lugar.

Paulo tomou muito cuidado para não permitir que o autoritarismo dominasse a fé e a prática das igrejas que fundou. Para os tessalonicenses (1Ts 5.12), o apóstolo escreve: “Agora lhes pedimos, irmãos, que tenham consideração para com os que se esforçam no trabalho entre vocês, que os lideram no Senhor e os aconselham” (*nouthetountas*, o grego sugere “adverter” como em Ef 6.4, onde pais são mandados a criarem seus filhos segundo a instrução [*paidéia*, grego, “disciplina”] e o conselho [*nouthesia*] do Senhor). “Exortamos vocês, irmãos, a que advirtam (*noutheteite*) os ociosos, confortem os desanimados, e auxiliem os fracos, sejam pacientes como todos” (1Ts 5.14).

O texto que trata da autoridade do pastor de maneira mais direta se encontra em Hebreus 13: “Obedecei aos vossos guias e sede submissos para com eles, pois velam por vossa alma, como quem deve prestar contas, para que façam isto com alegria e não gemendo; porque isto não aproveita a vós outros” (v.17, RA). A regra para a seleção de alguém que aspire à posição de bispo (*episcopos*, literalmente “supervisor”) é que governe bem a própria casa, pois, “se alguém não sabe governar a própria casa, como cuidará da igreja de Deus?” (1Tm 3.4,5, RA).

⁵⁴ *Teologia da igreja*, Shedd Publicações, 2004, p. 149.

Deus é o Pai e, portanto, o modelo para todo progenitor, como Paulo ensina em Efésios 3.14,15: “Por essa razão, ajoelho-me diante do Pai, do qual recebe o nome toda a família nos céus e na terra”. Bruce nota: “Deus é o arquétipo de Pai, qualquer outra paternidade é uma cópia mais ou menos imperfeita de sua paternidade perfeita”.⁵⁵

Lewis Bayly chama atenção dos seus leitores ao modelo paternal em relação aos presbíteros e pastores que Paulo quis implantar pelo seu próprio ministério pastoral. “Pois vocês sabem que tratamos cada um como um pai trata seus filhos, exortando, consolando e dando testemunho, para que vocês vivam de maneira digna de Deus, que os chamou para o seu Reino e glória” (1Ts 2.11,12). Ao escrever para os coríntios, disse: “Não estou tentando envergonhá-los ao escrever estas coisas, mas procuro adverti-los, como a meus filhos amados. Embora possam ter dez mil tutores em Cristo, vocês não têm muitos pais, pois em Cristo Jesus eu mesmo os gerei por meio do evangelho” (1Co 4.14,15). A distinção entre tutor e pai é o amor e autoridade que têm sobre seus filhos.⁵⁶

Pais que não exercem autoridade adequada sobre os filhos, pais ausentes ou que não estão cientes de suas responsabilidades, criam filhos com deficiências e carências. O mesmo acontece com pastores que, por passividade, temor ou ignorância da responsabilidade que Deus lhes concedeu, não ensinam, não disciplinam os filhos sob os seus cuidados. Os resultados aparecem em relacionamentos defeituosos nos lares e entre os membros da comunidade. Amadurecimento espiritual deve ser o alvo de todo pai que tem a glória de Deus como seu maior interesse.

Paulo confirma este objetivo central no seu ministério. “[...] Por causa da graça que Deus me deu, de ser um ministro de

⁵⁵ Veja “nome” no *Novo dicionário de teologia do Novo Testamento*, Vida Nova, vol. 2, p. 283.

⁵⁶ Em Wayne Gudem e Dennis Rainey, *Famílias fortes, igrejas fortes*, São Paulo: Vida, p. 141.

Cristo Jesus para os gentios, com o dever sacerdotal de proclamar o evangelho de Deus, para que os gentios se tornem uma oferta aceitável a Deus, santificada pelo Espírito Santo” (Rm 15.15b,16). Pelo ensino, exortação e disciplina, Paulo esperava, por meio do Espírito Santo, criar igrejas que seriam ofertas aceitáveis a Deus, santificadas e maduras, repletas de crentes capazes de aconselharem-se uns aos outros. A igreja de Roma, cheia de bondade e plenamente instruída, teria esse preparo para que as reuniões nas casas cristãs espalhadas pela cidade fossem verdadeiros centros de demonstração da paternidade divina. É provável que Paulo compreendesse que os seus discípulos mencionados em Romanos 16.3-16 estariam agindo nesse sentido.

Como podemos explicar os problemas multiplicados que assolam os lares cristãos, se não pela negligência da disciplina pastoral que deixa pais atarefados, sem orientação bíblica sobre como criar filhos que guardam o quinto mandamento? Richard Baxter entendeu bem este problema há mais de 350 anos: “É triste que homens bons se acomodem por tanto tempo à negligência constante de tarefa tão grande. A queixa comum é: ‘Nosso povo não está preparado para isso, não suportará a disciplina’. Mas será que não ocorre o contrário: não é você que não suporta os problemas e o ódio que isso ocasionará?”.⁵⁷

“Devem ser considerados merecedores de dobrados honorários os presbíteros que presidem bem [...]” (1Tm 5.17, ARA). Uma vez que é claro que os guias, pastores, bispos, presbíteros, todos falam da mesma responsabilidade (Atos 20.28), podemos concluir que a autoridade máxima na igreja local seja o pastor. Mas a autoridade que ele exerce é limitada porque ele não é dono do rebanho, mas lidera sobre a terra, autorizado pelo Supremo Pastor (1Pe 5.4). Não pode agir como “dominador” dos que Jesus lhe confiou. Um pastor déspota ou ditador, claramente, ultrapassa sua autoridade, pois ele também é ovelha do rebanho que lidera.

⁵⁷ Ibid, p. 145.

A autoridade do pastor é limitada pela Lei de Cristo (veja 1Co 9.21) que está canonizada nas Escrituras. A atitude do líder da igreja deve igualar a do pastor Thomas Shepherd que exortou alguns jovens ministros que estavam em torno dele, em seu leito de morte, a se lembrarem de que “a obra a eles confiada era grande e exigia grande seriedade”. Da sua parte, disse-lhes três coisas: primeiro, que o estudo de cada sermão lhe custava lágrimas, ele chorava ao estudar cada sermão. Segundo, antes de pregar qualquer sermão, ele tomava seu bom ensino para ele mesmo. Terceiro, ele sempre ia para o púlpito como se estivesse indo prestar suas contas finais a seu Senhor e Mestre.⁵⁸

O cuidado que o pastor exerce deve ser uma extensão do seu ensinamento do púlpito, ensinamento que tem raízes profundas na Palavra. O líder que apresenta sua opinião como se tivesse a mesma autoridade que o ensino claro da Palavra acaba criando suspeitas. Como bispo, isto é, supervisor, deve avaliar a conduta, as atitudes dos membros de sua igreja para aplicar, com toda sabedoria, a disciplina que se justifica com o conhecimento que os irmãos receberam no ensino da Bíblia. Como poderá disciplinar um irmão se não sabe o que Deus exige dos seus filhos? Será esta a razão pela qual o governo que o pai de família exerce em sua casa (1Tm 3.5) se refletiria no modo como governa a igreja?

À medida que os membros amadurecem na fé e na prática, eles podem e devem apoiar o pastor no exercício da disciplina. Paulo confiava que os irmãos da igreja de Roma estavam: “cheios de bondade e plenamente instruídos, sendo capazes de aconselhar-se (*nouthetein*, advertir) uns aos outros” (Rm 15.14). A omissão na disciplina da igreja abre a porta para aproveitadores, chamados de “lobos ferozes [...] que não pouparão o rebanho” (At 20.29). O perigo deve ser afastado com atenção à disciplina que mantém a paz entre os irmãos e os reveste de toda a armadura de Deus.

⁵⁸ Lewis Bayly, *A prática da piedade*, PFS, 2010, p. 29.

Há várias maneiras de uma igreja ser devastada. Primeiro, o estrago na igreja acontece quando os pastores têm receio de exercer sua autoridade, como representantes de Cristo, sobre a família de Deus. Segundo, a igreja sofre danos sérios quando os mestres não ajudam os membros da família de Deus a conhecer como devem obedecer ao que a Bíblia ensina. Terceiro, a igreja definha quando os líderes cometem pecados sérios, condenados especificamente na Palavra, sem aplicar a autoridade pastoral ou dos membros de destituir aqueles que não se arrependem biblicamente. Veja a lista de Paulo em 1Coríntios 6.9,10: imorais, idólatras, adúlteros, homossexuais praticantes passivos ou ativos, ladrões, aventos, alcoólatras, caluniadores, trapaceiros. Quarto, a igreja sofre consequências devastadoras quando os membros não reconhecem a autoridade dos pastores nem dos membros. A palavra de Paulo dirigida para as igrejas da Ásia, “Sujeitem-se uns aos outros no temor de Cristo” (Ef 5.21, ARA), foca especificamente a autoridade mútua que os membros têm sob a liderança de um homem de Deus. Quinto, muitas vantagens podem ser colhidas das reuniões em pequenos grupos caseiros, se os líderes tiverem amor e conhecimento necessários para conduzir os membros na compreensão das Escrituras. Igualmente, a proposta do grupo deve ser explicar, ilustrar e exortar os que frequentam o grupo com vistas à obediência à autoridade das Escrituras.

CAPÍTULO 5

A autoridade dos pais em casa

Falamos superficialmente sobre a autoridade dos pais em conexão com a autoridade dos pastores. Nossa intenção, agora, passa a ser a de dar alguns conselhos bíblicos sobre a criação de filhos. Como nos exemplos da autoridade necessária para os líderes de igrejas desenvolverem membros maduros e santos, é um privilégio e obrigação dos pais criarem seus filhos na disciplina (*paidéia*) e admoestação (*nouthesia*) do Senhor. O contexto comprova que esta obrigação faz parte do quinto mandamento “Honra teu pai e tua mãe, o primeiro mandamento com promessa”. Porém, não se deve pensar apenas na recompensa “para que tenhas longa vida e tudo te vá bem na terra”

(Dt 5.16), mas em criar filhos que amem a Deus, filhos que busquem assiduamente a vontade dele para suas vidas. O resultado desse empreendimento será múltiplo. Os filhos aprenderão a viver em paz com seus irmãos, a contribuir com valores essenciais para a sociedade em geral além, é claro, de poder criar hábitos que valorizam princípios cristãos e boa cidadania.

O primeiro passo a se considerar, subentendido no termo *paidéia*, deve ser de obediência e respeito pelos pais. O autor de Hebreus cita Provérbios 3.11,12 para explicar por que disciplina

é um fator primordial na luta contra o pecado. Toda criança herda uma natureza caída dos pais, a mesma que toda a humanidade compartilha. Os efeitos da rebelião de Adão aparecem tão claramente nos filhos de crentes como naqueles que rejeitam o evangelho. Os filhos, naturalmente, pecam e sempre. Considere as palavras de Hebreus 12: “Na luta contra o pecado, vocês ainda não resistiram até o ponto de derramar o próprio sangue. Vocês se esqueceram da palavra de ânimo que ele lhes dirige como a filhos: ‘Meu filho não despreze a disciplina do Senhor, nem se magoe com a sua repreensão, pois o Senhor disciplina a quem ama, e castiga todo aquele a quem aceita como filho’[...]. Nossos pais nos disciplinavam por curto período, segundo lhes parecia melhor; mas Deus nos disciplina para o nosso bem para que participemos da sua santidade” (vv. 5,10).

Vários pontos importantes devem ser notados. Primeiro, o pecado surge naturalmente no coração do homem e da criança. Segundo, uma maneira de evitar a prática do pecado é lutar contra ela. Terceiro, as dificuldades que temos de enfrentar na vida devem ser recebidas como disciplina (v. 7). A criança não tem maturidade para lutar ou entender por que é necessário suportar dificuldades. A maneira de aprender a lutar é pela disciplina. Quarto, a disciplina pode criar desprezo e mágoa, atitudes que devem ser resistidas. Quinto, a disciplina garante que somos filhos legítimos (v. 8). Sexto, a disciplina é uma marca de amor e deve ser aplicada com amor. Sétimo, a disciplina pode ser aplicada em forma de castigo que significa sofrimento. O que doi, seguramente, instrui.

Quando é necessário que os pais disciplinem os seus filhos? Uma criança precisa de disciplina quando os desobedece ou demonstra falta de respeito. Os pais têm de agir com a autorização, ou seja, a ordem de Deus. Se não aplicam a disciplina adequada, mostram-se infiéis para com a Palavra. Não disciplinar o filho significa desobediência da parte dos filhos adultos de Deus.

A correção deve ser aplicada sem ira e com respeito para com a criança. Não desejamos humilhar o filho, mas corrigir o pecado cometido. O filho deve entender claramente porque precisa ser corrigido. O pastor Tedd Tripp, em suas palestras na conferência da Fiel, em Águas de Lindóia, alguns anos atrás, sugeriu oito passos para se corrigir uma criança.

Primeiro, procure um lugar privado para não furtar a dignidade da criança.

Segundo, fale o que a criança fez, mencionando causas específicas. Não são apenas atos, mas atitudes erradas que requerem disciplina.

Terceiro, procure ajudar a criança a reconhecer o(s) erro(s) cometido(s). Se ela não reconhecer os pecados praticados, é melhor aguardar outra oportunidade para ensinar com disciplina. Por exemplo: “O pai mandou guardar os brinquedos. O filho não obedeceu. Que é que Deus me manda fazer?”.

Quarto, lembre a criança que a razão do castigo não é porque você está irado. Explique com cuidado que quer restaurar o desviado. Por exemplo: “O papai está preocupado com você. Você está se colocando em situação perigosa, pois não está sendo obediente. Deus requer do papai que lhe corrija com a vara por isso”. Um pai jamais deve tocar numa criança quando estiver fora de controle.

Quinto, informá-la quantas palmadas ela irá receber. Isso permite que a criança perceba que o pai está em completo controle de si e da situação.

Sexto, remova as calças e aplique a correção. Depois vista-a de novo.

Sétimo, tome a criança nos braços e assegure-a do seu amor. Se a criança reagir mal, alguma coisa está errada. A correção foi feita com raiva, ou foi demais? Se você, como pai, errou, peça perdão, não por ter aplicado a disciplina, mas pela sua atitude errada de raiva ou descontrole. O alvo é colher paz e justiça (Hb 12.11).

Oitavo, ore com a criança. Explique que Cristo veio e morreu para trazer perdão. Cristo pode remover o coração duro de pedra e colocar outro, macio e receptivo. Usando a vara como a Bíblia manda e a comunicação, cumprimos o dever de criar a criança na *padêia* e advertência do Senhor. A obrigação é, continuamente, pastorear os filhos, para que eles possam desenvolver uma forte inclinação para lutar contra o pecado e serem irrepreensíveis.

Além da disciplina, os pais devem combater as práticas mais comuns em nossa cultura ocidental que deixam as crianças decidirem por conta própria, sem a direção adequada dos pais. Elas ficam sem responsabilidades e sem tarefas que requeiram o aprendizado de disciplina. É trágico ver pais permitirem que os artistas e os desenhos da televisão sejam mais influentes na vida dos filhos do que a Palavra de Deus. A responsabilidade e o privilégio pertencem aos pais.

Há dez alvos, segundo o pastor Tedd Tripp, que os pais podem adotar para cumprir a responsabilidade de exercer sua autoridade visando o benefício de seus filhos.

Primeiro, ajudá-los a conhecer a Bíblia, não apenas as histórias e narrativas da Bíblia, mas também as instruções que a Bíblia contém.

Segundo, ajudá-los a conhecer um catecismo de perguntas e respostas sobre verdades cristãs.

Terceiro, ajudá-los a aprender a reagir de maneira bíblica. Ou seja, reagir no caso de ofensas como Jesus reagiu, e devolver a bondade pelo mal que recebeu.

Quarto, ajudá-los a treinar o caráter, seguir caminhos piedosos, temer a Deus com humildade, integridade e diligência, ser grato, disciplinado, prestar atenção e desenvolver mansidão.

Quinto, ajudá-los a desenvolver-se socialmente, isto é, portar-se sem temor e acanhamento, bem como sem arrogância e altivez (Lc 2.52).

Sexto, ajudá-los a desenvolver-se academicamente. Através da educação escolar, a criança deve aprender a ver o mundo como Deus o vê. Pessoas são muito mais importantes do que coisas e dinheiro. Os pais podem ajudar os filhos a corrigir as distorções que professores do mundo transmitem.

Sétimo, ajudá-los a criar uma atitude bíblica de posses como presentes de Deus, não amando o mundo nem o dinheiro (1Jo 2.15; 1Tm 6.10).

Oitavo, ajudá-los a valorizar o tempo, ensinando as crianças a serem responsáveis pelo tempo, uma vez que a vida é curta. A leitura de bons livros, especialmente biografias de homens e mulheres de Deus, ajuda a criar ideais e santas ambições.

Nono, ajudá-los a aprender a trabalhar mesmo enquanto são jovens, antes que percam o interesse. Crianças podem fazer muito mais do que pensamos.

Décimo, ajudá-los a aprender a controlar as emoções, baseados na verdade e não em como o filho está se sentindo.

Para inculcar todos estes valores e práticas, a disciplina é necessária. Uma família sem disciplina é uma família disfuncional, desorganizada, sem propósitos definidos. Famílias disciplinadas, amorosas, respeitosas e bem instruídas são uma fonte de alegria constante para todos os que compartilham a comunhão que os membros têm com Deus e os bons relacionamentos uns com os outros.

CAPÍTULO 6

A autoridade do Governo

Segundo o Novo Testamento, as autoridades de cada país têm direitos sobre os cidadãos que residem em seu território. “Todos devem sujeitar-se às autoridades governamentais, pois não há autoridade que não venha de Deus; as autoridades que existem foram por ele estabelecidas” (Rm 13.1). Tão indiscutível é esta afirmação da parte de Paulo, que escreve para os romanos que “aquele que se rebela contra a autoridade está se colocando contra o que Deus instituiu” (v. 2). Agir dessa forma traz condenação sobre si mesmo.

Ao examinar este texto da Palavra de Deus, pressupõe-se que as autoridades governamentais são pessoas que mantêm a paz, protegem pessoas e a propriedade de assaltantes e de assassinos. O governo é servo para o bem dos cidadãos. Quando o Estado pune os criminosos e prende os cidadãos que quebram as leis, reconhecemos que o governo serve ao mesmo fim do governo de Deus sobre o universo. Existem as leis que o Deus da criação implantou para manter a vida na Terra. Quando essas leis que controlam a natureza perdem sua autoridade e o homem vem a desobedecê-las, a insegurança e a morte tomam o lugar da paz e do bem-estar dos membros da sociedade. Tanto

as Nações Unidas quanto Deus concordam com o direito que os homens têm de buscar a saúde e o bem-estar que mantém a felicidade e a vida.

Deus criou a lei da gravidade. Se um indivíduo teimoso não observar essa lei e pular de um prédio ou um penhasco de 60 metros de altura perderá a vida. Se uma pessoa imagina que a lei da gravidade é prejudicial, deveria deixar a Terra e tentar viver numa estação espacial onde não há gravidade. Logo perceberia a grande bênção dessa lei criada por Deus.

O livro de Provérbios está repleto de advertências sobre as leis de Deus. O preguiçoso sofrerá necessidade como quem enfrenta um assaltante (6.11). O enganador que planeja o mal sofrerá a “desgraça que se abaterá repentinamente sobre ele; de um golpe será destruído irremediavelmente” (6.14,15). O sábio tomará as precauções para não ter que perder a vida, a saúde, a propriedade, a boa reputação e muito mais. A inclusão do livro de Provérbios no cânone das sagradas letras confirma a importância que as leis da natureza têm para Deus.

Um governo humano que fornece um sistema de controle e que melhor cuida dos homens que vivem sujeitos à sua autoridade, aproxima-se mais o ideal que Paulo teve em mente quando escreveu Romanos 13. Promover o bem e punir os malfeitores demonstra o propósito que todo governo humano deve perseguir. Mas dentro da Bíblia e da história da humanidade, encontramos os abusos que parecem desmentir a afirmação que o governo do estado é servo de Deus. O fato é que governantes também são pecadores.

Paulo continua sua argumentação no v. 5: “Portanto, é necessário que sejamos submissos às autoridades, não apenas por causa da possibilidade de uma punição, mas também por questão de consciência”. A consciência do cristão deve ser formada nos moldes do ensino bíblico sobre a submissão aos que Deus colocou em posições de autoridade, seja o marido

sobre a mulher, pais sobre filhos, reis sobre súditos, inclusive de autoridades religiosas que representam a vontade do Senhor para o seu povo. Ainda que Paulo tenha reagido diante da ordem do sumo sacerdote de baterem na boca do Apóstolo, dizendo: “Deus te ferirá, parede branqueada!” (At 23.2,3), reconheceu seu erro. Logo que foi informado sobre quem mandou bater nele, disse: “[...] Não sabia que ele era o sumo sacerdote, pois está escrito: ‘Não fale mal de uma autoridade do seu povo’ ” (cit. Êx 22.28).

Paulo acrescenta, em Romanos 13, que na prática da submissão às autoridades devemos pagar integralmente os impostos. “Decem a cada um o que lhe é devido; se imposto, imposto; se tributo, tributo, se temor, temor, se honra, honra” (Rm 13.7). O princípio é claro. Deus criou a desigualdade entre pessoas no que diz respeito à autoridade e posição, as pessoas que ocupam os cargos de liderança merecem respeito e sustento. Não é correto para os governantes pensarem que eles mesmos são isentos da responsabilidade de obedecer à autoridade de Deus. Portanto, eles não estão livres para tirar vantagens pessoais como salários exageradamente altos ou para agir em benefício próprio em detrimento das pessoas debaixo do seu governo. Deus é Deus de justiça, portanto, as autoridades injustas devem ter certeza de que, um dia, suas decisões abusivas serão punidas sem misericórdia, sendo que eles agiram sem misericórdia.

A lei de Deus é sempre a lei do amor, como lemos no versículo 8: “Não devam nada a ninguém, a não ser o amor uns pelos outros, pois aquele que ama seu próximo tem cumprido a Lei”. Esse “próximo” não se refere apenas aos colegas e irmãos, mas também aos que exercem autoridade sobre nós, bem como aqueles que são obrigados a se submeter à autoridade que temos.

O primeiro mandamento: “Amarás o Senhor o teu Deus de todo o teu coração [...]” inclui a exigência de contrariar ordens injustas que se opõem à lei de Deus. Deve ficar claro na repos-

ta que Pedro e os apóstolos deram ao Sinédrio, a autoridade máxima sobre o povo israelita da época: “É preciso obedecer antes a Deus do que aos homens!” (At 5.29). Quando um cristão obedece a uma lei que contraria a lei suprema de Deus, ele peca contra Deus.

Portanto, a submissão ao governo do país é a vontade revelada do Governante Supremo do universo, enquanto esse governo cumpre seu papel de ser um agente da justiça de Deus (Rm 13.4). O livro do Apocalipse mostra como essa responsabilidade pode ser contrariada e substituída pela autoridade do império das trevas. A autoridade de Jesus Cristo, sendo suprema, nos obriga a discriminar e desobedecer a ordens humanas que ficam na contramão da vontade do Senhor, revelada em sua Palavra.

CAPÍTULO 7

A autoridade de Satanás

A Bíblia curiosamente faz menção da autoridade do diabo. Que direito ele teria sobre o universo ou o mundo que pertence a Deus (Sl 24.1)? Apesar de ser difícil de compreender esta autoridade satânica, não é possível negá-la. Ele teve a teimosia de tentar a Jesus no deserto da Judeia, oferecendo-lhe toda a autoridade sobre todos os reinos do mundo em troca da adoração (Lc 4.5,6). Jesus não negou a afirmação do diabo relativa a ter domínio sobre o mundo, sugerindo que ele tem algum direito adquirido sobre o mesmo. Paulo chega a chamá-lo de “o deus desta era”. Ao exercer esta autoridade, ele cega o entendimento dos descrentes para que não vejam a luz do evangelho. Paulo explicou para o rei Agripa II, quando foi preso em Cesareia, que Deus o enviara para abrir os olhos e converter os que estavam mergulhados nas trevas para a luz, e da autoridade (gr. *exousia*) de Satanás para Deus. De igual modo, ele descreve a conversão como um resgate ao domínio (*exousia*) das trevas e que nos transporta para o reino do seu Filho amado (Cl 1.13). Paulo tinha razão para chamar Satanás de “o príncipe do poder (*exousia*) do ar, o espírito que agora está atuando nos que vivem na desobediência” (Ef 2.2).

Jesus também reconheceu que Satanás é o príncipe deste mundo (Jo 12.31). Porém, a autoridade satânica, longe de ser absoluta, se submete à autoridade de Jesus. Para aqueles que ouviram e viram Jesus, a admiração deles os deixou atônitos. “Todos ficaram tão admirados que perguntavam uns aos outros: ‘O que é isto? Um novo ensino – e com autoridade! Até aos espíritos imundos ele dá ordens, e eles lhe obedecem!’ ” (Mc 1.27). Ele não somente expulsava os demônios como também deu essa autoridade aos seus discípulos sobre os espíritos imundos (Mc 6.7; Mt 10.1).

Jesus disse na hora da sua traição: “Esta é a hora de vocês – quando as trevas reinam” (Lc 22.53b). É evidente que nem Pilatos nem Satanás tinham autoridade sobre Jesus, além da sua rendição voluntária à autoridade do governador romano e do diabo para que o plano da salvação fosse concretizado. A autoridade sobre Jesus foi dada de cima (Jo 19.11). Ele percebeu que o príncipe deste mundo estava chegando, mas sua autoridade sobre Jesus carecia de qualquer direito sobre ele (Jo 14.30). Quando Jesus fez essa observação, ele se referia ao pecado que deu ao diabo o direito de exercer sua autoridade sobre o mundo, Adão e os seus descendentes, os incrédulos. O Senhor disse que o príncipe deste mundo seria expulso porque seu triunfo sobre o diabo seria realizado na cruz.

Paulo compartilhou com os colossenses que, uma vez que Jesus fora sacrificado na cruz e levantado dentre os mortos, ele despojou os poderes e as autoridades, e fez deles um espetáculo público, triunfando sobre eles na cruz (Cl 2.15). A palavra traduzida por “triunfando” é o mesmo verbo que Paulo usou para falar sobre a vitória dos cristãos no conhecido versículo de 2Coríntios 2.14: “Mas graças a Deus, que sempre nos conduz vitoriosamente em Cristo e por nosso intermédio exala em todo lugar a fragrância do seu conhecimento”. A palavra “vitoriosamente” ou “em triunfo” foi utilizada para descrever uma procis-

são promovida pelo imperador romano para honrar um general com seu exército que venceu um inimigo fora das fronteiras do império. Esse general causara 5 mil baixas no exército do inimigo e pacificara as terras que seriam acrescentadas na expansão do império. O general foi trazido para Roma para o desfile da vitória. Tanto prisioneiros destinados ao mercado de escravos como o próprio exército vitorioso marcharam pela avenida. O general liderava, parado num carro puxado por cavalos de raça especial, e avançando paulatinamente para o centro, onde um boi seria sacrificado em gratidão ao deus pagão que deu a vitória. Sacerdotes levavam taças cheias de incenso acompanhando o desfile para criar aquele aspecto religioso pagão. Essa imagem corresponde à fragrância dos servos de Cristo que exalam em todo lugar o perfume do conhecimento de Cristo. Assim, o Apóstolo vê o avanço do evangelho ilustrado no desfile de um general vitorioso junto com seu exército.

O toque da trombeta do sétimo anjo foi o sinal para os brados de vitória das fortes vozes nos céus que diziam: “O reino do mundo se tornou de nosso Senhor e do seu Cristo e ele reinará para todo o sempre” (Ap 11.15). Entendemos que este texto descreve, em outras palavras, a volta de Cristo e sua vitória sobre o reino satânico. João escreve: “Graças te damos, Senhor Deus todo-poderoso, que és e que eras, porque assumiste o teu grande poder e começaste a reinar” (v.17).

Este começo do reino somente pode se referir à vitória de Cristo sobre o domínio satânico exercido no mundo que paulatinamente cede lugar ao reino de Deus e do Filho. Aguardamos ansiosamente o momento em que todos os seus inimigos serão dominados e colocados debaixo dos pés de Cristo (1Co 15.24,25).

João repete, outra vez, em outras palavras, o significado do reino de Cristo e a vitória sobre o insurgente diabólico. “Agora veio a salvação, e o poder e o Reino do nosso Deus, e a autori-

dade do seu Cristo, pois foi lançado fora o acusador dos nossos irmãos [...]” (Ap 12.10). Os seguidores do cordeiro “o venceram pelo sangue do cordeiro e pela palavra do testemunho que deram, diante da morte não amaram a própria vida” (12.11). Fica evidente que a conquista sobre Satanás não ocorre de modo a eliminá-lo da terra, mas somente com a resistência e martírio dos seguidores de Cristo.

SEGUNDA PARTE

PODER

CAPÍTULO 8

Poder

Jesus encontrou-se com os discípulos no segundo monte após sua ressurreição em Jerusalém. O local, muito bem conhecido até o dia de hoje, chama-se Monte das Oliveiras. Entre as últimas palavras que Jesus pronunciou na terra, encontramos a muito bem conhecida promessa: “Mas receberão poder quando o Espírito Santo descer sobre vocês, e serão minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia e Samaria, e até os confins da terra” (At 1.8). Certamente, a ideia central é que os apóstolos seriam revestidos de poder, capacitados para testemunhar persuasivamente em todo o mundo.

Este revestimento de poder se deve à descida do Espírito no dia de Pentecostes. Antes dessa data, o testemunho dos discípulos foi péssimo. Nenhuma tentativa de evangelizar, nenhuma defesa pública da ressurreição, nenhuma sugestão de que a igreja que Jesus prometeu edificar (Mt 16.18) estivesse prestes a eclodir. As mudanças mais inesperadas e radicais apareceram em Jerusalém. Oravam sempre (At 1.14), mas não temos notícia de qualquer resposta a sua oração. Apenas obedeceram à ordem de Jesus de não se ausentar de Jerusalém até serem revestidos com poder (Lc 24.49b e At 1.4).

Qual foi a natureza da experiência que os Onze aguardavam somos incapazes de determinar. Dez dias após a ascensão de Jesus, cerca de 120 pessoas, reunidas no aposento em que foram hospedadas, conhecido popularmente como o cenáculo, presenciaram um evento ímpar. Era a data da celebração de Pentecostes, ou seja, cinquenta dias ou sete semanas após a Páscoa, e o local foi tomado por um som como de vento muito forte, acompanhado de “línguas de fogo, que se separaram e pousaram sobre cada um deles” (At 2,2,3). Todos ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito os capacitava.

Por ser a festa de Pentecostes, uma das três festas que se exigia dos homens israelitas comparecer ao santuário (Lv 23,21), havia uma multidão vinda da bacia mediterrânea. A mais extraordinária demonstração foi a capacidade de todos ouvir “o som” dos crentes e entender aqueles que falavam em sua língua materna. Eles estavam declarando as maravilhas de Deus (v.11b). Conversaram entre si, perguntando: “O que significa isto (v. 12)?”. Aqueles que não foram capazes de ouvir o que os seguidores de Cristo falavam, zombavam deles, atribuindo o fenômeno à embriaguez.

Esta revelação do poder do Espírito correspondia à mudança radical que acontecera no batismo de Jesus. Antes da sua ida para o Jordão para ser batizado por João batista, Jesus ainda carecia das marcas do poder que depois distinguiram a sua vida. Não temos informação alguma de pregações, milagres, conhecimento de fatos que ele não tinha meios humanos de conhecer. Tudo isso mudou nos anos de ministério até a crucificação, ressurreição e ascensão, após seu batismo. A pregação ousada, milagres sem número e a formação inicial de sua “igreja” no colégio apostólico marcaram o ministério pós-batismal de Jesus. Outros eventos únicos na vida de Jesus apontam para o momento do seu batismo e a descida do Espírito sobre ele.

CAPÍTULO 9

Exemplos do exercício do poder do Espírito em Atos

Podem-se notar algumas transformações que ocorreram com a descida do Espírito com poder.

Primeiro, significou uma mudança de um “espírito de covardia por um Espírito de poder, de amor e de equilíbrio” (cf. 2Tm 1.7). Antes da descida do Espírito, Pedro ficou atemorizado. Mentiu quando declarou que não conhecia Jesus. Chegou a amaldiçoar e a jurar (Mc 14.71) por causa do pavor que tinha de ser incluído na condenação de Jesus. O batismo com o Espírito no dia de Pentecostes o encheu de confiança e coragem.

Segundo, sem nenhuma hesitação, Pedro e todos os apóstolos se expuseram a um perigo iminente ao acusar as autoridades, no Sinédrio, de terem matado o Messias, pregando-o na cruz. Longe de mostrar qualquer temor dessas autoridades, a coragem que demonstraram surgiu de sua certeza de que os seus inimigos não tinham possibilidade alguma de lhes machucar ou destruir. Deus estava com eles.

Terceiro, a cura do mendigo aleijado que lhes pedia esmolas ilustra a nova realidade da descida do Espírito. Foi um milagre extraordinário, realizado pelo poder de Jesus, mas transmitido pela ação presente do Espírito. Quando Pedro disse ao mendigo:

“Não tenho prata nem ouro, mas o que tenho, isto lhe dou. Em nome de Jesus Cristo, ande” (3.6), imediatamente os pés e os tornozelos do homem ficaram firmes e de um salto pôs-se em pé e começou a andar. O milagre, como as demonstrações de poder operadas por Jesus, foi visível no corpo físico e de imediato. É claro que não foi um suposto milagre invisível difícil de se acreditar. O Espírito tinha descido com poder, atuando no mundo material. A própria palavra *dunameis* (poderes) significa “milagres” (At 2.22; 8.13; 19.11).

Quarto, a prisão e interrogação de Pedro e João marcaram mais uma derrota dos inimigos da igreja nascente. As autoridades do povo teriam que admitir que é mais justo obedecer a Deus do que aos homens (4.19). “Não podemos deixar de falar do que vimos e ouvimos”, foi a postura tomada pelos apóstolos, uma vez que o Espírito Santo os enchera. A autoridade do Espírito de Deus era muito maior do que a dos líderes inimigos (4.20). Foi o Espírito que supriu a coragem necessária para desafiar os principais sacerdotes que promoveram a crucificação de Jesus. Mais tarde, quando o sumo sacerdote acusou os discípulos expressamente que não era permitido ensinar em nome de Jesus, continuaram enchendo Jerusalém com a doutrina do evangelho. As autoridades judaicas acusaram os apóstolos de culpar os líderes religiosos do “sangue desse homem”, isto é, Jesus. A reação de Pedro foi: “É preciso obedecer antes a Deus do que aos homens!” (5.28,29). Torna-se absolutamente claro que a obediência a Deus é obedecer a direção do Espírito de Deus que os tinha ordenado a não desistir de pregar os fatos salvadores sobre Jesus. O poder do Espírito os encheu de uma ousadia santa. A coragem é uma das marcas desse poder que o Espírito derrama nos corações dos seus escolhidos.

Quinto, o sumo sacerdote e sua família entenderam que Pedro e João eram homens comuns e sem instrução. Mesmo assim, ficaram admirados, reconhecendo que eles haviam estado

com Jesus (4.13). A verdade que explicava sua extraordinária coragem não foi essa, mas o enchimento do Espírito Santo (4.8). Antes do Pentecostes agiram como homens normais do mundo, ambiciosos, buscando poder político e vantagens pessoais. Eram fracos e facilmente intimidados. De fato, a verdadeira marca do seguidor do Mestre distinguiu os discípulos. Com a vinda do Espírito, ocorreu uma revolução em suas vidas. A descrição de um seguidor de verdade que Jesus ensinara, agora valia para os apóstolos. Nas palavras de Cristo: “aquele que ama sua vida, a perderá; ao passo que aquele que odeia sua vida neste mundo, a conservará para a vida eterna” (Jo 12.25).

Sexto, a atuação do Espírito na igreja de Jerusalém foi tal que o seu fruto apareceu de forma incontestável. “Ninguém considerava unicamente sua coisa alguma que possuísse, mas compartilhavam tudo o que tinham” (4.32). O sinal do poder do Espírito, nesse caso, era a transformação natural de segurar os recursos ganhos com tanta dificuldade e colocá-los à disposição dos necessitados. Lucas relata as duas características da presença do Espírito: “Com grande poder os apóstolos continuavam a testemunhar da ressurreição do Senhor Jesus, e grandiosa graça estava sobre todos eles” (4.33). Esta graça foi a generosidade, uma característica da graça do Espírito derramado sobre os macedônios (2Co 8.1-3). Duas marcas da atuação do Espírito – coragem e amorosa generosidade – dominaram a cena daquela primeira igreja iniciada por Jesus no chamado dos discípulos e na descida do Espírito sobre eles com poder.

Sétimo, as mortes de Ananias e Safira foram demonstrações totalmente inesperadas do poder da ação judicial do Espírito. Movidos, evidentemente, por um espírito de grande generosidade, venderam propriedades, dividiram o resultado e o depositaram aos pés dos apóstolos. O seu pecado não foi de dar apenas uma parte do valor da propriedade, mas de mentir ao Espírito Santo. A morte súbita de Ananias ocorreu porque ele

declarou falsamente que o dinheiro que trouxera para suprir os necessitados era o valor total recebido da venda da propriedade.

Por certo, entre os milhares de membros da igreja, não havia qualquer preocupação se um membro contasse uma “mentirinha”. Acredito que não passou pela cabeça de ninguém que o juízo de Deus seria tão severo assim. Duas vezes o texto narra que houve grande temor em toda a igreja em decorrência desta tentativa de enganar o Espírito Santo (5.5,11).

A atuação do Espírito mostrou a importância da honestidade e da transparência da parte de todos os membros da igreja. O Espírito mostrou de modo espetacular que ele é o Espírito de santificação (1Pe 1.2). Não convém para a igreja deixar de temer a Deus e desobedecer à lei implantada no coração pela nova aliança (cf. Hb 8.10; 10.16). O Espírito Santo veio para convencer o mundo do pecado (Jo 16.8), mas também demonstrou seu poder nos novos discípulos de Jesus Cristo. Paulo exortou os coríntios a se purificarem de “tudo que contamina o corpo (*carne*) e o espírito, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus” (2Co 7.1).

Oitavo, o poder extraordinário do Espírito se manifestou por meio de sinais e maravilhas, inclusive a sombra de Pedro, que passando sobre os doentes, os curava. Todos aqueles que sofreram tormentos dos espíritos imundos foram curados (5.15,16).

Entre os escolhidos para atender as necessidades das viúvas da igreja de Jerusalém que não falavam hebraico (aramaico), Estevão se destacou como “homem cheio de graça e do poder de Deus. Realizava grandes maravilhas e sinais entre o povo” (At 6.8).

Foi escolhido porque tinha bom testemunho (At 6.3) que ganhou submetendo-se à autoridade do Senhor Jesus entronizado. Também porque era cheio do Espírito (6.5), dando a entender que o poder que efetuava os milagres foi ministrado pelo Espírito (At 6.8). Filipe, cheio do Espírito, foi igualmente

dotado de poder, com que realizou “grandes sinais e milagres” (At 8.13). Paulo também era homem cheio do Espírito (9.17.) Foi instrumento nas mãos de Deus para operar milagres extraordinários.

Encontramos repetidos exemplos durante o ministério de Paulo que confirmam seu excepcional acesso ao poder sobrenatural do Espírito.

Foi notável a coragem e a autoridade que Paulo exerceu ao confrontar Elimas (Barjesus) quando “cheio do Espírito Santo, olhou firmemente para Elimas e disse: ‘Filho do Diabo e inimigo de tudo o que é justo! Você está cheio de toda espécie de engano e maldade. Quando é que vai parar de perverter os retos caminhos do Senhor? Saiba agora que a mão do Senhor está contra você, e você ficará cego e incapaz de ver a luz do sol durante algum tempo’ ” (At 13.9-11). É evidente que Paulo dependeu do Espírito para exercer poder sobrenatural para anular a ameaça à fé incipiente do procônsul, Sérgio Paulo. Mas esse poder foi real e eficaz porque se submetera à autoridade máxima de Jesus.

Numa ação paralela à de Pedro na entrada do templo (At 3.6-8), Paulo novamente exerceu o poder de Deus ao dizer: “Levante-se! Fique em pé!”, para o homem paralítico, aleijado desde o nascimento, em Listra. Este deu um salto e começou a andar (At 14.8-10).

Em Filipos, Paulo e Silas, em decorrência de ter obedecido a ordem de Jesus em expulsar o espírito imundo com o poder de Deus, foram severamente açoitados e encarcerados com os pés presos num tronco (At 16.16-24). Mais uma vez, o poder de Deus se manifestou, primeiro, nos ânimos dos missionários, de maneira que foram capacitados para orar e cantar hinos a Deus (v. 25). Em segundo lugar, a manifestação do poder sobrenatural veio através do terremoto violento que abriu as portas da prisão e levou o carcereiro a se submeter à autoridade de Jesus, o Senhor.

As duas vertentes para o avanço do evangelho – autoridade e poder –, novamente ficaram aparentes.

Em Corinto, em uma visão, Jesus disse a Paulo que não tivesse medo, e mais: “continue falando e não fique calado, pois estou com você, e ninguém vai lhe fazer mal ou feri-lo, porque tenho muita gente nesta cidade” (At 18.9). O apóstolo obedeceu, e o sucesso do seu ministério foi consequência do poder do Espírito, como Paulo confessa em sua primeira carta: “Minha mensagem e minha pregação não consistiram em palavras persuasivas de sabedoria, mas consistiram em demonstração do poder do Espírito, para que a fé que vocês têm não se baseasse na sabedoria humana, mas no poder de Deus” (1Co 2.4,5). A “loucura” da pregação foi o meio escolhido por Deus para salvar aqueles que creem (1Co 1.21).

O instrumento humano foi fraco, cheio de temor e muito tremor. Paulo não usou palavras persuasivas de sabedoria, mas se valeu da demonstração do poder do Espírito: “para que a fé que vocês têm não se baseasse na sabedoria humana, mas no poder de Deus” (1Co 2.5).

Em sua apologia diante dos líderes da igreja de Éfeso, Paulo refere-se ao poder da Palavra, isto é, à mensagem e ensinamento do apóstolo durante os anos que esteve em Éfeso. “Eu os entrego a Deus e à palavra de sua graça que têm poder para os edificar e dar-lhes herança entre todos os que são santificados” (20.32). Na realidade, a Palavra sozinha não tem poder para edificar ou garantir a entrada no céu. Ela precisa da ação vital do Espírito. Ele torna a mensagem das Escrituras “viva e eficaz e mais afiada de qualquer espada de dois gumes” (Hb 4.12).

Paulo entrega os irmãos em Roma “àquele que tem poder para confirmá-los”, ou seja, Paulo aponta para Deus, que pela instrumentalidade do Espírito Santo guarda os seus eleitos para a herança dos remidos na volta de Jesus Cristo (Rm 16.25; Ef 1.14).

CAPÍTULO 10

O poder do Espírito nas Epístolas

Antes de Paulo pisar no solo da cidade conhecida como a capital do mundo, deixou claro que não era o poder das legiões romanas que mantinham o controle do Império, mas as boas novas que dominariam o futuro. As verdades do evangelho têm alicerces na história, na encarnação, na cruz e na ressurreição, porém, é a esperança de futuro que enche o coração cristão de alegria e ânimo.

O evangelho é o poder de Deus (Rm 1.16) para conduzir pecadores à salvação completa, providenciada por Jesus Cristo na cruz. Paulo escreve que para os que estão sendo alvos a palavra da cruz “é o poder de Deus” (1Co 1.18). Cristo é o poder de Deus para aqueles que foram “chamados” soberanamente por Deus. O apóstolo desprezou palavras persuasivas de sabedoria, mas dependeu inteiramente da “demonstração do poder do Espírito” (1Co 2.4). Paulo está pronto para confrontar os arrogantes líderes da igreja de Corinto, não em algum debate de palavras, mas numa prova de poder. “Pois o Reino de Deus não consiste em palavras, mas em poder” (1Co 4.20). Ele escreveu poucos anos depois para os romanos: “O Reino de Deus não é comida nem bebida, mas justiça, paz e alegria no Espírito Santo

[...]” (Rm 14.17). O poder do Espírito pode realizar milagres no mundo físico e é capaz de promover “justiça, paz e alegria” na igreja. Paulo exorta os irmãos de Roma a se esforçar para “promover tudo quanto conduz à paz e à edificação mútua” (Rm 14.19). Devem experimentar o poder do evangelho na criação de unidade e amor mútuo.

Neste mesmo contexto, Paulo registra o perigo de comer sem fé. É possível que ele se refira a ingerir algum alimento, provavelmente carne, talvez oferecida aos ídolos e depois vendida no mercado, que a consciência do irmão “fraco” proíbe e condena. O Espírito poderia convencer aquele irmão “fraco” a comer carne com fé, mas, o que Paulo prevê seria respeitar a consciência, abstendo-se de qualquer alimento que não pudesse comer sem se condenar.

Exaltou o poder de Deus que cumprirá seu propósito bom e realizará toda obra que procede da fé. Assim, o nome de nosso Senhor Jesus será glorificado em sua igreja, segundo a graça de nosso Deus e do Senhor Jesus Cristo. Os irmãos devem experimentar o poder do evangelho na criação de unidade e amor mútuo.

O contraste que o apóstolo descreve entre a carne e o Espírito mostra a total incapacidade do homem, pelo esforço próprio, de agradar a Deus ou obedecer a sua lei (Rm 8.3). A capacitação para cumprir as demandas de Deus vem da atuação do Espírito. “As justas exigências da Lei podem, de fato, ser satisfeitas plenamente em nós, que não vivemos segundo a carne, mas segundo o Espírito” (v.4). Aqueles que estão na carne, isentos do Espírito, não podem (*ou dunatai*) agradar a Deus (v.8). Então, a operação santificadora do Espírito em nós, como nossa salvação, depende do poder sobrenatural dele (cf. 2Ts 2.13).

Paulo escreveu para os romanos que seu desejo e oração eram: “Que o Deus da esperança os encha de toda alegria e paz, por sua confiança nele, para que vocês transbordem de

esperança pelo poder do Espírito Santo” (15.13). Confiança em Deus e esperança em relação ao futuro têm suas raízes firmes no poder do Espírito. Quando temores e tribulações assolam o crente, aí está o poder do Espírito Santo para sustentá-lo. Ele resiste à tentação para desistir do pecado, como uma árvore, com raízes profundas, fica firme num furacão.

Neste mesmo contexto de Romanos, o apóstolo combina o poder de Cristo ao do Espírito. “Não me atrevo a falar de nada exceto daquilo que Cristo realizou por meu intermédio em palavra e em ação, a fim de levar os gentios a obedecerem a Deus pelo poder de sinais e maravilhas e por meio do poder do Espírito de Deus” (15.18,19). As boas novas de Cristo tiveram efeito sobre os ouvintes o que ele identifica como Cristo realizando sua obra por intermédio de Paulo, pregando a palavra. A “ação” refere-se ao poder existente nos sinais e maravilhas realizados pelo Espírito de Deus.

A mesma combinação entre a atuação de Cristo ou o nome dele e o Espírito Santo aparece no livro de Atos. O aleijado da porta Formosa do templo foi curado pelo “nome de Jesus Cristo” (3.6; 16). “Pela fé no nome de Jesus, o Nome curou este homem que vocês veem e conhecem.” As autoridades e líderes do povo também reconheceram que o milagre da cura seria explicado pelo “poder ou em nome” de alguém, pelo qual Pedro e João o realizaram (4.7). Foi pelo poder (*dunamis*) do Espírito ou no nome de Jesus que o milagre ocorreu. É preciso entender, nesse caso, que o Espírito honra o nome de Jesus Cristo, Rei Messias, operando os milagres relatados em Atos.

Em 1Coríntios, o apóstolo declara que “a mensagem da cruz é loucura para os que estão perecendo, mas para nós, que estamos sendo salvos, é o poder de Deus” (1Co 1.18). O poder da cruz reside na morte vicária, sacrificial de Jesus Cristo. Ele explica que a insignificância da cruz foi escolhida por Deus para envergonhar o forte e para reduzir a nada o que o mundo conta

como algo importante (1.27,28). Dessa maneira, é impossível que alguém se vanglorie diante dele. Deus tomou a iniciativa de colocar-nos em Cristo, que dessa forma tornou-se sabedoria de Deus para nós: “isto é, justiça, santidade e redenção” (v. 30). Nossa união com Cristo somente pode ser efetuada pelo Espírito de Cristo habitando em nós, dando-nos todos os privilégios e benefícios listados neste versículo.

Não é necessário adivinhar como o sucesso do ministério de Paulo se realizou, uma vez que a fraqueza, temor e muito tremor tomaram conta do seu espírito humano em Corinto. Mas, mesmo que Paulo não tenha usado palavras persuasivas e sábias segundo a avaliação humana, os coríntios se converteram, e muitos (At 18.10). Foi uma demonstração do poder persuasivo do Espírito (2.4b). A fé dos irmãos foi inculcada, evidentemente, pelo poder de Deus (v. 5).

Paulo tinha detratores em Corinto. O orgulho deles os convenceu de que o apóstolo tinha pouca importância. Alguns comentaram: “As cartas dele são duras e fortes, mas ele pessoalmente não impressiona, e a sua palavra é desprezível” (2Co 10.10). Paulo se compara com seus detratores ironicamente: “Vocês têm tudo o que querem. Já se tornaram ricos! Chegaram a ser reis – e sem nós! Porque me parece que Deus colocou a nós os apóstolos, em último lugar, como condenados à morte. Viemos a ser um espetáculo para o mundo, tanto diante de anjos como de homens. Nós somos loucos por causa de Cristo, mas vocês são sensatos em Cristo! Nós somos fracos, mas vocês são fortes! Vocês são respeitados, mas nós somos desprezados!” (1Co 4.8-10).

Na realidade, esses oponentes do apóstolo tinham uma carência fatal que seria comprovada por Paulo quando ele chegasse lá. Daí saberia não apenas o que estavam dizendo, mas que poder eles tinham (19). “Pois o Reino de Deus não consiste em palavras, mas em poder” (v. 20). É claro que o poder que

eles não tinham é o poder de Deus, o poder que opera milagres, que confunde os poderosos deste mundo e envergonha os arrogantes. Sem poder divino, a fragilidade humana fica evidente para todos. Por isso, Paulo tinha certeza de que venceria essa batalha que consiste, não em palavras, mas em demonstração do poder de Deus, como aconteceu no confronto entre Elías e os 450 profetas de Baal no cume do monte Carmelo (1Rs 18).

Repetidas vezes Paulo ensina que os dons (*charismata*) sobrenaturais são efetuados pelo Espírito (1Co 12.7-11). Para o bem comum, o Espírito dá para um membro a palavra de sabedoria e para outro uma palavra de conhecimento. Ele também dá fé como carisma e dons de curar. Ele dá a um poder (*energemata*) para operar milagres (*dunameon*); a outro ele dá profecia; a outro discernimento de espíritos, e a outro variedade de línguas, e a outro interpretação. O único Espírito distribui os dons como ele quer para manter o equilíbrio e vitalidade da igreja, sem inveja ou ciúmes entre os membros do corpo. Os carismas, portanto, são manifestações da vitalidade do Espírito em ação no Corpo de Cristo. É fácil entender por que Agostinho dizia que o Espírito é a “alma” do Corpo.

Um dia, Jesus Cristo realizará a vitória final do reino, “depois de ter destruído todo domínio, autoridade (*exousian*) e poder (*dunamin*)” (1Co 15.24b). Cristo, necessariamente, deve reinar até que todos os seus inimigos sejam postos debaixo de seus pés (v. 25). Estes inimigos, é evidente, são inteligências espirituais que estão sujeitas a Satanás e desafiam a autoridade absoluta que Deus Pai passou para Cristo.

Paulo continua a descrever esse futuro escatológico em que tudo será, finalmente, sujeito ao senhorio de Jesus. Quando todos os inimigos forem subjugados, Cristo entregará o reino novamente ao domínio do Pai (v. 24): “a fim de que Deus seja tudo em todos” (v. 28b).

Tanto em Coríntios como em Hebreus, Paulo e o autor desta carta afirmam que o socorro da tentação depende de Deus. “Porque, tendo em vista o que ele mesmo sofreu quando foi tentado, ele é capaz de socorrer aqueles que também estão sendo tentados” (2.18; 1Co 10.13).³⁰ A palavra *peirazo* (tentar, provar, perseguir) refere-se tanto às investidas satânicas como às perseguições que assolam os cristãos em muitas terras e épocas da história. A vitória que Deus promete para seus fiéis filhos recebe sua explicação, não na fidelidade do cristão, mas no poder de Deus (Cl 1.29).

Paulo identifica o espinho em sua carne como um mensageiro de Satanás, dado para lhe atormentar. Após rogar três vezes a Deus para que o livrasse, Deus lhe falou: “Minha graça é suficiente para você, pois o meu poder se aperfeiçoa na fraqueza”. Esta palavra de conforto levou o apóstolo a se gloriar em suas fraquezas para que o poder de Cristo repousasse sobre ele. Por amor de Cristo, ele se regozija nas fraquezas, nos insultos, nas necessidades, nas perseguições, nas angústias. Declara: “Pois, quando sou fraco é que sou forte” (2Co 12.7-10). Parece uma contradição ou uma impossibilidade se não entendermos que a fraqueza funciona como uma vasilha vazia. Somente pode tornar-se recipiente do poder alheio se estiver vazia.

Os coríntios exigiram uma prova de que Cristo falava por intermédio de Paulo. Em seguida, o apóstolo declara que Jesus não era fraco no trato deles, mas poderoso entre eles. É verdade que Cristo foi crucificado em fraqueza, mas agora vive pelo poder de Deus. A fraqueza de Paulo é notável, mas “pelo poder de Deus, viveremos com ele para servir vocês” (2Co 13.4). Como simples homem, Paulo era fraco, mas pelo poder do Espírito nele, era forte.

Se os coríntios duvidaram do poder de Deus na pessoa de Paulo, eles deveriam examinar a si mesmos. Será que Cristo Jesus

³⁰ Hermisten M. P. Costa, *Princípios bíblicos de adoração cristã*, Cultura Cristã, São Paulo, 2009, p. 70.

estava neles? De outro modo, estariam reprovados e enganados quanto a sua relação com Cristo (2Co 13.5,6). Em casos como esse, o poder do Espírito Santo fornece a garantia da autenticidade da fé regeneradora deles. Há muitos casos, hoje em dia, em que as dúvidas sobre a verdadeira transformação de membros e líderes das igrejas se justificam. Paulo recomendaria: examinem a manifestação do poder de Cristo na igreja, o poder exercido pelo Espírito enviado para criar a imagem de Cristo no seu povo (2Co 3.18). Quando há ausência do poder do Espírito e do seu fruto, é hora de examinar e buscar evidências que aqueles membros de fato nasceram do Espírito.

No caso grave do pecador incestuoso, Paulo invoca o poder do Senhor Jesus para mandar que os coríntios “entreguem esse homem a Satanás” (1Co 5.4,5). Pecado não punido na igreja abre a porta para o diabo demonstrar o seu poder. A disciplina deve ser exercitada em alguns casos de pecado sério para que a igreja não perca sua característica fundamental de povo de Deus. A “noiva” de Cristo, para a qual Cristo se entregou, “deve ser santa, purificada pelo lavar da água mediante a palavra, para apresentá-la a si mesmo como igreja gloriosa, sem mancha nem ruga ou coisa semelhante, mas santa e inculpável” (Ef 5.25-27).³¹

O poder de Deus nos alcança pelo Espírito que fortalecia Paulo pela fé que depositava em Cristo. Paulo acreditava firmemente que nenhuma tentação nos atinge por acaso. Nem as artimanhas do demônio tinham capacidade para abalar sua fé. Quanto mais fraco nos sentimos, mas evidente fica o poder de Deus suprido para fortalecer os seus atribulados que mantêm firmes sua fé no Senhor.

Assim, Paulo confirma a verdade já escrita, que temos o tesouro do evangelho “em vasos de barro, para mostrar que este poder que a tudo excede provém de Deus, e não de nós” (2Co

³¹ Para maiores detalhes, veja meu livro *Disciplina na igreja*, publicado pela Edições Vida Nova.

4.7). E todo o Novo Testamento testemunha que o poder que vem de Deus alcançava Paulo e nos alcança pela instrumentalidade do Espírito Santo.

Para os gálatas, Paulo esclarece que “aquele que lhes dá o seu Espírito e opera milagres (*dunameis*) entre vocês realiza essas coisas pela [...] fé com a qual receberam a palavra” (Gl 3.5). Acredito que seja significativo que Paulo combine a doação do Espírito e as manifestações de poder na mesma frase. Isto confirma a verdade que Jesus falou no cume do Monte das Oliveiras: “Receberão poder quando o Espírito Santo descer sobre vocês” (At 1.8).

A súplica que Paulo faz para os cristãos na Ásia, e especialmente em Éfeso, inclui o pedido para Deus “abrir os olhos dos seus corações para que conheçam a esperança para a qual ele os chamou, as riquezas da gloriosa herança dele nos santos e a incomparável grandeza do seu poder para conosco, os que cremos conforme a atuação da sua poderosa força. Esse poder ele exerceu em Cristo, ressuscitando-o dos mortos e fazendo-o assentar-se à sua direita acima de todo governo e autoridade, poder e domínio e de todo nome que se possa mencionar, não apenas nesta era, mas também na que há de vir [...]” (1.18-21). Fica evidente que Paulo se referia ao poder (*dunamis*) de Deus, que levantara Jesus do sepulcro, como o primeiro passo no domínio de todos os poderes que se opõem a Deus sob o comando de Satanás.

Este mesmo poder dá vida aos mortos em transgressões e pecados (2.1), uma vez que nossa ressurreição se realizou “com Cristo” (2.6). Este poder de levantar os espiritualmente mortos também os faz assentar nos lugares celestiais em Cristo Jesus (2.6).

Paulo atribui a sua separação para o ministério (diaconia) “pelo dom da graça de Deus, a mim concedida pela operação de seu poder” (3.7), à atuação miraculosa de Deus. É provável

que o apóstolo se refira ao chamado estendido para ele pelo Espírito Santo em Antioquia (At 13.2,4). O ministério de Paulo como missionário foi extraordinário, não apenas por causa de sua conversão, mas igualmente importante devido a sua elevação para o apostolado. O aparecimento de Jesus para Paulo, após sua ressurreição e indicação para o apostolado nessa ocasião, encheu o coração deste servo de admiração. Paulo ajuntou algumas manifestações visíveis do Senhor, mas percebeu sua própria visão de Jesus “como a um nascido fora de tempo” (1Co 15.8). Aos seus próprios olhos, era o menor dos apóstolos que não merecia ser chamado “apóstolo” (1Co 15.10).

Mesmo não merecendo a graça, ela não foi inútil. Criou uma energia que excedeu a dos outros, mas não era Paulo, mas a graça de Deus operando nele. Uma vez mais, podemos deduzir que a motivação e a força da graça emanaram do Espírito Santo que tornou o menor dos apóstolos em o mais importante e eficaz de todos.

Na oração pelos efésios, o apóstolo roga que Deus Pai fortaleça os irmãos no íntimo do seu ser com poder, por meio do Espírito (3.16). O poder alcança o cristão pela instrumentalidade do Espírito Santo, resultando na pessoa de Cristo residindo nos corações dos santos mediante a fé. Pelo Espírito que produz o amor celestial no coração dos filhos de Deus (veja Gl 5.22), eles criam raízes e alicerces profundos e fortes, necessários para compreender a largura da cruz, ou seja, a aceitação de todos sem respeito à classe, raça, cor ou posição. Esse poder também nos faz enxergar claramente o comprimento histórico da cruz que se estende até a criação do mundo (Ap 13.10). Ele alcança a altura do trono de Deus e desce até as profundezas para resgatar o mais vil pecador (v. 18). Experimentar o amor de Cristo que excede todo conhecimento é necessário para que os cristãos possam ficar cheios de toda a plenitude de Deus (v. 19).

Em sua doxologia (vv. 20,21) que encerra este parágrafo, Paulo ultrapassa os limites da mente humana, afirmando que Deus pode fazer infinitamente mais do que pedimos ou pensamos, de acordo com o poder (*dunamis*) que atua em nós (v. 20). É possível que estivesse pensando no ministério do Espírito no coração do cristão que busca uma espiritualidade genuinamente bíblica. Nossa imaginação não alcança, nem de longe, as possibilidades que o Espírito Santo ministra para aqueles que, de coração puro, creem e se abrem para essa ministração. Seria como tentar imaginar o tamanho do universo, ou o número das estrelas, comparável ao número de grãos de areia em todas as praias do mundo.

Para os efésios, Paulo acrescenta: “Finalmente, fortaleçam-se no Senhor e no seu forte poder. Vistam toda a armadura de Deus, para poderem ficar firmes contra as ciladas do Diabo, pois a nossa luta não é contra seres humanos, mas contra os poderes e autoridades, contra os dominadores deste mundo de trevas, contra as forças espirituais do mal nas regiões celestiais. Para isso, vistam toda a armadura de Deus para que possam resistir no dia mal e permanecer inabaláveis, depois de terem feito tudo” (Ef 6.10-13).

Estou tão convencido como Paulo que para enfrentar forças espirituais há necessidade de armar-nos com toda a armadura de Deus, também espiritual. Somente o Espírito Santo pode nos fortalecer no Senhor e no seu poder. Sendo que os inimigos não são humanos, mas anjos caídos e rebeldes a serviço de Satanás, a capacidade de resistir somente virá do Espírito. Ele é o Espírito da verdade (Jo 16.13) com a qual devemos nos cingir. Ele é o Espírito que convence da justiça, nossa couraça (Jo 16.8). Estar com os pés calçados com a prontidão do evangelho depende do poder do Espírito para assim nos preparar para a batalha. O escudo da fé recebe do Espírito a destreza para poder apagar todas as setas inflamadas do Maligno. O capacete de salvação refere-se à segurança que filhos genuínos têm, se forem guiados

pelo Espírito. É ele que testemunha ao nosso espírito que somos filhos de Deus (Rm 8.14,17). A espada do Espírito é a Palavra que ele inspirou e contém toda a verdade necessária para repelir, com poder, todos os ataques do demônio. Revestir-se como toda a armadura de Deus quer dizer, na verdade, se revestir do poder do Espírito Santo com todas as convicções que ele compartilha com os filhos de Deus.

Quando Paulo ordena que os efésios orem “no Espírito em todas as ocasiões com toda oração e súplica”, ele apela para a oração feita com auxílio do Espírito (cf. Rm 8.26,27). Uma oração sem esse auxílio, facilmente se torna egoísta, caracterizada por dúvidas e incertezas. Nesse caso, seria uma oração que Deus não se obriga a ouvir e responder.

Juntamente com o Espírito chega o fortalecimento da fé, essencial para esperar respostas da parte de Deus.

Em Filipenses, a ênfase sobre o poder de Deus cai justamente numa complicada declaração. Devemos trabalhar acionando a salvação que Deus nos dá. A NVI nos oferece a seguinte tradução de 2.12,13: “[...] ponham em ação a salvação de vocês com temor e tremor, pois é Deus quem efetua em vocês tanto o querer quanto o realizar, de acordo com a boa vontade dele”. A combinação entre a responsabilidade do cristão de atuar e a soberana realização da vontade de Deus não deve ser dividida ou separada.

Se descansarmos na verdade que Deus cria o desejo de progredir e é o mesmo que faz a obra de acordo com a boa vontade dele, certamente nossa participação não passará de zero. Por outro lado, se pensarmos que se nós não fizermos o que deve ser feito, então nada se fará, erramos. Para Deus receber toda a glória é necessário reconhecer a veracidade da afirmação que, sem ele, não tomaremos passo algum. Nenhum sucesso será alcançado. O poder que alcança a vitória vem dele por meio do Espírito.

Os termos “temor e tremor” ressaltam o fato de que quando dependemos do Senhor soberano, ele tem ilimitado poder para fazer mais do que pensamos ou imaginamos. Contudo, quando agimos de maneira independente de Deus, o resultado pode ser terrível! É como uma criança que entra no carro do seu pai sozinha, liga o motor e movimenta o câmbio. Se apertar o acelerador, provavelmente será um desastre. Não é necessário imaginar a surpresa que essa criancinha experimentará quando, repentinamente, sentir o poder do motor ligado às rodas do carro.

O pastor Paul Tripp comenta sobre a mediocridade e a falta de poder nos púlpitos de pastores que não aproveitam o poder do Espírito Santo para descobrir e proclamar o recado de Deus para ouvintes sedentos para receber um recado do Senhor. “Não podemos nos acomodar com padrões que denigram a pregação e degradem a nossa capacidade de representar um Deus glorioso de uma graça gloriosa. Não podemos nos permitir estar muito ocupados e distraídos [...]. Não devemos perder de vista aquele que é Excelente e a excelente graça que fomos chamados para representar. Não podemos, porque estamos despreparados, deixar seu esplendor parecer chato [...]”. Paulo entende perfeitamente o desafio da pregação do evangelho em Tessalônica: “Nosso evangelho não chegou até vós tão somente em palavra, mas, sobretudo, em poder, no Espírito Santo e em plena convicção” (1Ts 1.5).

Infelizmente, em milhares de púlpitos, o que mais falta é o poder que traz convicção e mudanças na maneira que o povo pensa e age. É uma triste realidade que mentes mundanas, sem aspiração pela santidade transformadora, residem na cabeça de milhões de cristãos descomprometidos com Deus e sua Palavra. Paulo apelou para os crentes de Roma para “não se amoldem ao padrão deste mundo, mas transformem-se para que sejam capazes de experimentar a boa, agradável e perfeita vontade de Deus” (Rm 12.2).

A pregação de Paulo não acomodou, não criou sonolência, mas agitação. O comentário dos judeus transbordantes de inveja, em Tessalônica, foi: “Esses homens, que têm causado alvoroço por todo o mundo, agora chegaram aqui”! (At 17.6). Somente revestido de poder na pregação da mensagem redentora, o missionário Paulo criou essa reação. Ele reconheceu esse fato, como vemos em Romanos 15: “Não me atrevo a falar de nada, exceto daquilo que Cristo realizou por meu intermédio em palavra e em ação, a fim de levar os gentios a obedecerem a Deus pelo poder de sinais e maravilhas e por meio do poder do Espírito de Deus” (v. 18).

O apóstolo abriu o coração para os filipenses ao declarar: “Quero conhecer a Cristo, ao poder da sua ressurreição e à participação em seus sofrimentos, tornando-me como ele em sua morte para, de alguma forma, alcançar a ressurreição dentre os mortos” (Fp 3.10,11). O poder (*dunamis*) que Paulo almeja conhecer é aquele que tirou Jesus do túmulo e transformou a história da humanidade. “Foi esse poder exercido quando nós fomos ressuscitados da morte em ‘delitos e pecados’ pelo qual Deus fez-nos assentar com Cristo nos lugares celestiais” (Ef 1.19-2.1-6). O poder da ressurreição transformou a derrota da cruz em vitória sobre todas as forças malignas (Ef 2.21,22) e entronizou Jesus Cristo como Messias e Senhor à destra de Deus (Sl 110.1; At 2.36; Rm 1.4).³²

O desejo de experimentar a radical transformação da corrupção do corpo morto no cemitério para o radiante, glorioso corpo espiritual da ressurreição será alcançado pelo “poder da ressurreição”. Os detentores de vida eterna gozam agora desta transformação participando na nova vida que Jesus Cristo compartilha conosco, mas a plena e completa realização do “poder da ressurreição” somente ocorrerá no dia em que seremos

³² Veja Russell P. Shedd, *Epístolas da prisão*, Edições Vida Nova, São Paulo, 2005, p. 174.

revestidos no corpo imortal ao tocar a última trombeta (1Co 15.52-54). Este é o alvo que motivou Paulo a “esquecer-se das coisas que ficaram para trás e avançar para as que estão adiante e ganhar o prêmio do chamado celestial de Deus em Cristo Jesus” (Fp 3.13,14).

Foi com o poder do Espírito que Paulo aprendeu o segredo de alegrar-se sempre no Senhor e de nunca ficar ansioso por coisa alguma. Foi nesse poder que conseguiu “viver contente em toda e qualquer situação, seja bem alimentado, seja com fome, tendo muito ou passando necessidade. Tudo posso naquele que me fortalece” (Fp 4.4,6,13). Era este o seu segredo!

Em Colossenses, Paulo ora por esses novos cristãos para que eles sejam “cheios do pleno conhecimento da vontade de Deus para que vivam de modo digno do Senhor e em tudo possam agradá-lo, frutificando em toda boa obra, crescendo no conhecimento de Deus e sendo fortalecidos com todo o poder, de acordo com a força da sua glória para ter toda perseverança e paciência com alegria [...]” (Cl 1.9-11). O poder ilimitado, “de acordo com a força da sua glória”, comunica o glorioso poder que criou o universo com as incontáveis estrelas, comparáveis em números aos grãos de areia em todas as praias do mundo.³³

Igualmente impressionante seria tentar imaginar a glória que removeu a pedra do túmulo de José de Arimateia, onde o corpo de Jesus jazia e de onde ele saiu andando e cegando os guardas impotentes. A consequência de receber o toque deste poder será fortalecimento para resistir a qualquer ataque satânico ou provação com perseverança e paciência com alegria (Cl 1.11). Seguramente, os muitos ex-crentes do Brasil não experimentaram este fortalecimento com poder que mantém o regenerado firme, enraizado na fé.

³³ Veja, Russell P. Shedd, *Criação e graça*, Shedd Publicações, São Paulo, 2003, p. 15,16.

O abandono da fé suscita perguntas como: “Fulano de fato foi salvo? Perdeu a salvação?”. Paulo adverte os colossenses sobre a possibilidade de desviar da fé. Medite nas seguintes palavras: “Mas agora ele os reconciliou pelo corpo físico de Cristo mediante a morte, para apresentá-los diante dele santos, inculpáveis e livres de qualquer acusação, desde que continuem alicerçados e firmes na fé, sem se afastarem da esperança do evangelho, que vocês ouviram e que tem sido proclamado a todos os que estão debaixo do céu” (Cl 1.22-23). É evidente que irmãos ficaram persuadidos de que o evangelho era verdade, que a possibilidade de reconciliação com Deus era possível (v. 21) e que a separação de Deus fora anulada através da renúncia dos seus pecados. A cerimônia do batismo e a reunião regular com o grupo de irmãos deveria ter fortalecido sua fé. Mas, não demorou o surgimento de líderes que acharam que o evangelho de Paulo era defeituoso. Ele precisava de alguns ajustes e observação de algumas regras que Paulo não mencionara. Sua aparente firmeza ruiu. As dúvidas e questionamentos os convenceram de que a simplicidade do evangelho não era suficiente. Daí, surgiram as práticas que Paulo condena no capítulo 2.16-23.

O abandonar da fé ocorre assim. Quando crentes novos, ainda sem confirmação na fé e sem raízes fortes arraigadas na verdade, enfrentam ensinamento contrário ao que já receberam intelectualmente, o perigo de desistir ou aderir a uma seita é grande. Não acredito que a Bíblia ensine que pessoas perdem a salvação, uma vez que foi Deus quem as salvou. Mas se a decisão humana foi superficial, baseada em umas verdades mal compreendidas, sem profunda convicção, é possível voltar atrás. É fundamental que o Espírito Santo nos firme, conduzindo-nos como filhos e nos guie até o ponto em que nosso espírito concorde plenamente que somos filhos, clamando “Aba, Pai” (Rm 8.14,15). A maravilhosa ação do Espírito não pode faltar nos casos de crentes que são “alicerçados e firmes na fé” (Cl 1.23a). Jesus disse: “As minhas

ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna, e elas jamais perecerão, ninguém as poderá arrancar da minha mão” (Jo 10.27,28).

O último versículo em Colossenses que menciona poder aparece no capítulo 1.29. Paulo se esforça, lutando (*agonizomenos*) de acordo com a eficácia (*energeia*) que atua energicamente nele com poder (*dunamis*). A ênfase reforçada nestas palavras explica como Paulo consegue proclamar a todos, advertindo e ensinando com toda a sabedoria para apresentar todo homem completo (*teleion*, perfeito, maduro) em Cristo (Cl 1.28). De modo algum o apóstolo se limita a proclamar as boas novas e esperar decisões. Ele se empenha com muito esforço e luta com a energia divina fluindo pelas suas veias. Ele aproveita o poder do Espírito Santo que edifica e santifica a igreja.

Em 1 Tessalonicenses 1.5, Paulo declara que a segurança que os irmãos gozavam tinha sua fonte na escolha de Deus (1.4b), porque o evangelho não chegou a eles “somente em palavra, mas também em poder, no Espírito Santo e em plena convicção” (1.5). O efeito da pregação nessa cidade da Macedônia foi de tal maneira demonstrado que a única explicação era o poder que acompanhou a proclamação da mensagem impulsionada pela poderosa atuação do Espírito Santo.

Em sua segunda carta, o apóstolo cita sua constante oração pelos tessalonicenses: “para que o nosso Deus os faça dignos da vocação e, com poder, cumpra todo bom propósito e toda obra que procede da fé” (2Ts 1.11). Em outras palavras, apesar da eleição divina, o desenvolvimento do propósito de Deus requer poder e fé para se realizar. Se o poder do Espírito não acompanhar e não trabalhar nos irmãos da igreja, o propósito de Deus deixará de ser alcançado.

Timóteo, evidentemente, ficava temeroso diante dos desafios do ministério e da força dos inimigos que lhe fizeram oposição em Éfeso. O dom (*charisma*) que o jovem pastor recebeu

mediante a imposição das mãos de Paulo carecia de entusiasmo e compromisso. Daí o lembrete do apóstolo, uma vez que Deus lhe enviou um “espírito” de coragem e não de covardia, um espírito de poder, amor e equilíbrio. Os sentimentos de temor e receio não deveriam paralisar alguém que foi armado com a força espiritual equivalente à de uma bomba atômica. “Portanto, não se envergonhe de testemunhar do Senhor” (2Tm 1.6-8).

As palavras proclamadas por Jesus no Monte das Oliveiras garantem que o testemunho dos arautos do evangelho seria acompanhado com o poder do Espírito. Timóteo também recebeu o Espírito de poder. Entusiasmo, coragem e convicção deveriam caracterizar a proclamação da mensagem de boas novas de liberdade e esperança. Mas evidentemente, Timóteo sofria de alguma depressão, dúvida e medo. Para Paulo, a solução seria ser cheio do Espírito Santo! Faltava reacender o fogo do Espírito em seu coração (v. 6) e recuperar o entusiasmo de sua juventude (At 16.1,2; Fp 2.20-22).

O autor de Hebreus refere-se ao poder do Espírito que acompanhou a gloriosa salvação anunciada pelo Senhor e confirmada pelos que a ouviram (2.3). Deus deu testemunho dessa salvação por meio de sinais, maravilhas, diversos milagres (*dunameis*) e dons do Espírito Santo distribuídos de acordo com sua vontade (Hb 2.4). Aqui, a diversidade de maneiras com que o Espírito divulgou e confirmou a veracidade da mensagem de salvação ganha destaque. Deus mandou sinais, isto é, indicações como o dom de línguas no dia de Pentecoste. Ouvir as palavras de louvor a Deus sendo declaradas em suas próprias línguas por pessoas que nunca aprenderam essas línguas estrangeiras foi um poderoso sinal de que essa manifestação era sobrenatural.

Maravilhas ocorreram ao longo da história relatada em Atos, tais como o arrebatamento de Filipe após o batismo do eunuco (At 8.39); a conversão do jovem extremista, Saulo de Tarso, que provavelmente conseguiu convencer o Sinédrio a

condenar Estêvão e tirar sua vida com o apedrejamento; a visão transformadora, na estrada de Damasco, foi umas das maravilhas que deu crédito ao evangelho (At 7 e 9). Os milagres relatados em Atos, como já vimos, também ajudaram a persuadir muitos judeus e gentios de que a mensagem não fora inventada.

Hebreus também aponta para a instabilidade do coração humano ao se referir aos cristãos que experimentaram os “poderes” (*dunameis*) ou milagres da era que há de vir (6.5). Essas manifestações do poder do Espírito não são, em si, suficientes para manter o crente em pé. Como os “cristãos” que se defenderão no dia de juízo com a confissão do senhorio de Jesus com a boca, ao terem realizado muitos milagres e expulsões de demônios, mas que o negaram com a vida pecaminosa (Mt 7.21-23), e que serão condenados. Poder para realizar milagres sem a regeneração ou fé transformadora não comprova o nascimento efetuado por Deus (Jo 3.5).

O apóstolo Pedro esclarece que o caminho da perseverança deve ser trilhado pelos que, pela fé, confiam no Senhor Jesus Cristo que ressurgiu dentre os mortos até receberem a herança guardada para eles nos céus (1Pe 1.3-5). A regeneração de pecadores para uma esperança viva, por meio da ressurreição de Jesus, garante o recebimento dessa herança que não pode perecer, macular-se ou perder seu valor. Ela já está guardada nos céus para aqueles que, pelo poder de Deus, estão seguros devido a sua proteção. Mais uma vez, encontramos o segredo da segurança da salvação dos redimidos: é o poder de Deus, outorgado por meio do Espírito Santo, por quem recebem “o direito de se tornarem filhos de Deus” (Jo 1.12).

Pedro fala dos dons (*charismas*) em que a graça de Deus se manifesta em suas “múltiplas formas”. Quem tem o dom da palavra deve falar em sintonia com os oráculos de Deus, isto é, evitar contrariar as Escrituras inspiradas. Aquele que serve (*diacono*) deve depender da força que Deus provê. Dessa forma,

Deus será glorificado porque o poder dele é a fonte de energia que opera nos dons espirituais. O Espírito distribui os dons de tal forma que fique claro que não é a pessoa humana que está em destaque, mas o próprio Espírito de Deus.

O apóstolo encerra este trecho de sua carta indicando que a glória que passará para Deus o alcançaria por intermédio de Jesus Cristo. “[...] em todas as coisas Deus seja glorificado mediante Jesus Cristo, a quem sejam a glória e o poder para todo o sempre. Amém” (1Pe 4.10,11). Uma vez que Deus supre o poder para utilizar os dons, é justo que ele deva receber a glória e a honra que o poder dele merece.

A última doxologia da primeira carta de Pedro afirma que Deus, fonte de toda a graça e quem os chamou para sua “glória eterna em Cristo Jesus, depois de terem sofrido durante um pouco de tempo, os restaurará, os confirmará, lhes dará forças e os porá sobre firmes alicerces. A ele seja o poder para todo o sempre. Amém” (1Pe 5.10-11).

É natural que o apóstolo reconheça que todo o poder para tirar os pecadores do lamaçal da iniquidade e os levar para a glória eterna por meio de Cristo Jesus vem de Deus e volte para ele.

Pedro, em sua segunda carta, afirma que o divino poder de Deus e Jesus, nosso Senhor, nos deu tudo de que necessitamos para a vida e piedade (2Pe 1.3). Por meio do pleno conhecimento daquele que nos chamou para a sua própria glória e virtude, esse poder nos alcançou. As grandiosas e preciosas promessas são oferecidas para que por elas nos tornássemos participantes da natureza divina (2Pe 1.4). O “divino poder” que oferece a esperança de participar da natureza divina não pode ser outro senão o poder do Espírito. Pedro já tinha proclamado anos antes para os primeiros convertidos em Jerusalém que o dom do Espírito era a promessa de Deus. Era o dom que Deus prometera no Antigo Testamento para todos os integrantes da Nova Aliança

(Ez 36.24-27). O novo povo de Deus composto de judeus e gentios (Ef 2.14-22) tem acesso ao Pai por “um só Espírito” (v. 18). Não são mais estrangeiros, mas concidadãos dos santos e membros da família de Deus (Ef 2.19). Receber o Espírito de Deus nos outorga a “natureza divina” que Pedro menciona, a qual se destaca entre as mais grandiosas e preciosas promessas que Deus dá para seus filhos (2Pe 1.4).

De novo, Pedro menciona o “poder” ao se referir à pregação do evangelho para os pagãos das cinco províncias do centro da Ásia Menor. Não foram fábulas ou especulações engenhosamente inventadas que abriram a porta da salvação para esses povos perdidos, ignorantes e alienados da graça de Deus. Pedro incluiu nessa mensagem fundamental duas verdades gloriosas: o poder de Deus e a segunda vinda de Cristo (2Pe 1.16). O poder seria necessário para viver e perseverar na vida cristã. A esperança da volta do Senhor deveria manter a fé “como uma candeia que brilha em lugar escuro, até que o dia clareie e a estrela da alva nasça no coração (2Pe 1.19).

CAPÍTULO 11

O poder do Espírito nos filhos de Deus

Agora, é preciso passar a examinar, com mais detalhes, as marcas da presença do Espírito Santo na vida de cristãos comuns. A ênfase que Jesus deu à vinda do Espírito sobre os discípulos parece ser marcada por poder visível e extraordinário. Vimos essa manifestação na conversão de milhares de pessoas no dia de Pentecoste. Vimos na generosidade fora do comum dos primeiros cristãos espontaneamente vendendo e doando seus bens para os membros carentes da primeira igreja em Jerusalém. Portanto, vamos enfatizar, agora, o caráter do ministério do Espírito nos membros das igrejas.

O enchimento do Espírito

O único versículo na Bíblia que ordena a procura do enchimento está em Efésios 5.18: “Não se embriaguem com vinho, que leva à libertinagem, mas deixem-se encher pelo Espírito”. Como devemos entender esta ordem do Senhor? Todos que têm tido experiência com endemoninhados conhecem como um “espírito” imundo pode controlar um ser humano. Alguns têm mudanças radicais de voz, falam em língua estranha, têm força

física além do normal e pronunciavam palavras que blasfemam contra o Senhor. Estas são manifestações comuns.

E quanto ao controle do controle do Espírito Santo? Ele teria uma manifestação semelhante a essa, ou seja, teria uma manifestação física desse modo? O enchimento do Espírito, de certo, não seria um domínio sobre a vontade da pessoa até o ponto de ela perder o controle sobre seu próprio corpo. Note que Paulo ensina: “Os espíritos dos profetas estão sujeitos aos profetas” (1Co 14.32).

O ensino do Novo Testamento distingue a promessa da Nova Aliança da Antiga no fato de que o Espírito habita o coração de todos os filhos de Deus (cf. Jo 14.17b). Deus consegue transformar pecadores na imagem de Cristo. Aquele que estampa essa imagem na vida dos regenerados é o Espírito. “E todos nós, que com a face descoberta contemplamos a glória do Senhor segundo a sua imagem estamos sendo transformados com glória cada vez maior, a qual vem do Senhor que é o Espírito” (2Co 3.18).

W. O'Donovan descreve as mudanças na vida das pessoas convertidas na África assim: “Milhões de pessoas na África podem dar testemunho do mesmo poder de transformar vidas do Espírito Santo. Ele as resgatou da feitiçaria, possessão demoníaca, violência criminosa, pecado sexual, vício em drogas, milhares de outros pecados, e lhes deu uma vida totalmente nova em Cristo. Todo Cristão verdadeiro é um exemplo do poder do Espírito Santo de transformar vidas. É propósito de Deus transformar pessoas decaídas e pecaminosas no caráter de Cristo pelo poder do Espírito Santo”.³⁴

Ser enchido pelo Espírito parece incluir as manifestações especiais de coragem e poder que Lucas relata nos primeiros capítulos de Atos. Mas na maioria dos discípulos ao redor do mundo, hoje, as manifestações menos sensacionais são mais comuns.

³⁴ *O cristianismo da perspectiva africana*, Shedd Publicações, p. 153.

O missionário O'Donovan fornece uma excelente lista de mudanças e transformações interiores de acordo com o ensinamento do Novo Testamento.

Primeiro, o testemunho interior do Espírito que são filhos de Deus (Rm 8.16) é sinal de fé genuína. João refere-se a esta evidência: “Quem crê no Filho de Deus tem em si mesmo este testemunho” (1Jo 5.10a).

Segundo, a unção pelo Espírito deve tornar a palavra pregada ou comunicada mais poderosa. Pode ser um dom (*charisma*) que o Espírito distribui e que é reconhecido pelos ouvintes. Veja o dom de ensino em Romanos 12.7 e a utilidade das Sagradas Letras para essa finalidade (2Tm 3.16).

João escreveu sobre a unção em sua primeira carta. “Quanto a vocês, a unção que receberam dele permanece em vocês, e não precisam que alguém os ensine, mas como a unção dele recebida [...] os ensina acerca de todas as coisas [...]” (1Jo 2.27). Parece claro que esta marca da presença do Espírito confirma o recebimento da promessa da Nova Aliança. “Porci a minha lei no íntimo de deles [...] ninguém mais ensinará ao seu próximo [...] dizendo, ‘Conheça ao Senhor’, porque todos eles me conhecerão [...]” (Jr 31.33,34). Paulo afirma que “todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus” (Rm 8.14). Com esta unção, a coerção das leis e castigos impostos pela lei são eliminados. Considere as palavras de Paulo: “Ora, o Senhor é o Espírito e, onde está o Espírito do Senhor, ali há liberdade” (2Co 3.17). “Para a liberdade Cristo nos libertou” (Gl 5.1) não pode ser a liberdade que leva à libertinagem, mas a de andar na luz, conduzidos pelo Espírito.

Terceiro, o Espírito distribui dons (*charismas*) para todos os membros do Corpo de Cristo. “Cada um exerça o dom que recebeu para servir os outros, administrando fielmente a graça de Deus em suas múltiplas formas” (1Pe 4.10). Os dons são manifestações poderosas e visíveis da atuação do Espírito por

meio dos membros da igreja. As capacitações que ele repassa para cada cristão habitado pelo Espírito são dadas para beneficiar a igreja, fortalecendo e edificando-a. *Charisma* é uma palavra grega composta de *charis* (graça) e *ma* (efeito, ação). Que outra explicação haveria para a extraordinária generosidade dos irmãos das igrejas na Macedônia? “No meio da mais severa tribulação, a grande alegria e a extrema pobreza deles transbordaram em rica generosidade [...] deram tudo quanto podiam, e até além do que podiam” (2Co 8.2,3). A graça de Deus tem força motivadora extraordinária.

A lista dos dons em Romanos 12.6-8 apresenta manifestações do Espírito agindo em indivíduos para edificar a igreja em amor. Como há um só corpo, há também um só Espírito, que opera nos membros para criar maturidade e unidade. Paulo disse: “Dele todo o corpo, ajustado e unido pelo auxílio de todas as juntas, cresce e edifica-se a si mesmo em amor, na medida em que cada parte realiza a sua função” (Ef 4.16).

Primeiro, o dom de profecia necessita cuidadosa avaliação. Os espíritos angelicais que transmitem para os profetas as mensagens enviadas por Deus podem facilmente ter interferência da mente humana, ou ainda pode haver mensagens transmitidas por espíritos que não vêm de Deus. Daí a preocupação de Paulo: “Tratando de profetas, falem dois ou três, e os outros julguem cuidadosamente o que foi dito” (1Co 14.29). Em outra carta, ele diz: “Não apaguem o Espírito (ou espírito). Não tratem com desprezo as profecias, mas ponham à prova todas as coisas e fiquem com o que é bom” (1Ts 5.19-21). Da mesma forma, João adverte os irmãos da igreja de Éfeso: “Amados, não creiam em qualquer espírito, mas examinem os espíritos para ver se eles procedem de Deus, porque muitos falsos profetas têm saído pelo mundo” (1Jo 4.1). João continua indicando que esses falsos profetas são heréticos porque não confessam que Jesus Cristo veio em carne (v.2). Por isso, Paulo ordena que os

profetas profetizem na proporção (*analogian*, concordância) de sua fé, isto é, segundo a doutrina sadia passada pelos apóstolos.

Segundo, o dom de servir (*diaconeo*) tem sua energia e eficácia providenciadas pelo Espírito, de modo que haja produção de fruto espiritual duradouro. Veja como Paulo pergunta: “Quem é Apolo? Quem é Paulo? Apenas servos (*diakonoí*) por meio dos quais vocês vieram a crer, conforme o ministério (*diaconia*) que o Senhor atribuiu a cada um. Eu plantei, Apolo regou, mas Deus é quem fez crescer; de modo que nem o que planta nem o que rega são alguma coisa, mas unicamente Deus, que efetua o crescimento” (1Co 3.5-7). De certo, não há qualquer lugar para orgulho ou arrogância.

Terceiro, o dom de ensinar precisa de dedicação e cuidado para que não haja mal-entendidos ou ensino falso. A promessa de Jesus foi que “o Espírito da verdade guiará a toda a verdade [...] receberá do que é meu e o tornará conhecido a vocês” (Jo 16.13,14). “Pastores e mestres” (Ef 4.11b) deve ser entendido, pela gramática do grego, “pastores mestres”. Isto quer dizer que os líderes da igreja que têm a incumbência de pastorear devem ter o compromisso de ensinar tudo que seja proveitoso, isto é, todo o conselho de Deus. Somente assim os membros da igreja poderão crescer em tudo naquele que é a cabeça, Cristo, porque estão conhecendo e seguindo a verdade (Ef 4.15).

Quarto, o dom de encorajar (*paraclesis*) deve nos lembrar que o Espírito Santo foi denominado o *Paracletos* (Paráclito) em (Jo 14-16, BJ). Paulo exortou os tessalonicenses assim, “[...] Tenham consideração para com os que se esforçam no trabalho entre vocês, que os lideram no Senhor e os aconselham [...] advertam os ociosos, confortem os desanimados, auxiliem os fracos e sejam pacientes com todos” (1Ts 5.12-14).

Quinto, o dom de contribuir (*ho metadidous*) compreende dar com alegria e desprendimento e não por obrigação. O prazer de dar generosamente surge da ação do Espírito no coração

do crente. Sem o Espírito, contribuir seria “obra da carne”, motivada pelo sentimento de vergonha, do prazer de receber elogios e reconhecimento. O Espírito Santo muda a motivação e transforma o tipo de prazer que o contribuinte sente.

Sexto, o dom de liderança (*ho proistamenos*) refere-se àqueles indivíduos que, com visão dada por Deus, mobiliza os irmãos para servir em ministérios que eles não enxergam. O pastor John Haggai formou o Instituto de Liderança Avançada para treinar e promover o preparo de líderes naturais. Por meio dos seus contatos, eles conseguiriam alcançar objetivos e alvos não imaginados por pessoas comuns. Milhares de líderes ao redor do mundo têm sido estimulados e preparados para servir o Senhor da glória através do Instituto. John Haggai utilizou seu dom de liderança para cumprir a visão que Deus lhe deu.

Sétimo, o dom de misericórdia (*ho eleon*) levanta servos para auxiliar pessoas que padecem e sofrem. A alegria com que servem tem uma explicação bíblica. Deus, sendo o Deus de toda misericórdia, dá copioso derramamento do seu Espírito para os misericordiosos sentirem prazer e alegria em acudir pessoas abusadas e carentes das necessidades básicas. Um exemplo é o Cervi (Centro de Reestruturação para a Vida), em São Paulo, que serve com muito carinho as mães solteiras que acharam que a única saída para elas era o aborto. Mulheres desesperadas têm dado à luz centenas de bebês e, sem esse apoio e aconselhamento, teriam destruído vidas inocentes. É o Espírito Santo que deu à Life International sua visão e capacitou o irmão Curt Dillinger a fundar esta organização. Ele viaja incessantemente para abrir outros centros em dezenas de países no mundo inteiro.

Primeiro, o Espírito opera no Corpo para criar união. “Pois em um só corpo todos nós fomos batizados em um único Espírito: quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres. E a todos nós foi dado beber de um único Espírito” (1Co 12.13,14). Como uma família unida pelo DNA partilhado com os pais,

o Espírito opera para formar unidade que corresponde aos membros inseridos num corpo humano. Nenhum membro saudável pode buscar domínio sobre um outro membro. Todos cooperam para facilitar a vida do corpo como um todo. Por isso, Paulo exorta seus leitores na Ásia: “Façam todo o esforço para conservar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz” (Ef 4.3).

Segundo, o fruto é o amor. O Espírito derrama o amor de Deus nos corações dos membros da igreja (Rm 5.5). Paulo explica o efeito desse amor de Deus como o fruto do Espírito que contrasta especificamente com as obras da carne, ou seja, pessoas com pouca ou nenhuma evidência do Espírito dirigindo suas vidas (Gl 5.19-23).

O fruto do Espírito é comparável a um cacho de uvas. O fruto, singular, brota em “alegria, paz, paciência, amabilidade, bondade, fidelidade, mansidão e domínio próprio”. Essas saborosas evidências do amor que o Espírito insere na vida do cristão são características da imagem de Cristo.

Por outro lado, como diz O'Donovan: “Uma das indicações mais claras de que numa igreja local os membros estão vivendo segundo sua natureza pecaminosa, e não sob a direção do Espírito Santo, é quando há falatórios, divisões, tensões, ressentimentos e falta de perdão”.³⁵ Práticas carentes do amor ágape são sinais de meninice e falta de maturidade. Deus enviou seu Espírito para amadurecer seu povo e para criar unidade amorosa.

A intensificação destas qualidades evidencia perfeitamente quem está em Cristo e goza do poder do Espírito para criar e manter a unidade. Ela foi esperada pelo apóstolo Paulo nas igrejas da Ásia, e na capital, Éfeso. Assim, estariam levantando indivíduos, famílias e igrejas “cheias do Espírito” (Ef 5.18).

Paulo escreve para a igreja de Roma que o reino de Deus não é comida ou bebida, mas paz e alegria no Espírito Santo (Rm 14.17). As discussões e disputas sobre as leis alimentares

³⁵ Ibid., p.156.

(veja Levítico 11) que dividiram os irmãos na igreja romana não tinham nada a ver com a verdadeira santidade ou a vivência na família de Deus. O reino de Deus foi inaugurado por Cristo, o Rei Messias, em sua primeira vinda, e deveria ser caracterizado pela justiça, paz e alegria, criados pelo poder do Espírito Santo. Deve ficar claro que a busca pelo reino e sua justiça em primeiro lugar não quer dizer se limitar a uma dieta que a Antiga Aliança impôs para os israelitas. Jesus declarou “puros todos os alimentos” (Mc 7.19b). O que realmente importa para a família de Deus é o poder do Espírito para criar paz, alegria e justiça entre os filhos. Dessa maneira, eles seriam dignos de ser chamados “irmãos” de Cristo.

A carta de Paulo para os gálatas combate fortemente o legalismo. O evangelho da graça declara sua verdade central: a justificação depende inteiramente da justiça de Jesus Cristo imputada a pecadores. Fé salvadora no Senhor Jesus significa que Deus nos vê revestidos da perfeita santidade de Deus, obtida para nós na cruz de Cristo e em sua ressurreição. Esta perfeição objetiva é oferecida a todos aqueles que, arrependidos de suas más obras e totalmente confiantes na graciosa oferta do perdão de todos os seus pecados, têm a posição de filhos com pleno direito de chamar Deus de “pai”. Esta posição em relação a Deus quer dizer que o Espírito Santo passa a ser nosso guia, conselheiro e auxiliador. “Vivam pelo Espírito”, Paulo aconselha os gálatas (5.16), “e de modo nenhum satisfarão os desejos da carne. Pois a carne deseja o que é contrário ao Espírito; e o Espírito, o que é contrário à carne. Eles estão em conflito um com o outro, de modo que não fazem o que desejam”. Os gálatas imaginavam que a busca pela santidade exigia cumprimento da lei: circuncisão, abstenção de certos alimentos e guardar dias especiais, mas o apóstolo lhes assegura que o caminho não é por aí. “Irmãos, vocês foram chamados para a liberdade. Mas não usem a liber-

dade para dar ocasião à vontade da carne; ao contrário, sirvam uns aos outros mediante o amor (*agape*; Gl 5.13).

O poder da carne tem como sua mola-mestra “o desejo” pela satisfação de apetites e emoções naturais como impaciência, exigência de respeito, vingança, inveja, orgulho, etc. O Espírito, porém, fomenta outros desejos que, uma vez satisfeitos, produzem o fruto do Espírito. Esse fruto se chama “amor”: todas as suas ramificações e manifestações como “alegria, paz, paciência, amabilidade, bondade, fidelidade, mansidão e domínio próprio” revelam esse sabor suculento. Contra esses desejos santos não há lei nem eles podem ser legislados, isto é, produzidos pela lei. Eles têm sua origem e fonte no Espírito que habita em nós.

O processo de santificação nota-se na vida de indivíduos, famílias e igrejas. Quando a Palavra de Cristo habita ricamente no cristão e na igreja, há ensino e aconselhamento mútuos. Há “salmos e hinos e cânticos espirituais” que espontaneamente surgem nos corações daqueles que sentem profundamente satisfação e gratidão. O suculento fruto do Espírito aparece no seu meio (Cl 3.16, note o paralelo entre este versículo e Ef 5.18-20). Os desejos do Espírito, gerados no coração de todos aqueles que são genuinamente regenerados, não somente combatem os desejos da carne, mas substituem esses desejos pecaminosos. Para alguns, o processo realiza-se rapidamente, para outros, acontece muito devagar, quase imperceptivelmente!

O salmista que compôs o primeiro Salmo reconheceu a importância de evitar o conselho dos ímpios, não imitar a conduta dos pecadores nem se assentar na roda dos zombadores. Ao contrário, a sua satisfação está na lei do Senhor e nessa lei medita dia e noite (vv. 1,2). Fica claro que as influências do mundo, da mídia, dos colegas da escola ou do trabalho não promovem a produção do fruto do Espírito. Também se pode reconhecer que o poder do Espírito é paralelo ao da “lei” em que o salmista se deleitava.

Para os que saboreiam com profunda satisfação a palavra de Cristo pela busca do enchimento do Espírito, as consequências descritas no primeiro Salmo são repetidas. A pessoa espiritual é “como árvore plantada à beira de águas correntes: dá fruto no tempo certo e suas folhas não murcham. Tudo o que ela faz prospera!” (v. 3). Tal como o fruto do Espírito cresce em condições favoráveis, o mesmo acontece no Salmo. As raízes da árvore têm livre acesso às correntes de água. Paralelamente, o cristão com sede bebe da Fonte de água viva. Dessa Fonte emanam rios de água viva, isto é, o Espírito Santo, que recebem os que em Cristo creem (Jo 7.37-39). O poder do Espírito, portanto, se revela em todos os casos em que notamos atitudes e ações que diferem radicalmente da natureza adâmica do mundano ou do crente carnal.

Conclusão

Os dois montes em que Jesus pronunciou as palavras: “Toda autoridade me foi dada” e “Receberão poder ao descer sobre vocês o Espírito Santo” têm-nos dado muito espaço para discussão da sua importância para a vida cristã. De fato, a autoridade de Jesus Cristo, o Rei da glória, é o que governa aqueles que procuram obedecê-lo. Os cristãos que vivem sem se preocupar com a autoridade de Jesus e não fazem caso de os seus mandamentos, podem ser cristãos nominais, mas não de verdade!

O Fuller Institute of Church Growth se incumbiu da responsabilidade de pesquisar a eficácia de 900 líderes cristãos, vivos e falecidos. A pesquisa mostrou que “eles reconhecem que a autoridade espiritual é a base do poder. O poder, isto é, o impacto que um ministério que transforma vidas tem, flui da autoridade espiritual. A autoridade espiritual é resultado de intimidade com Jesus. Essa intimidade se nutre através da pureza pessoal, adoração e de uma vida fiel na oração”.

Esta pesquisa não oferece nenhuma surpresa. É de se esperar que os líderes que têm mais comunhão com Cristo, que mais se alinham com os ensinamentos do Senhor e que mais

confiam nele para corrigir suas faltas são as pessoas que buscam intimidade com Jesus. Como seria possível viver e agir em comunhão íntima com ele se não se respeita profundamente a sua autoridade?

Junto com essa autoridade percebemos que há uma forte dose de amor e comunhão. Que credibilidade há da pessoa que afirma seu amor com a boca, mas que mantém o seu coração longe dele?

A santidade na vida cristã depende da presença atuante do Espírito Santo. Sem ele, a imitação da vida de Jesus é impossível. Sem ele, a transformação de crentes carnaís em homens santos e íntegros, é uma esperança vã. O poder do Espírito opera milagres no mundo material e na personalidade de pecadores habituais.

A doutora Lois Dodds teve razão em apresentar sua tese de doutorado na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara, com o seguinte título: “A percepção e experiência do poder sobrenatural para o crescimento e mudança de personalidade”. Ela analisou doze histórias de vidas, demonstrando que sem o poder do Espírito Santo não havia chance nenhuma de elas viverem uma vida ajustada e produtiva. Estas histórias todas relatam como crianças sem esperança, por causa dos mais horríveis abusos, se tornaram homens e mulheres de Deus. Os professores seculares que aceitaram os argumentos da candidata para colar o grau de Ph.D creram que ela provou sua tese.

“O mundo opera em função de estruturas de poder. O matemático Bertrand Russell alegou que, ‘Dos infinitos desejos do homem, os principais são os desejos de poder e de glória’”.³⁶ Mas todos os que creem que a Bíblia é a Palavra de Deus certamente não poderão chegar a outra conclusão senão que o poder do Espírito Santo é essencial na transformação de vidas desprovidos de caráter. Somente ele gera pessoas que glorificam a Deus de verdade.

³⁶ *Teologia da igreja*, op.cit., p. 149, 150.

AUTORIDADE e PODER

Logo após 40 dias da ressurreição de Jesus, o Senhor se reuniu com os onze discípulos num monte não identificado na Galileia. No dia de sua entronização à destra do Pai, foi elevado visivelmente do monte das Oliveiras. Nessa ocasião, Jesus prometeu que eles receberiam poder ao descer sobre eles o Espírito Santo. No monte da Galileia, declarou: “Foi me dada toda a autoridade nos céus e na terra” (Mt 28.18).

As duas palavras-chaves, “autoridade” e “poder”, facilmente se confundem, porém, não são especificamente sinônimas. “Autoridade”, às vezes, é empregada quando se quer dizer “poder”, e em outros casos acontece o contrário. Mas estes termos têm sentidos distintos, particularmente na Bíblia. Por isso, o propósito do Dr. Shedd neste livro é demonstrar biblicamente o significado destes termos tão importantes e as suas implicações para a vida de cada cristão.

Russell P. Shedd é doutor em Novo Testamento pela Universidade de Edimburgo, Escócia. Há várias décadas trabalha como missionário no Brasil. É autor de vários livros, entre eles *Avivamento e renovação*, *Criação e graça*, *A Bíblia e os livros*, *Evangelização: fundamentos bíblicos e Teologia do desperdício*.